

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

VALDINEI FORTUNATO PORTELA

**AGRICULTURA FAMILIAR NO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE BOA VISTA -
RORAIMA**

Porto Alegre

2011

VALDINEI FORTUNATO PORTELA

**AGRICULTURA FAMILIAR NO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE BOA VISTA -
RORAIMA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia, modalidade Profissional, do curso de Mestrado Interinstitucional UFRGS/UFRR.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

Porto Alegre

2011

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis Wiebbelling do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

P843a Portela, Valdinei Fortunato

Agricultura familiar no espaço urbano da cidade de Boa Vista -
Roraima / Valdinei Fortunato Portela. – Porto Alegre, 2011.

111 f. : il.

Orientador: Eduardo Ernesto Filippi.

Dissertação (Mestrado profissional interinstitucional em Economia) –
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências
Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre,
2011.

1. Agricultura familiar. 2. Espaço urbano. 3. Espaço rural. I. Filippi,
Eduardo Ernesto. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em
Economia. III. Título.

CDU 631.115

VALDINEI FORTUNATO PORTELA

**AGRICULTURA FAMILIAR NO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE BOA VISTA -
RORAIMA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia, modalidade Profissional, do curso de Mestrado Interinstitucional UFRGS/UFRR.

Aprovada em: Porto Alegre, 17 de janeiro de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Orientador: Eduardo Ernesto Filippi – UFRGS

Prof^ª. Dr^ª. Francilene dos Santos Rodrigues – UFRR

Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva – UFRGS

Prof^ª. Dr^ª. Ana Monteiro Costa – UNIPAMPA

Para meu filho, Filipe Cauã Lima Portela

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação, somente foi possível com a ajuda e apoio de muitas pessoas e instituições, e é chegado o momento de agradecer publicamente a todos.

Ao Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe – NECAR/UFRR, que a partir do convênio com o Programa de Pós-Graduação em Economia – PPGE/UFRRGS permitiu a realização desse Mestrado, em especial aos professores Haroldo Amoras, coordenador do NECAR, Mauro Schmitz, Alberto Martinez, Gilberto Hissa, Ana Zuleide Barroso, Romanul Bispo, Jaime de Agostinho, Edson Damas e a todos os servidores que sempre estiveram presentes nessa caminhada, fazendo um link com a coordenação geral no PPGE e tentando resolver nossos problemas.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Economia - PPGE, que cruzaram o País e fizeram com que tudo isso pudesse acontecer no estado mais ao Norte do Brasil, em especial ao professor Ronald Otto, coordenador geral do Minter.

Ao meu Orientador Eduardo Filippi, pela paciência e dedicação, pelas sugestões de textos, enfim, por ter abraçado o meu problema pesquisa. Muito obrigado.

Agradeço aos meus amigos e colegas de mestrado, especialmente ao Alex Jardim que me doou entre outras coisas a passagem de ida e volta a Porto Alegre, ao José Rogério, que dividiu o quarto do hotel comigo e organizou uma arrecadação (“vaquinha”) entre os demais mestrandos, ao André Paulo, Kelvim, Jarbas Ernani e Natalino que sempre me incentivaram e custearam de certa forma, parte da minha estadia em Porto Alegre. Enfim, a todos os demais colegas do mestrado, Alberto Jorge, Ariosmar Barbosa, Daniely de Souza, Elialdo Oliveira, Emerson Baú, George Amaro, Herundino Ribeiro, João Augusto Monteiro, João Félix, João Henrique, Jofre Luis, José Edival Braga, Leonardo Frota, Maria Aparecida de Oliveira (Cidinha), Oridete Ramalho (Detinha), Osvaldo Mussato, Raimundo Keler, Marcos Mendonça, Cláudia Regina, Ângela Patrícia, Frederico Júnior e Camila de Albuquerque, pelos momentos compartilhados, pela ajuda financeira e pessoal, pela convivência harmoniosa e de aprendizagem.

A professora Ana Zuleide que doou as passagens aéreas para que eu pudesse retornar a Porto Alegre para cumprir a segunda e última fase do estágio obrigatório.

Aos professores do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima em especial as professoras France Rodrigues e Ana Lúcia do Departamento de Ciências Sociais, que encabeçaram uma arrecadação (“vaquinha”) entre os amigos e professores de diversos departamentos da UFRR para que eu pudesse viajar e me manter em Porto Alegre, por conta do estágio obrigatório.

Da mesma forma agradeço ao Centro Acadêmico de Ciências Sociais, da UFRR e a todos os alunos do Departamento em especial a ex aluna, agora Socióloga e ex presidente do Centro Acadêmico, Mariana que foi uma das idealizadoras da referida “vaquinha”.

A Comunidade católica Nossa Senhora Auxiliadora, que realizou um bingo e arrecadou dinheiro para que eu pudesse ter condições de pagar a estadia em Porto Alegre.

A Luzileide Correia que fez o abstract da dissertação e a Wanessia Noronha que fez correções gramaticais, ambos gratuitamente.

Agradeço igualmente aos agricultores familiares urbanos de Boa Vista que deram vida a esse trabalho, que mais que ceder um pouco do seu tempo, expuseram e socializaram momentos de suas vidas além de não se negaram a responder aos meus questionamentos.

Ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/RR), na pessoa de chefe da divisão estadual, Vicente de Paula Joaquim, ao Instituto de Terras de Roraima (ITERAIMA) na pessoa de José Maria ou como é conhecido, Tio Zé do Departamento Fundiário, a Secretaria Municipal de Gestão Participativa e Cidadania (SEMGEP), através do Programa Braços Abertos da Prefeitura Municipal de Boa Vista, em especial aos funcionários do Departamento de Gestão Documental e a Superintendência Municipal de Agricultura Familiar, Economia e Agronegócio, que disponibilizaram sem entraves os documentos e informações solicitados.

Finalmente, quero agradecer a meu pai, Noel Gomes Portela, a minha mãe, Gilda Fortunato Portela, a minha tia Irací Portela e meus primos e primas, irmãos e irmãs, sobrinhos e sobrinhas e, finalmente a minha esposa, Maria Gilmar Lima Pereira e ao meu filho, Filipe Cauã Lima Portela que souberam compreender os meus momentos de ausência.

Muito Obrigado.

*... Eu não quero mais falar da violência na cidade
Eu não quero nem saber qual é a grande novidade
Eu não tenho paciência para política e o poder
Eu não vou dizer mais nada se eu não sei o que
dizer*

*É muita informação e pouco conteúdo (muita
informação)*

*É muito grave, muito médio, muito agudo (muito
grave)*

*É muita pretensão e muito pouco estudo (muita
pretensão)*

É muita festa, muita coisa, muito tudo (muito tudo)

E eu queria mudar o mundo... O mundo pra você!

Mas às vezes, sinto que o mundo me muda

*Eu não tenho saco pra gente que só pensa em
dinheiro*

Que não se dá conta de que tudo isso é passageiro

Essa euforia, essa angústia, esse desespero

*De emergente, de pré-sal, de emprego e o sonho
brasileiro...*

Paulo Ricardo, Luiz Schiavon – RPM (2011).

RESUMO

Essa dissertação trata da agricultura familiar em espaço urbano, mais especificamente na cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima. A aparição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) marca um momento singular na trajetória do processo de intervenção estatal na agricultura e no mundo rural do Brasil. As transformações na agricultura brasileira e a falta de estruturas mínimas de sobrevivência dos agricultores nas áreas de assentamentos agrícolas na Amazônia e, em especial no Estado de Roraima, fez com que esses trabalhadores buscassem alternativas, principalmente a migração para as áreas urbanas. As discussões sobre as transformações no espaço rural e a agricultura no espaço urbano longe de mostrarem-se consensuais encontram-se em fase de acirrado debate. Desse modo, este trabalho visa contribuir para o atual debate em torno das diferentes leituras que vem sendo efetuadas sobre a dinâmica da agricultura no Brasil, dando ênfase à agricultura nas áreas urbanas em especial na cidade de Boa Vista, estado de Roraima.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Espaço urbano. Espaço Rural. Boa Vista. Roraima.

ABSTRACT

This dissertation deals with the family farming in urban space, specifically in the city of Boa Vista, Roraima state capital. The appearance of the National Program for Strengthening Family Farming (PRONAF) marks a unique moment in the trajectory of the process of state intervention in agriculture and in rural areas of Brazil. The transformations in Brazilian agriculture structures and lack of minimum survival of farmers in the areas of agricultural settlements in the Amazon, and in particular, the state of Roraima, meant that these workers seek alternatives, particularly migration to urban areas. Discussions on the changes in rural areas and agriculture in the urban space is far from consensual show are being heated debate. Thus, this paper aims to contribute to the current debate about the different readings that have been made about the dynamics of agriculture in Brazil, with emphasis on agriculture in urban areas especially in the city of Boa Vista, Roraima state.

Keywords: Family farming. Urban space. Rural Areas. Boa Vista. Roraima.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Volume das imigrações em Roraima: 1975-1980, 1986-1991 e 1995-2000.....	36
Figura 2: Propriedade com várias estufas doada pela prefeitura e estufas abandonadas e/ou sem manutenção.....	65
Figura 3: Estufas com produção e sem manutenção.....	66
Figura 4: Cidade de Boa Vista.....	70
Figura 5: Localização das hortas amostradas nos bairros de Boa Vista.....	71
Figura 6: População por faixa etária.....	72
Figura 7: Escolaridades das pessoas maiores de 15 anos.....	73
Figura 8: Escolaridade do (a) chefe de família.....	74
Figura 9: Chefe de família por sexo.....	74
Figura 10: Profissão do(a) chefe de família.....	75
Figura 11: Estado de naturalidade do (a) chefe de família.....	76
Figura 12: Último estado que morou antes de vir para Roraima.....	77
Figura 13: Tempo de residência em Roraima.....	78
Figura 14: Tempo de residência em Boa Vista.....	79
Figura 15: Residiu anteriormente em área rural?.....	79
Figura 16: Hortas com imagem ao fundo de residência dos agricultores.....	80
Figura 17: Quem trabalha na propriedade?.....	81
Figura 18: Processos de produção.....	82
Figura 19: Variedades de produção.....	83
Figura 20: Aspectos da comercialização.....	87
Figura 21: O trabalho com a agricultura é a única fonte de renda da família?.....	89
Figura 22: Fontes de renda externa a propriedade.....	90
Figura 23: Renda bruta familiar mensal obtido com a agricultura (em R\$).....	92
Figura 24: Renda familiar mensal somando todas as fontes de renda (em R\$).....	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Principais movimentos migratórios para Roraima: 1975/2000.....	39
Tabela 2- Principais fluxos migratórios internos/RR - 1975/2000.....	40
Tabela 3 – População Residente. Roraima - 1950/2010.....	43
Tabela 4 – População residente por município/ Roraima.....	45
Tabela 5: Culturas cultivadas nas propriedades.....	84
Tabela 6: Razões para praticar a agricultura na área urbana.....	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEVAE – Centro de Vivência Agroecológica

CF – Constituição Federal

COOPHORTA – Cooperativa Hortifruti do Projeto Estufa de Boa Vista

CTN – Código Tributário Nacional

EUA – Estados Unidos da América

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

HORTIVIDA – Associação dos Hortifrutigranjeiros de Boa Vista

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

ITERAIMA – Instituto de Terras de Roraima

ITR – Imposto sobre Propriedade Territorial Rural

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

PEA – População economicamente ativa

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RR – Roraima

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e pequenas Empresas

SEMGEPE – Secretaria Municipal de Gestão Participativa e Cidadania

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO II - TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA BRASILEIRA: UMA REVISÃO.....	19
2.1 A “transformação” do camponês em agricultor familiar.....	28
2.2 Fronteira agrícola amazônica.....	32
CAPÍTULO III – OCUPAÇÃO E POVOAMENTO DE RORAIMA.....	35
3.1 Deslocamentos inter e intra-estadual.....	36
3.2 Fronteira agrícola ou fronteira urbana? A transição urbana em Roraima.....	41
3.3 A rede urbana em Roraima.....	47
CAPÍTULO IV – ESPAÇO AGRÍCOLA NA PAISAGEM URBANA.....	50
4.1 Espaço urbano X espaço agrícola no Brasil.....	53
4.2 A dificuldade de definir o espaço urbano e os problemas para a análise do fenômeno rural.....	57
4.2.1 Regra-matriz de incidência do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	59
4.2.2 Regra-Matriz de incidência do Imposto sobre propriedade Territorial Rural - ITR.....	60
4.2.3 Conflito entre o IPTU e o ITR.....	61
CAPÍTULO V - ESPAÇOS AGRÍCOLAS NA CIDADE DE BOA VISTA.....	63
5.1 Políticas públicas voltadas para a agricultura urbana em Boa Vista – Roraima.....	64
5.2 O desafio da agricultura orgânica.....	67
5.3 A pesquisa de campo.....	68
5.4 Resultados e Discussões.....	68
5.4.1 Os agricultores urbanos de Boa Vista.....	69
5.4.2 População.....	72
5.4.3 Dinâmica populacional.....	76
5.4.4 Processo de trabalho e aspectos da produção	81
5.4.5 Aspectos sócio-econômicos e associativos.....	85

5.5 A pluriatividade na agricultura urbana de Boa Vista.....	88
5.6 As narrativas dos agricultores.....	93
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS.....	99
ANEXOS.....	103

AGRICULTURA FAMILIAR NO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE BOA VISTA - RORAIMA

1 INTRODUÇÃO

Este estudo é resultado da inquietação a cerca da dinâmica populacional no estado de Roraima, juntamente com a transição urbana e conseqüentemente, a produção agrícola na área urbana de Boa Vista. Em Roraima, mais especificamente na sua capital, o debate sobre esse novo modelo de agricultura ainda está numa fase de iniciação.

O tema agricultura familiar é muito difundido nos meios de comunicação, nos programas de governos, nos meios acadêmicos, no dia-dia da população em geral. No entanto, em Boa Vista, quando se fala em agricultura urbana, as pessoas tendem a se espantar, como se não houvesse agricultura na área urbana, ou como se agricultura fosse para ser praticado somente na área rural do Estado.

Então procuramos nesse trabalho analisar os agricultores familiares que produzem na área urbana de Boa Vista. Para tanto, uma revisão da literatura sobre a agricultura familiar no Brasil é de grande importância para que se perceba a dinâmica nas nomenclaturas e políticas públicas na agricultura brasileira.

A discussão sobre a agricultura familiar está freqüentemente presente nos discursos dos movimentos sociais rurais, dos órgãos governamentais, dos segmentos acadêmicos e, especialmente, dos estudiosos que se ocupam do tema *agricultura e mundo rural*. O espaço conquistado tanto social, político, como acadêmico pelo debate sobre a agricultura familiar é evidente.

Embora tardiamente, se comparada à tradição dos estudos sobre esse tema nos países desenvolvidos, a expressão *agricultura familiar* emergiu no contexto brasileiro a partir de meados da década de 1990, quando o Estado criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. A centralidade da agricultura familiar no debate da reforma agrária responde ao impacto de dois grandes vetores: de um lado, a pressão dos movimentos sociais em favor de transformações estruturais e da democratização das políticas públicas, e,

de outro, o reconhecimento do seu *status* científico enquanto categoria analítica por parte da intelectualidade brasileira.

As transformações ocorridas no meio rural brasileiro em virtude do processo de industrialização e urbanização suscitaram inquietações a respeito dessas mudanças e complexidades, tendo como eixo principal a relação cidade-campo.

Nessa perspectiva, temas até então pouco presentes nos debates acadêmicos ressurgem com novas configurações, como é o caso da agricultura familiar em espaços urbanos. O objeto deste trabalho é justamente, a agricultura familiar no espaço urbano da cidade de Boa Vista.

Com o enorme crescimento da pobreza urbana, do desemprego e da insegurança alimentar, a autoprodução de alimentos tornou-se uma das alternativas para uma população de excluídos, desempregados e com pouco ou nenhum grau de instrução. Dessa forma, compreender o processo de estruturação do rural no urbano torna-se fundamental, à medida que esse entendimento possibilitará a elaboração de políticas públicas.

Ademais, o trabalho com a agricultura urbana permite uma importante abordagem dos hábitos culturais e de alimentação, oferece nova alternativa alimentares, trabalha a questão de mudança de hábitos, de um maior consumo de verduras, hortaliças e legumes, assim como recupera hábitos alimentares saudáveis.

A hipótese que subsidiou esse trabalho é que os agricultores urbanos de Boa Vista seriam remanescentes dos assentamentos rurais, e/ou com forte tradição na agricultura que os mesmos migraram para a cidade, por não terem as mínimas condições de sobrevivência na área rural, o que foi comprovado no decorrer do trabalho de campo.

O objetivo deste estudo é fazer uma análise do perfil socioeconômico e da trajetória migratória dos agricultores familiares que vivem em Boa Vista, buscando mostrar como a agricultura familiar se estruturou no espaço urbano da capital de Roraima, analisando o processo de estruturação e organização social do espaço urbano, o processo de trabalho, de produção e comercialização.

Para tanto, foi necessário fazer uma revisão da literatura sobre a agricultura familiar no Brasil, passando pelos conceitos de pequeno agricultor, camponês, entre outros, analisando parte da história agrária brasileira. Mostrou-se necessário também, falarmos da abertura da

fronteira agrícola na Amazônia e a ocupação do que hoje é o estado de Roraima, juntamente com o aumento demográfico e a transição urbana, e conseqüentemente a atividade agrícola na cidade de Boa Vista.

Para desenvolver este estudo, foi empregado a técnica da entrevista semi-dirigida, o que permite um mínimo de liberdade e aprofundamento. As entrevistas foram realizadas de duas formas: uma apenas com anotações e, outras gravadas, como forma de reter a narrativa textual dos entrevistados. Recorri também aos dados estatísticos, na perspectiva de complementaridade do entendimento sobre o fenômeno da agricultura em espaço urbano. Como técnica de pesquisa utilizei da observação participante, como forma de entender essas famílias em seu ambiente de trabalho e moradia. As conversas iniciais serviram como forma de estabelecer laços e conquistar a confiança.

Foram coletados também, dados nos arquivos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/RR), Instituto de Terras de Roraima (ITERAIMA), programa Braços Abertos da Secretaria Municipal de Gestão Participativa e Cidadania (SEMGEPE) e Superintendência de Agricultura familiar, Economia e Agronegócio da Prefeitura Municipal de Boa Vista.

Após essa introdução, o capítulo dois trata da revisão da literatura sobre a agricultura familiar, mostrando as origens da agricultura familiar dando ênfase às transformações ocorridas na agricultura brasileira e a ocupação da Amazônia, através da chamada fronteira agrícola.

O capítulo três procura apresentar um apanhado histórico da formação da sociedade roraimense a partir dos movimentos migratórios. O primeiro movimento dá-se a partir da exploração da atividade de mineração nos anos de 1930, o segundo a partir da instalação do Território do Rio Branco nos anos 1940, a abertura das rodovias e implantação dos projetos de colonização nos anos 1970 e o terceiro com a descoberta de ouro e diamantes na porção setentrional de Roraima, em meados dos anos 1980. Esse movimento trouxe centenas de migrantes ao estado. Vale destacar que esse movimento migratório, dos anos 1980, conciliou os atrativos da “fronteira agrícola” com a “frente garimpeira”. Este capítulo mostra, ainda, a mudança na distribuição populacional cuja maior parte concentrava-se na área rural para, depois, tornar-se uma população de maioria urbana, os deslocamentos inter e intra-estadual, os principais movimentos migratórios e a formação da rede urbana de Roraima.

O capítulo quatro apresenta um pouco dessa transição urbana no Brasil e a utilização do espaço urbano para a produção agrícola, onde o espaço agrícola se confunde com o espaço urbano e vice-versa, mostrando que essa dificuldade de definição do espaço urbano e do espaço rural pode trazer problemas de cunho socioeconômico, uma vez que a tributação desses espaços passa a ser conflituosa, pois não se percebe de forma clara onde é rural e onde é urbano e a incidência de uma tributação como o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU numa propriedade agrícola pode levar esse agricultor a abandonar as práticas agrícolas.

No quinto capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa de campo, mostrando onde esses agricultores estão localizados dentro da cidade de Boa Vista, o que produzem, como vivem, como se estabelece o processo de trabalho, juntamente com os aspectos da produção, os aspectos econômicos e sociais, a pluriatividade como forma de complementaridade da renda agrícola na agricultura urbana de Boa Vista e, por último, às narrativas dos agricultores onde os mesmos falam sobre as diferenças da agricultura na área urbana e na área rural, entre outras.

E por fim, apresentarei as considerações finais, trazendo uma síntese das abordagens desenvolvidas neste estudo.

CAPÍTULO II

TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA BRASILEIRA: UMA REVISÃO

Evidentemente, é impossível apresentar aqui uma análise completa da história agrária brasileira. Minha intenção, bem mais modesta, é a de indicar elementos que a caracterizam, a fim de situar as análises, tendo como lócus de investigação o espaço urbano da cidade de Boa Vista, estado de Roraima.

A agricultura familiar no Brasil foi profundamente marcada pelas origens coloniais da economia e da sociedade brasileira, caracterizada pelas grandes propriedades, pelas monoculturas de exportação e pela escravatura. Na esteira das monoculturas, situam-se os ciclos econômicos sucessivos que correspondem à evolução do mercado internacional. A fragilidade e a dependência social e política dos produtores do campo são reforçadas, em toda parte, por mentalidades forjadas pelas antigas relações do tipo senhor/escravo. (LAMARCHE, 1993)

De acordo com Altafin (2010), os nossos livros de História pouco registram sobre o papel dos produtores de alimentos na construção do país, sendo o passado contado apenas sob a perspectiva da grande agricultura escravista, monocultora e de exportação – o ciclo do açúcar, o ciclo da borracha e o ciclo do café exemplificam essa tendência. No entanto, a recente historiografia brasileira tem buscado resgatar o papel do camponês como ator social atuante, identificando suas especificidades e diferentes configurações.

O início da colonização do território brasileiro se fez com a doação de grandes extensões de terra a particulares, denominadas sesmarias. Surgiram, assim, os latifúndios escravistas: a necessidade de exportar em grande escala e a escassez de mão-de-obra na colônia uniu-se à existência de um rentável mercado de tráfico de escravos.

Segundo Graziano da Silva (1990), todas as atividades produtivas no Brasil colônia giravam em torno da agricultura e do comércio, praticamente não havendo indústria. A finalidade básica do latifúndio escravista, era a produção para o mercado externo. A produção

mutava de acordo com os interesses da metrópole, ou seja, primeiro foi o açúcar, e no final da escravidão, o café.

... o latifúndio escravista era o eixo de atividade econômica da colônia, definindo as duas classes sociais básicas: os senhores e os escravos. Mas em torno deles, havia uma massa heterogênea de brancos que não eram senhores, de negros libertos que não eram escravos, de índios e de mestiços que desempenhavam uma série de atividades, entre elas a agricultura. Esses agricultores ocupavam certos pedaços de terra, onde produziam sua subsistência e vendiam parte da produção nas feiras das cidades. Aí está a origem da pequena produção no Brasil e sua estreita ligação com a produção de alimentos. (GRAZIANO DA SILVA, 1990, p. 23).

Os latifúndios do período colonial também produziam gêneros alimentícios. Na maioria das vezes essa produção era feita por pequenos agricultores, que pagavam uma renda pela utilização de suas terras, além da obrigatoriedade de prestar diversos serviços ao proprietário. Outras vezes, a produção de alimentos era feita pelos próprios escravos nos seus “tempos livres”, como os domingos, feriados e após a rotina de trabalho diário.

A produção de alimentos do latifúndio variava muito em função do preço do seu produto principal destinado à exportação. Quando o preço do açúcar, por exemplo e, mais tarde, do café subia no mercado internacional, todas as terras e os escravos eram utilizados para expandir essa produção, diminuindo assim a produção de alimentos. Nesses períodos havia fome na colônia e as autoridades estimulavam os camponeses a expandirem sua produção para abastecer, não só as vilas e cidades como, às vezes, o próprio latifúndio.

No início do século XIX, a extinção do regime de sesmarias, aliada a outra legislação, que regulava a posse das terras devolutas, provoca uma rápida expansão das pequenas propriedades rural. Em meados desse mesmo século, começa a declinar o regime escravocrata. Em 1850, o Brasil proíbe o tráfico negreiro e, nesse mesmo ano, é criada uma nova legislação – a Lei de Terras, que definia o acesso à propriedade, preconizando que todas as terras devolutas só poderiam ser apropriadas mediante a compra e venda e que o governo destinaria os rendimentos obtidos nessas transações para financiar a vinda de colonos da Europa. (GRAZIANO DA SILVA, 1990, p. 25).

O período compreendido entre a proibição do tráfico negreiro e da Lei de Terras até a abolição, entre 1850 à 1888, marca a decadência do sistema latifundiário-escravista. Após 1888, começa a se consolidar no país um segmento formado por pequenas indústrias de chapéus, louças, fiação e tecelagem. A pequena propriedade agrícola camponesa, além da

produção de alimentos, produz matérias-primas para as indústrias nascentes, como por exemplo, o algodão e o tabaco, entre outros. No entanto, o latifúndio persiste e monopoliza a produção destinada à exportação: o café.

As alterações de preços do café no mercado internacional provocam crises periódicas, desde o início do século XX, atingindo o ápice em 1932, como reflexos da crise de 1929 sobre o setor cafeeiro. Entre 1931 e 1938 o governo brasileiro passou a comprar grande parte dos estoques de café para, imediatamente, destruí-los. Além disso, muito café colhido foi queimado ao longo das estradas e muitos cafezais mais velhos foram igualmente devastados. Nesse período foram destruídos cerca de 70 milhões de sacas de café. (TEIXEIRA; TOTINI, 1989, p. 171)

O período que se estende de 1933 a 1955, marca uma nova fase de transição da economia brasileira. Nesse período, o setor industrial vai se consolidando paulatinamente e o centro das atividades econômicas começa, vagarosamente, a se deslocar do setor cafeeiro exportador. A indústria, gradativamente, vai assumindo o comando do processo de acumulação de capital e o país vai deixando de ser eminentemente agrícola.

Segundo Graziano da Silva (1990), o desenvolvimentismo, entendido como o processo de modernização promovido por meio de pesados investimentos no setor industrial e, que buscou modificar a tradicional base econômica, fundamentalmente agrícola, das economias nacionais latino-americanas, começou nos anos de 1930 com a política de substituição das importações e atingiu seu auge entre 1955 e 1960.

O poder político da oligarquia latifundiária diminui gradativamente devido à estratégia governamental de transferir recursos da agricultura para o setor industrial como forma de desenvolver o país. Essa estratégia, por um lado acelerou a industrialização, provocou um enfraquecimento do poder oligárquico, e por outro, fez crescer a pobreza e o êxodo do meio rural, abrindo espaços para mobilizações e reivindicações camponesas por terra e melhores condições de vida.

Para viabilizar o processo de substituição das importações,¹ cujo objetivo era favorecer a produção interna, tornava-se fundamental a implementação da indústria pesada no país, ou

¹ Um determinado produto que era comprado no exterior, passa a ter sua produção estimulada no país através de barreiras alfandegárias, que incluíam desde impostos elevados até a própria proibição da importação.

seja, siderurgia, petroquímica, material elétrico, entre outros, concretizada no período de 1955 a 1961.

No início da década de 1960, que corresponde ao final da fase de industrialização pesada no Brasil, instalam-se no país as fábricas de máquinas e insumos agrícolas e se estabelece às indústrias de tratores e equipamentos agrícolas, fertilizantes químico, rações, medicamentos veterinários, entre outros. Para garantir a ampliação desse mercado, o Estado criou um conjunto de políticas agrícolas destinadas a incentivar à aquisição, pelos produtores rurais, de produtos desses novos ramos da indústria. (GRAZIANO DA SILVA, 1990).

No período da crise econômica, entre os anos de 1961 a 1967, ocorre um aumento generalizado dos tamanhos das propriedades. A organização dos trabalhadores rurais, através das Ligas Camponesas, dos partidos políticos de esquerda e do movimento sindical, nos anos de 1961 a 1964, passou a exercer pressão social para que o governo levasse adiante a idéia de reforma agrária. Em 1964, o governo assinou um decreto que desapropriava terras às margens das grandes rodovias. Duas semanas após, o presidente estava deposto e o país entrava para a fase do regime militar (1964 – 1988).

Com o golpe militar de 1964 e a perseguição aos partidos de esquerda, os movimentos organizados no campo são fortemente afetados, especialmente a partir da desarticulação das Ligas Camponesas. Isso resulta, necessariamente, na redução do espaço social para inserção do conceito de campesinato.

Por outro lado, dentro da lógica do modelo de desenvolvimento adotado para o campo, voltado à modernização tecnológica em produtos agrícolas de exportação, o conjunto de agricultores passa a ser classificado quanto ao tamanho de suas áreas e de sua produção, dividido em pequenos, médios e grandes. Interessava assim escamotear desigualdades como o acesso a terra, por exemplo, e estabelecer categorias operacionais, visando à aplicação diferenciada das políticas públicas como o crédito rural, a pesquisa e a extensão rural. Os camponeses passam então a ser tratados como pequenos produtores. De acordo com Porto (1997):

[...] pode-se afirmar que o conceito de pequena produção contribuiu para uma relativa despolitização do tema. [...] ao conceito de campesinato associava-se, sobretudo um conteúdo político e ideológico que se torna profundamente nuançado no conceito de pequena produção. (PORTO, 1997, p. 29).

A política dos governos militares persistia na linha do desenvolvimentismo, que tornou ainda mais grave e dramática a questão agrária. A concentração da propriedade da terra, aprofundada pela modernização e o conseqüente êxodo rural ampliaram os antigos e gerou novos conflitos no meio rural, que o governo tentou resolver por meio da criação de uma lei agrária, da instituição da repressão política e da criação de projetos de colonização.

O governo militar, pressionado por interesses internacionais para eliminar os conflitos e pela possibilidade do agravamento de tais confrontos, foi forçado a encontrar formas de controlar as agitações que se espalhavam pelo país. A ação do governo ocorreu em duas direções, aparentemente contraditórias. De um lado, o Congresso foi obrigado a aprovar o Estatuto da Terra, em 1964 e, de outro, todos os movimentos agrários e suas lideranças passaram a ser violentamente perseguidos e reprimidos até o fim do regime em 1988.

De acordo com Sauer (1998, p. 33), a intenção dos militares ao editar o Estatuto da Terra não era promover a reforma agrária. O intuito do governo era, simplesmente, criar um instrumento legal capaz de controlar as demandas camponesas. O Estatuto foi criado com a finalidade militar estratégica de assegurar que as lutas populares no campo seriam mantidas num âmbito politicamente administrável, ainda que os grandes latifundiários pudessem encará-lo como uma ameaça às suas propriedades e ao seu poder político.

Já no período seguinte, 1967 a 1972, que corresponde ao período de crescimento e auge do que ficou conhecido como “milagre brasileiro”, aumentou o número de grandes propriedades.

No período de 1972 a 1976, que coincide com uma forte expansão da fronteira agrícola na Amazônia, há novamente uma multiplicação das pequenas propriedades, embora haja, também, um crescimento ainda maior das grandes propriedades, especialmente as ligadas as empresa multinacionais. Isso significa basicamente que a possibilidade de multiplicação da pequena propriedade só se materializaria por ocasião da expansão da fronteira agrícola, sendo posteriormente engolida, quando da consolidação da estrutura agrária nessas regiões em função do movimento de ascensão cíclica da economia.

Graziano da Silva (1990) vê a dinâmica da recriação/destruição da pequena propriedade nas décadas de 1960 e 1970 no Brasil da seguinte forma:

Na fase da subida do ciclo econômico, as pequenas propriedades são engolidas naquelas regiões de maior desenvolvimento capitalista no campo e empurradas para a fronteira, na maioria das vezes na forma de pequenos parceiros. Na fase de descenso do ciclo, as pequenas propriedades se expandem mesmo em certas regiões de maior desenvolvimento capitalista e/ou de estrutura agrária consolidada. (GRAZIANO DA SILVA, 1990, p. 32)

As transformações que estavam ocorrendo na agricultura brasileira nos anos 1970 a 1980 eram analisadas como similares às aquelas ocorridas nos países capitalistas avançados, tanto em seus aspectos positivos como nos negativos. Na década de 1970, sustentava-se que a chamada "questão agrícola" havia sido superada pelo processo de modernização, baseada na mecanização e na utilização de variedades selecionadas de sementes e de insumos químicos. Nos anos 1980, sustentava-se que este processo de modernização aprofundara a integração da agricultura com os capitais industriais, comerciais e financeiros que a envolviam, formando o que foi chamado de "complexos agroindustriais". (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003).

Dentro deste quadro analítico, a reforma agrária é vista como anacrônica, desnecessária e insustentável.

Para ser competitivo e sobreviver, é preciso adotar um "pacote" tecnológico que exige elevados investimentos, bem como possuir uma área mínima relativamente grande ou ocupar um nicho de mercado, sobretudo pela integração ao complexo agroalimentar. O movimento de concentração da produção agropecuária em um número cada vez menor de estabelecimentos cada vez maiores era considerado parte de uma tendência "natural" e necessária que já ocorrera nos países capitalistas desenvolvidos e que, portanto, não poderia ser freada, sob pena de provocar um atraso tecnológico no setor agropecuário, com impactos negativos no próprio processo de desenvolvimento econômico. (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003, p. 313-314).

Na década de 1990 a redução relativa do crescimento do emprego rural, estritamente agrícola em contraposição ao aumento do emprego rural não-agrícola, é apresentada como mais uma evidência de que “[...] a criação de empregos não-agrícolas nas zonas rurais é, portanto, a única estratégia possível capaz de, simultaneamente, reter essa população rural pobre nos seus atuais locais de moradia e ao mesmo tempo, elevar o seu nível de renda”. (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 26).

Esse fenômeno é interpretado como resultado de um processo histórico. Seriam evidências de que a estrutura produtiva do setor agrícola brasileiro se aproxima daquela dos países capitalistas desenvolvidos, tornando desnecessárias uma reforma agrária que não fosse apenas de cunho social.

Nesse sentido, tal como ocorreu nos anos de 1970 e 1980, esta visão do novo rural², presta-se como justificativa intelectual para políticas que, em última instância, mantêm o *status quo* agropecuário do país, caracterizado por forte desigualdade econômica, social e elevados níveis de pobreza.

Com efeito, nos últimos anos, o argumento do novo rural vem sendo utilizado para justificar a necessidade de abandonar políticas agrárias e agrícolas voltadas para os setores mais fragilizados da produção agrícola familiar, em benefício de políticas de geração de empregos rurais não-agrícolas.

Dessa forma, limita-se o apoio às atividades propriamente agrícolas das famílias rurais, em contraposição àquelas consideradas competitivas, por ocuparem *nichos* de mercado de produtos especiais de alto valor agregado, cuja produção requer o uso intensivo de mão-de-obra.

Como no passado, essas análises não levam em conta as especificidades que distinguem a situação do Brasil daquela dos países capitalistas desenvolvidos. No Brasil a proporção da população economicamente ativa (PEA) vive em áreas rurais, ou seja, pouco menos de um quarto do total da população economicamente ativa é similar àquela observada nos EUA e nos países europeus, mas um abismo separa suas condições de inserção no mercado de trabalho daquelas observadas nesses países, fruto de processos históricos distintos de desenvolvimento rural. Para começar, cerca de 65% dessa população trabalha em atividades estritamente agrícolas contra, por exemplo, cerca de 10% nos EUA. (BUAINAIN; ROMEIRO; GUAZIROLI, 2003, p. 315).

É preciso considerar ainda que, nos EUA, o decréscimo da população ocupada na agropecuária foi fruto de um processo relativamente equilibrado de êxodo rural. Equilibrado, na medida em que impulsionado principalmente pela expansão das oportunidades de emprego urbano-industrial. Durante um longo período, uma fronteira agrícola aberta garantiu às ondas de imigrantes que lá aportavam a possibilidade de acesso a terra. O esgotamento da fronteira agrícola, por sua vez, coincide com o arrefecimento do ritmo da imigração. A elevação do custo de oportunidade do trabalho, por sua vez, constituiu-se no fator decisivo não apenas para moldar o processo de modernização (principalmente da mecanização) da agricultura americana como para elevar os salários urbanos e toda a conformação da economia americana. O fato é que o êxodo rural nos EUA se explica principalmente pela atração exercida pelo setor urbano-industrial e não pela repulsão da falta

² José Graziano da Silva coordenou um projeto cujo objetivo consistia em analisar o que denominou de "novo rural brasileiro", em alusão à emergência expressiva das atividades rurais não-agrícolas e da pluriatividade no meio rural brasileiro. (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

de alternativas de sobrevivência minimamente condigna no campo. (BUAINAIN; ROMEIRO; GUAZIROLI, *ibidem*).

Com relação à evolução do emprego rural não-agrícola nos EUA, inicialmente seu crescimento decorreu da modernização, associada à expansão de atividades industriais e de serviços, a montante e a jusante das atividades estritamente agrícolas. Com o tempo, indústrias de outros setores começaram, também, a buscar distritos rurais para expandir suas instalações.

Paralelamente, o emprego rural não-agrícola se expande com o aumento da afluência de pessoas, tendo por base um processo de redistribuição dinâmica da renda como, por exemplo, serviços gerados pela expansão das residências secundárias campestres e com a busca de áreas rurais por cidadãos fugindo do *stress* das grandes cidades e/ou devido às novas possibilidades de trabalho a domicílio, oferecidas pela expansão dos sistemas de comunicação informatizados.

Como resultado desse processo, a grande massa de residentes rurais é composta de populações de origem urbana, com níveis de escolaridade e/ou formação profissional médio e alta, exercendo todo tipo de atividades industriais e, principalmente, comerciais e de serviços. (SCHNEIDER, 2003).

Comparando esse quadro com o ocorrido no Brasil, a situação é inversa, o acesso às terras livres pelas massas de imigrantes e libertos foi bloqueado e, como resultado, as massas rurais permaneceram cativas da insegurança da posse da terra, como reserva de trabalho barato de uma classe de latifundiários, com algumas exceções no Sul do país onde, por razões estratégicas de segurança das fronteiras criou-se uma forte base de produtores agrícolas familiares.

A forte concentração da renda no campo, decorrente dessas condições e o tipo de inserção do país na divisão internacional do trabalho, limitando a expansão do setor urbano-industrial, constitui elementos que estão na raiz dos fortes desequilíbrios distributivos observados no processo de urbanização no Brasil. Cada vez mais, o êxodo rural configurou-se como um êxodo de refugiados do campo, ao contrário do que ocorreu nos EUA e na Europa, onde os fatores de atração predominaram sobre os fatores de expulsão.

Segundo Buainain, Romeiro e Guanziroli (2003, p. 317), as conseqüências socioeconômicas desse processo são conhecidas. Os que permaneceram no campo continuaram em situação precária, sem acesso ou com acesso limitado a terra, à educação e demais serviços de infra-estrutura social e aos benefícios da política agrícola.

Estudos realizados (FAO/INCRA, 2000) mostram que, para a maior parte da grande massa da PEA rural no Brasil, ou seja, cerca de 65%, que se encontra ocupada em atividades agrícolas, à expansão a partir dos anos de 1980, dos empregos rurais não-agrícolas, representa não uma ampliação das oportunidades de trabalho para os membros da família, mas sim uma chance de sobrevivência, em geral precária, para produtores sem acesso ao progresso técnico, à terra suficiente, ao crédito, etc.

Em outras palavras, o produtor familiar³, quando recebe apoio suficiente, é capaz de produzir uma renda total, incluindo a de autoconsumo, superior ao que ele ganharia trabalhando como empregado. Neste sentido, não são corretas as analogias com a situação nos países desenvolvidos, onde as remunerações obtidas com atividades não-agrícolas elevam a renda média do setor rural. No Brasil, o potencial de geração de renda do setor agrícola familiar está longe de ser plenamente utilizado.

Os fatos e a história mostram claramente que, apesar de todas as mudanças ocorridas e das oportunidades perdidas, ainda se faz necessário no país, como condição para a eliminação da pobreza e de suporte essencial a um processo de redistribuição dinâmica da renda, um projeto de desenvolvimento rural apoiado na produção familiar. Produção familiar predominantemente descapitalizada ou pouco capitalizada, mas que nenhum óbice tecnológico impede que inicie um processo de modernização e se torne, progressivamente, média e grande.

No entanto, há que se ter cuidado na definição dos critérios de corte do que é ou não agricultura familiar, sob pena de excluir um contingente importante de produtores, hoje marginalizados não por uma inviabilidade estrutural, mas precisamente pela ausência de políticas pública de apoio.

³ Segundo Lamarche (1993, p. 218), a identidade dos agricultores no Brasil, exprime-se em duas categorias centrais: a de “produtor rural” e a de “trabalhador rural”. Portanto, toda vez que aparecer produtor familiar, considere como sinônimo de agricultor familiar.

2.1 A “transformação” do camponês em agricultor familiar⁴

Primeiramente vamos resgatar algumas características básicas do conceito clássico de camponês. Cardoso (1986, apud Altafin, 2010) destaca quatro:

a) Acesso estável a terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto; b) Trabalho predominantemente familiar, o que não exclui o uso de força de trabalho externa, de forma adicional; c) Auto-subsistência combinada a uma vinculação ao mercado, eventual ou permanente; d) Certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões sobre o que e quando plantar, como dispor dos excedentes, entre outros. (CARDOSO, 1987 p. 56, apud ALTAFIN, 2010 p. 2).

Portanto, produção camponesa é aquela em que a família ao mesmo tempo detém a posse dos meios de produção e realiza o trabalho na unidade produtiva, podendo produzir tanto para sua subsistência como para o mercado.

De acordo com Altafin (2010), um aspecto importante na compreensão do camponês tradicional, é o seu sistema produtivo diversificado que é adotado pela família camponesa. Essa diversificação de culturas configura-se como parte da estratégia, que tem na combinação com a criação de animais sua alternativa de fertilização dos solos e melhoria na produtividade dos cultivos. Nesse aspecto, vale ressaltar que, diferente da situação clássica,

[...] o camponês no Brasil sempre ocupou espaços deixados pela grande agricultura. Devido a esse caráter marginal, encontra dificuldades para implantar sistema produtivo do tipo policultura-pecuária. A ausência de criações ou a pouca área para as mesmas sempre afetou a possibilidade de fertilização natural, o que o camponês compensava (e ainda compensa) com constantes deslocamentos em busca de áreas de cultivos. (ALTAFIN, 2010, p. 3).

A mobilidade espacial sempre foi sua forma de assegurar o projeto para o futuro. O compromisso com a reprodução da família se dava pela prática de uma agricultura itinerante e pelo sistema de posse precária da terra. De certa forma, o patrimônio transmitido era o próprio modo de vida. (WANDERLEY, 1999, p. 38).

⁴ Segundo Wanderley (1999), a agricultura camponesa tradicional é uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que agricultura camponesa se funda no tripé propriedade, trabalho e família. Dessa forma, as transformações na agricultura brasileira são muito mais conceituais do que práticas.

Segundo Silva (2010) a expressão “agricultura familiar” começa a ser utilizada, a partir dos anos 1980 para caracterizar a produção assentada no trabalho da família: ao mesmo tempo moderna e integrada aos circuitos comerciais e industriais.

A afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro estão relacionados à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar, em 1996, o PRONAF. Esse programa, formulado como respostas às pressões do movimento sindical rural desde o início dos anos de 1990, nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional a categoria de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades em manter-se em atividade. (SCHNEIDER, 2003).

A partir do surgimento do PRONAF, o sindicalismo rural brasileiro, sobretudo aqueles localizados nas regiões Sul e Nordeste, passaram a reforçar a defesa de propostas que vislumbrassem o compromisso cada vez mais sólido do Estado com uma categoria social considerada específica e que necessitava de políticas públicas diferenciadas, tais como juros menores, apoio institucional entre outros.

Segundo Lamarche (1993), a exploração familiar⁵ corresponde a uma unidade de produção agrícola em que propriedade, trabalho e família estão intimamente ligados. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração agrícola engendra, necessariamente, noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração.

O PRONAF, ao estabelecer critérios e requisitos para os produtores beneficiários do programa, define agricultor familiar da seguinte forma:

Os beneficiários do referido programa são aqueles que exploram parcela da terra na condição de proprietários, assentados, posseiros, arrendatários ou parceiros e atendem, simultaneamente, aos seguintes quesitos: utilizam o trabalho direto seu e de sua família, podendo ter, em caráter complementar, até dois empregados permanentes e contar com a ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agropecuária assim o exigir; não detenham, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais⁶, quantificados segundo a legislação em vigor; tenham, no mínimo, 80% da renda familiar

⁵ Lamarche usa a expressão “exploração familiar” como equivalente à agricultura familiar.

⁶ Módulo fiscal é uma unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, e que estabelece a área mínima necessária à subsistência do produtor e sua família. Como um módulo fiscal corresponde, em média 25ha, será considerada agricultura familiar aquela cuja propriedade tenha no máximo 100ha.

bruta anual originada da exploração agropecuária, pesqueira e/ou extrativa; e residam na propriedade ou aglomerado rural urbano próximo (PRONAF). Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ> Acesso em: 18/02/2011.

As diretrizes do PRONAF têm como referência às experiências européias, principalmente a da França, que elegeram a agricultura familiar como a forma de produção sobre a qual se implementou, no pós-guerra, a modernização da produção agrícola e da sociedade rural.

Assim como na Europa, o padrão de organização da produção privilegiado pelo PRONAF e a sua função social, no desenvolvimento econômico do país, estão sustentados, implicitamente, nas noções de produtividade e na rentabilidade crescentes, o que resultaria, segundo os formuladores desse programa, em uma contribuição do setor para a competitividade da economia nacional e, em consequência, na melhoria da qualidade de vida da população rural. Na França, a “revolução agrícola” se realizou com o esforço de vários setores da sociedade interessados em transformar o campesinato – a base social histórica da agricultura francesa – em um setor produtivo dinâmico, ao mesmo tempo produtor e consumidor. (LAMARCHE, 1993, p. 98).

Ao contrário do que ocorreu no Brasil, em que a modernização da agricultura se sustentou nas grandes empresas e no benefício da acumulação do capital privado, na França a agricultura repousa historicamente na produção familiar, seja na geração de valores, seja em relações sociais de produção, o que justifica a decisão política de se processar a chamada “industrialização” da agricultura sobre as bases de uma força de trabalho e de um capital essencialmente familiar e de médio porte. (LAMARCHE, 1993, p. 99).

Para Sauer (1998), o termo *agricultura familiar* tem trazido dificuldades conceituais e o seu uso, apesar de muito freqüente na literatura sobre o setor agro brasileiro, está longe de um consenso. O universo da agricultura familiar tem sido freqüentemente definido a partir do regime de trabalho e do modo de gestão da unidade produtiva. Para o autor, as características centrais de agricultura familiar são:

A gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantém laços de consangüinidade e casamento; a maior parte do trabalho é realizada pelos próprios membros da família; e, a propriedade dos meios de produção (nem sempre da terra) pertence à família. (SAUER, 1998, p. 89).

Cumprer destacar que as opiniões se dividem em torno dos avanços obtidos pelo PRONAF, desde sua legitimação em 1996. De um lado, há os que apostam na idéia de que o mesmo “está conseguindo produzir o ambiente institucional necessário à ampliação da base social da política nacional de crédito e de desenvolvimento rurais” (ABRAMOVAY; VEIGA, 1999, p. 45-46), ao passo que outros, criticam-no, com base no caráter contraditório de uma política que aposta no desenvolvimento local e na potencialização das atividades diversificada via industrialização, como turismo ou lazer, mas que, paradoxalmente, insiste na ênfase à profissionalização e ao apoio ao "verdadeiro agricultor" (CARNEIRO, 2000, p. 124), entendido como aquele produtor cujos rendimentos originam-se essencialmente da agricultura.

Ao buscarmos na literatura as contribuições para a delimitação conceitual da agricultura familiar, encontramos diversas vertentes, dentre as quais destacamos duas: uma que considera que a moderna agricultura familiar é uma nova categoria, gerada no bojo das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas. E outra que defende ser a agricultura familiar brasileira um conceito em evolução, com significativas raízes históricas.

Tendo como foco o caso europeu, a primeira corrente citada considera que não há significado em buscar as origens históricas do conceito, como, por exemplo, estabelecendo uma relação com a agricultura camponesa. “[...] uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa”. (ABRAMOVAY, 1992, p. 22).

Apesar do caráter familiar, esse autor considera que há uma distinção conceitual, cuja origem estaria nos diferentes ambientes sociais, econômicos e culturais que caracterizam cada uma. “A própria racionalidade de organização familiar não depende... da família em si mesma, mas, ao contrário, da capacidade que esta tem de se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se desenvolve”. (ABRAMOVAY, 1992, p. 23).

Nesse mesmo sentido, Claude Servolin considera a predominância de agricultores familiares modernos como um fenômeno recente, sem qualquer vínculo ou herança do passado. O que ele denomina agricultura individual moderna é considerada um novo

personagem, diferente do camponês, e “gestado a partir dos interesses e das iniciativas do Estado” (SERVOLIN apud WANDERLEY, 1999, p. 34).

Para a segunda corrente de pensamento, a qual será adotada neste trabalho, as transformações vividas pelo agricultor familiar moderno não representam ruptura definitiva com formas anteriores, mas, pelo contrário, mantém uma tradição camponesa que fortalece sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade. Nessa linha, argumentos reunidos por Huges Lamarche (1993) e Nazareth Wanderley (1999) explicam a agricultura familiar como um conceito genérico, que incorpora múltiplas situações específicas, sendo o campesinato uma dessas formas particulares.

Para o caso brasileiro, Wanderley considera que o agricultor familiar, mesmo que moderno inserido ao mercado, “[...] guarda ainda muitos de seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizado, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças”. (WANDERLEY, 1999, p. 52).

Na seção a seguir, procuraremos dar visibilidade para a ocupação da Amazônia com a chamada fronteira agrícola, fazendo uma aproximação com a ocupação e povoamento do Estado de Roraima.

2.2 Fronteira agrícola amazônica

O debate sobre a fronteira se desenvolve em torno do significado da participação de pequenos produtores e grandes empreendimentos capitalistas e das conseqüências dessa participação. De acordo com Becker (1998, p. 9-10), a tese dos campesinistas é a do fechamento das terras da Amazônia, antes “livres”, para os camponeses, devido à implantação maciça dos grandes projetos, envolvendo um confronto entre duas lógicas opostas e incompatíveis de pensar e utilizar a terra: o modo camponês, em que o direito de posse é gerado pelo trabalho, e o modo capitalista, baseado na propriedade da terra.

Num outro ângulo, situa-se o mito da imagem oficial difundida sobre a fronteira como “espaço vazio”, noção que estrategicamente serve tanto como válvula de escape para os conflitos sociais em áreas densamente povoadas como também como campo aberto para investimento.

Segundo Becker (1998, p. 11-12), o povoamento da Amazônia, a partir de projetos de ocupação e colonização, se fez sempre em surtos devassadores vinculados à expansão capitalista mundial. O primeiro devassamento foi o da floresta tropical de várzea, ao longo dos rios, em busca das “drogas do sertão”, utilizadas como condimento e na farmácia européia.

Outro devassamento significativo foi o “ciclo da borracha”, demandada pela industrialização dos EUA e da Europa. A partir do período compreendido entre 1920 e 1930, têm início as frentes pioneiras⁷ agropecuárias e minerais espontâneas oriundas do nordeste, intensificadas nas décadas de 1950 e 1960. As novas áreas ou fronteiras agrícolas foram criadas para receber posseiros e camponeses sem-terras, pois ao deslocá-los para as novas áreas diminuía a pressão social nas regiões mais populosas, deixando as terras abertas para o processo de modernização e aumentando a concentração da propriedade.

Para Graziano da Silva (1982, p. 118), a fronteira, no plano social, representa uma orientação dos fluxos migratórios, especialmente das populações rurais. Ela é o *locus* da recriação da produção camponesa, expulsa das regiões mais desenvolvidas. A fronteira é o destino dos pequenos produtores expropriados e dos excedentes populacionais, especialmente do nordeste, do sul e do sudeste do Brasil.

No plano econômico, a fronteira é uma espécie de “armazém regulador” dos preços de gêneros alimentícios de primeira necessidade consumidos pela população urbana, especialmente a de mais baixa renda; e, no plano político, tem sido a “válvula de escape” das tensões sociais no campo.

Os projetos de colonização foram criados pelos militares, baseados em dois grandes pressupostos ideológicos: a existência de terras vazias e baratas nas regiões norte e centro-oeste; e a ocupação espacial como caminho natural para resguardar as fronteiras contra possíveis invasões, baseada na doutrina de segurança nacional. (SAUER, 1998, p. 38).

⁷ Conforme definição de Martins (1975, p.45) a frente pioneira exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado. Ela apresenta-se como fronteira econômica.

Por um lado, as áreas de colonização se tornaram cenários de violência, porque os antigos posseiros eram expulsos e as populações indígenas, freqüentemente dizimadas. Por outro lado, as famílias que conseguiram terra foram abandonadas no meio de um ambiente hostil, isolado e sem infra-estrutura. Tal população era afetada por doenças tropicais como a malária e, após muito trabalho para abrir a mata e preparar o solo, não tinha condições de comercializar a produção. Muitos foram forçados a abandonar suas áreas, deslocando-se novamente para as cidades ou de volta para suas regiões de origem, deixando as terras prontas para a criação extensiva de gado de corte. (SAUER, 1998, p. 40).

Esses agricultores, na maioria das vezes, destituídos de bens materiais, esquecidos pelo poder público e excluídos social e economicamente, contam apenas uns com os outros para a sobrevivência e adaptação na fronteira.

Em Roraima, o processo de ocupação da fronteira teve seu auge na década de 1980 com a abertura dos projetos de colonização, principalmente na região sul, e a descoberta de novos garimpos, como será observado no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

OCUPAÇÃO E POVOAMENTO DE RORAIMA

Em virtude da distância do centro do poder econômico, Roraima manteve-se esparsamente povoada por séculos. Mesmo durante o auge da extração da borracha (1850-1911), a ocupação econômica e demográfica da região foi irrelevante, sendo que sua população mal chegava a 10.000 habitantes em 1900. A derrocada da economia da borracha, fomentada pela concorrência das plantações do sudeste asiático, engendrou um pronunciado refluxo populacional e muitos indivíduos retornaram aos seus estados de origem. Com isso, a população tornou-se ainda menor, chegando a 7.424 indivíduos em 1920. (SILVEIRA; GATTI, 1988).

Com o fim do ciclo da borracha, a mineração tornou-se a principal atividade econômica. A descoberta de minas de ouro e diamantes no norte de Roraima fomentou a chegada de garimpeiros de toda a região Amazônica. Ao longo da década de 1930, outras minas de diamante foram encontradas, revitalizando a economia local, fazendo com que a população chegasse a 10.509, em 1940. (RODRIGUES, 1996).

A implementação do Território Federal do Rio Branco no ano de 1943, desencadeou as primeiras tentativas em promover a ocupação mais efetiva da região, impulsionada pelo sentimento de segurança nacional a fim de resguardar o território contra possíveis invasores em especial onde o Brasil, teve no século XIX, problemas de fronteira (França/ Amapá; Inglaterra/ Rio Branco; Bolívia/ Acre e Rondônia). (FREITAS, 1997)

Os movimentos migratórios desencadeados pela atividade de mineração⁸ nos anos de 1930, a instalação do Território do Rio Branco nos anos 1940 e a abertura das rodovias e a implantação dos projetos de colonização nos anos 1970 não tiveram a mesma intensidade que o movimento migratório dos anos 1980 que conciliou os atrativos da “fronteira agrícola” com a “frente garimpeira”.

⁸ Incorpora a concepção de mineração à partir de Rodrigues (1996, p. 92), para quem a palavra mineração funciona como sinônimo de garimpagem, à medida que no Estado de Roraima não há atividade de mineração industrial.

3.1 Deslocamentos inter e intra-estadual

Para melhor compreender a recente história de Roraima, faz-se necessário analisar os movimentos de deslocamentos inter e intra-estaduais a partir do final das décadas de 1970, 1980 e 1990. Para a identificação dos imigrantes inter e intra-estaduais, trabalhamos com os dados sobre migração disponíveis nos censos de 1980, 1991 e 2000, empregando-se uma periodização quinquenal, nos seguintes termos: 1975-1980, 1986-1991 e 1995-2000.

Dessa forma, trabalhou-se com informações do tipo “data fixa” disponíveis nos censos de 1991 e 2000. Mas, como o censo de 1980 não concede dados de migração do tipo “data-fixa”, buscou-se uma alternativa compatível, aplicando-se um filtro no qual foram selecionados aqueles indivíduos que tinham em 1980 tempo de residência inferior a cinco anos nos municípios de Roraima e idade igual ou superior a cinco anos⁹.

Em relação aos deslocamentos inter-estadual, merece destacarmos o crescente número de imigrantes que buscaram Roraima como destino ao longo das últimas décadas. Note-se que no final da década de 1970 chegaram ao então Território de Roraima 11.729 imigrantes. Esse número quase triplicou ao final da década seguinte, chegando à 33.086. Novo acréscimo deu-se no final dos anos de 1990, quando outros 45.491 imigrantes chegaram ao estado de Roraima. (Figura 1).

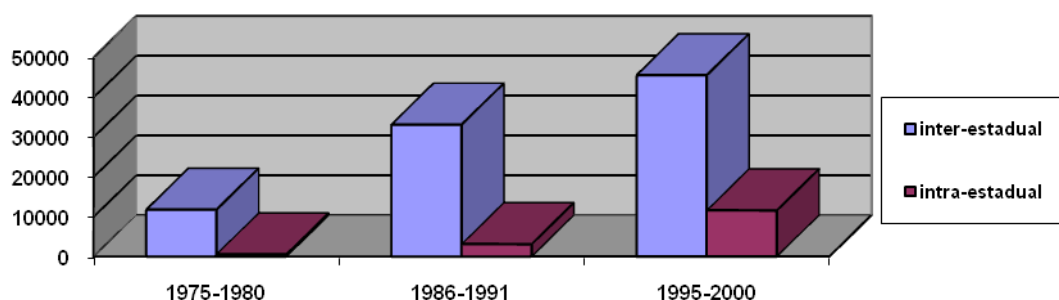


Figura 1 - Volume das imigrações em Roraima: 1975-1980, 1986-1991 e 1995-2000¹⁰.
Fonte: Diniz; Santos, 2006.

⁹ Para os dados de deslocamentos inter e intra-estadual, utilizei os resultados e metodologia de Diniz e Santos (2006), com algumas adaptações.

¹⁰ Para os dados sobre movimento migratório em Roraima não foi possível a aproximação com a data atual, uma vez que as informações do Censo 2010 estão sendo disponibilizados aos poucos.

Segundo Rodrigues (1996), os principais motivos desse crescimento foram os incentivos à imigração através dos projetos de assentamento e colonização agrícola implantados a partir de meados da década de 1970 e a descoberta de novos garimpos na região noroeste, principalmente a partir de 1980.

Além do crescente número de imigrantes, também chamaram a atenção as significativas mudanças ocorrida nas últimas décadas em relação aos principais estados de procedência desses imigrantes. Os estados do Maranhão e Amazonas eram os principais fornecedores de imigrantes no final da década de 1970. No entanto, ao fim da década de 1980 outros fluxos surgiram como fornecedores de imigrantes, como é o caso dos estados do Ceará e do Pará. Até o final da década de 1990, o estado do Maranhão constituía-se no principal estado de procedência dos imigrantes, seguido por Pará e Amazonas.

No plano dos municípios de destino, Boa Vista mantém a primazia, sendo a principal área de atração de imigrantes que buscam o Estado. Nas décadas de 1980 e início de 1990, Boa Vista era o principal ponto de referência aos garimpeiros que, estabeleciam residência na cidade e utilizavam-na como centro de apoio para a empreitada mineradora.

Como os órgãos responsáveis pela regularização fundiária, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Instituto de Terras de Roraima (ITERAIMA), encontram-se sediadas na capital, parte dos agricultores que chegam a Roraima em busca de terras, também estabelece residência na cidade de Boa Vista.

Portanto, é comum entre os imigrantes recém-chegados estabelecerem residência em caráter temporário na cidade até conseguirem acesso aos lotes nas áreas de assentamento agrícola do estado. Mesmo depois de assentados na zona rural de Roraima, a capital Boa Vista continua a exercer grande atração, isso porque a cidade constitui-se no maior mercado para produtos agrícolas, sendo prática comum entre os agricultores o deslocamento semanal para vender os seus produtos. (DINIZ, 2003)

Segundo Castells (1983), o sistema produtivo se reorganiza em função dos interesses da sociedade dominante que, geralmente está concentrada nas capitais e nos grandes centros urbanos.

Para compreender o movimento populacional para o estado de Roraima deve-se resgatar as transformações estruturais inerentes ao processo de evolução da fronteira agrícola, conforme descritos por Diniz (2003), como:

... altera a realidade dos assentamentos rurais, transformando áreas marcadas por agricultura de subsistência e ausência de mercados de terra e de trabalho em áreas mais proximamente incorporadas à economia nacional. Neste processo, a penetração do modo de produção capitalista termina por expulsar os imigrantes pioneiros, que se deslocam, no mais das vezes, para as áreas urbanas do Estado, em especial para a cidade de Boa Vista. Para lá acorrem levadas de re-migrantes, atraídos, sobretudo, pelo setor terciário e pela relativa facilidade de se conseguir local para a construção de habitações na periferia da cidade. Do mesmo modo, muitos colonos frustrados com as precárias condições inerentes às áreas de assentamento agrícola, doenças tropicais, falta de infra-estrutura adequada e isolamento físico, são prevalentes, acabam sucumbindo a atração exercida por Boa Vista. (DINIZ, 2003, p.368).

Com a oferta de terras em novos projetos de colonização e a criação de postos de trabalho no âmbito urbano, com a criação dos novos municípios em meados da década de 1990, os recém criados municípios de Rorainópolis, Iracema e Cantá, aumentaram sua população na década de 2000 a uma taxa de 216,46%, 121,03% e 112,05%, respectivamente.

No final da década de 1970, os principais fluxos migratórios para Roraima tinham como destinos os municípios de Boa Vista e Caracaraí e a procedência desses migrantes era preponderantemente dos estados das regiões norte e nordeste, sobretudo dos estados do Ceará e Maranhão. Subjacentes a esses fluxos existem importantes processos históricos, principalmente desde o ciclo da Borracha. Essas vinculações históricas parecem ter se perpetuado, fato que explicaria os fluxos migratórios ligando esses estados a Roraima. (VALE, 2006).

Até a década de 1940, a área hoje conhecida como Estado de Roraima pertencia ao Estado do Amazonas, logo sob influência direta de Manaus. Vale ressaltar as fortes vinculações de Roraima e sua relação de dependência com as cidades da região norte, sobretudo em relação à Manaus que se apresenta como a “base logística dessa região”, ou seja, uma base ou ponto de apoio para a expansão colonizadora. (DINIZ; SANTOS, 2006). Tais fatores históricos explicam, pelo menos parcialmente os intensos fluxos entre as cidades da região norte e Roraima, mas também são dignos de nota os fluxos oriundos de cidades do interior do Estado do Pará, como Itaituba e Santarém e do estado do Maranhão, especialmente Imperatriz, Santa Luzia, Bacabal e Santa Inês no mesmo período. (Tabela 1).

Tabela 1 – Principais movimentos migratórios para Roraima: 1975/2000

Procedência		1975/1980	1986/1991	1995/2000	Total
AM	Manaus	1985	2300	5170	9455
<i>Total</i>		<i>1985</i>	<i>2300</i>	<i>5170</i>	<i>9455</i>
PA	Belém	374	712	670	1756
	Santarém	157	705	1691	2553
	Itaituba	-	1564	4627	6191
	Xinguara	-	295	-	295
	Rurópolis	-	-	436	436
<i>Total</i>		<i>531</i>	<i>3276</i>	<i>7424</i>	<i>11231</i>
CE	Fortaleza	319	946	422	1687
	Aracati	114	-	-	114
<i>Total</i>		<i>433</i>	<i>946</i>	<i>422</i>	<i>1801</i>
MA	Imperatriz	564	1555	521	2640
	Santa Luzia	562	-	-	562
	São Luis	241	567	447	1255
	Bacabal	263	498	714	1475
	Santa Inês	132	703	532	1367
	João Lisboa	120	-	-	120
	Vitorino Freire	205	-	-	205
	Zé Doca	-	785	829	1614
	Açailândia	-	306	-	306
<i>Total</i>		<i>2087</i>	<i>4414</i>	<i>3043</i>	<i>9544</i>
RJ	Rio de Janeiro	131	556	445	1132
<i>Total</i>		<i>131</i>	<i>556</i>	<i>445</i>	<i>1132</i>
AC	Rio Branco	96	-	-	96
<i>Total</i>		<i>96</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>96</i>
GO	Goiânia	-	376	-	376
<i>Total</i>		<i>-</i>	<i>376</i>	<i>-</i>	<i>376</i>
PI	Teresina	-	362	-	362
<i>Total</i>		<i>-</i>	<i>362</i>	<i>-</i>	<i>362</i>
SP	São Paulo	-	354	-	354
<i>Total</i>		<i>-</i>	<i>354</i>	<i>-</i>	<i>354</i>
RO	Porto Velho	-	-	620	620
<i>Total</i>		<i>-</i>	<i>-</i>	<i>620</i>	<i>620</i>
Total geral		5263	12584	17124	34971

Fonte: Diniz; Santos, 2006. (Com adaptações)

A intensificação desses fluxos estaria associada entre outras coisas, ao *boom* do garimpo, desencadeada pela descoberta de ouro e diamantes em sua porção setentrional, em meados da década de 1980. (RODRIGUES, 1996). No bojo desse intenso movimento de chegada de pessoas, não é coincidência a procedência de outras áreas de garimpo ativas ou declinantes na Amazônia, como é o caso de Itaituba e Santarém.

Outra modificação que merece destaque em relação aos principais fluxos migratórios do final dos anos 1990 é o fato de que pela primeira vez os fluxos inter-municipais em Roraima rivalizaram com os inter-estaduais. Este é o caso de vários fluxos originários no município de Boa Vista em direção aos municípios de Cantá, Pacaraima, Caracarái e Bonfim. Como revelado anteriormente, esse aspecto da migração intra-estadual, está associada à expansão da oferta de terras em novos projetos de colonização além dos postos de trabalho gerados em virtude da criação dos novos municípios nos anos de 1994/1995. (Tabela 2).

Tabela 2- Principais fluxos migratórios internos/RR - 1975/2000

Procedência	Destino	Período			Total
		1975/1980	1986/1991	1995/2000	1975/2000
Boa Vista	Caracarái	131	-	708	839
Boa Vista	Cantá	-	-	957	957
Boa Vista	Pacaraima	-	-	781	781
Boa Vista	Bonfim	-	-	681	681
São J. da Baliza	Boa Vista	-	443	-	443
Alto Alegre	Boa Vista	-	403	552	955
Mucajaí	Boa Vista	-	288	-	288
Caracarái	Boa Vista	-	-	498	498
Total		131	1134	4177	5442

Fonte: Diniz; Santos, 2006. (Com adaptações)

No final da década de 1970, o deslocamento populacional entre os dois municípios do estado, Boa Vista e Caracarái, além de exíguas, geravam baixos números entre os municípios. Na década de 1980, com a intensificação dos deslocamentos dentro do estado de Roraima, o município de Boa Vista sobressai-se com expressivo número de migrantes, enquanto os demais municípios do estado contabilizaram perdas migratórias.

No início da década de 1990 a atividade de garimpagem é proibida pelo governo federal. Milhares de garimpeiros são obrigados pela Polícia Federal e Exército brasileiro a deixar as áreas de garimpo que se encontravam na sua grande maioria na área indígena Yanomami. Muitos garimpeiros voltaram para seus Estados de origem, enquanto outros continuaram em Roraima e, de diversas formas, passaram a tirar seu sustento e da sua família.

Até meados da década de 1990, a facilidade de se conseguir lotes urbanos em Roraima fez com que as famílias dos agricultores se dividissem, ficando os homens e os filhos mais

velhos na área rural, enquanto as mulheres e os filhos em idade escolar estabelecem residência no âmbito urbano.

Desta forma, os migrantes usufruíam as oportunidades econômicas tanto do mundo rural, quanto urbano. Durante as fases que demandam trabalho intensivo na agricultura, como a colheita, por exemplo, os membros urbanos da família passam temporadas nos lotes rurais. Por outro lado, os membros rurais da família visitam regularmente a cidade, para rever os familiares, comprar e vender víveres e fazer uso dos serviços urbanos como, clínicas, igrejas, atividades de lazer, entre outros.

Em processo descrito por Diniz (2003), a ocupação demográfica de áreas inabitadas ou pouco habitadas se dá em etapas, sendo forjada pela chegada de ondas distintas de imigrantes. Essa é também uma característica da fronteira agrícola.

A mobilidade na fronteira é fortemente baseada em canais informais de informação e migrações por corrente. Neste processo, um determinado agricultor (inovador) chega à fronteira em busca de terra. Durante toda a sua estadia, este ator mantém contato direto com o local de origem e, tão logo obtenha acesso a um pedaço de terra e alguma estabilidade, deflagra-se a segunda onda de migrantes (seguidores), que chegam à fronteira, inspirados pelo sucesso e pelo apoio do “inovador”.

Esta invasão de áreas de assentamento por indivíduos de mesma origem geográfica se intensifica, uma vez que tão logo a primeira onda de “seguidores” ganha acesso a terra, sucessivas ondas de “migrantes seguidores”, com algum grau de relação, chegam ao destino. Situações nas quais os migrantes mantêm contato direto com os locais de origem, seja através de cartas, telefonemas e visitas regulares, fazem com que a migração acabe representando e promovendo no destino a expansão da comunidade de origem. (DINIZ, 2003)

3.2 Fronteira agrícola ou fronteira urbana? A transição urbana em Roraima

O *status* de Território Federal, juntamente com a criação das colônias agrícolas, teve um profundo impacto na população local. O censo de 1950 contabilizou 18.116 indivíduos,

80% acima da contagem de 1940. A tendência de crescimento continuou durante os anos 1950, culminando com uma população de 28.304 habitantes em 1960.

Apesar de todas essas mudanças, Roraima permaneceu esparsamente povoado e economicamente isolado. O maior impedimento a ocupação e desenvolvimento do território era a sua grande dependência do rio Branco para o transporte. O rio não era navegável por barcos de maior calado durante a estação seca devido a presença de corredeiras ao longo do seu curso. Esse impedimento só foi resolvido em 1976 quando a estrada de rodagem BR 174, estabeleceu o primeiro elo terrestre entre Boa Vista e Manaus. A estrada foi mais tarde estendida até a divisa com a Venezuela e concluída em 1998. É importante mencionar a construção da rodovia Perimetral Norte, conhecida em Roraima como BR 210, que abriu o flanco sudoeste do Estado à colonização. (BARROS, 1995)

A construção dessas estradas marcou o início de uma nova era de ocupação na região, uma vez que garantiu a ligação via terrestre durante todas as estações do ano e permitiu que vastas áreas fossem exploradas em diversos projetos de colonização.

Conseqüentemente a população que era de 28.304 habitantes em 1960, chegou a 40.885 em 1970. A tendência de crescimento se manteve durante a década seguinte, chegando a 79.159 pessoas. Segundo Diniz e Santos (2006), esta época foi também marcada pela criação de incentivos a ocupação do território para solucionar dois problemas crônicos: o primeiro, de cunho geopolítico, que significava ocupar os “espaços vazios” do território, tendo em vista a antiga preocupação dos governos centrais em defender as fronteiras internacionais do país; o segundo, de cunho sócio-econômico, que residia na questão regional nordestina cuja solução seria a criação de colônias agrícolas para transferir a população de regiões empobrecidas e castigadas pela seca para regiões mais úmidas e supostamente agricultáveis.

Assim, as famílias de migrantes poderiam ter acesso a frações de terra para sua subsistência, servindo então como um grande fator de atração e auxiliando, concomitantemente, aos interesses geopolíticos.

Nas últimas duas décadas, tem ocorrido uma concentração da população nos centros urbanos. Esta tem sido uma tendência geral em todo o país e, em Roraima, também. Nas décadas de 1960 e 1970, a população rural/urbana manteve-se estável. Na década de 1980,

ocorreu uma inversão significativa quando a população urbana chegou a representar 62%. Em 1991 a população urbana era de 68%, em 2000 representava 76%, mantendo-se praticamente estável em 2010, demonstrando assim o forte processo de urbanização do Estado. (Tabela 3).

Tabela 3 – População Residente. Roraima - 1950/2010

ANOS	TOTAL	R U R A L		U R B A N A	
		Habitantes	(%)	Habitantes	(%)
1950	18.116	12.984	72	5.132	28
1960	28.304	16.156	57	12.148	43
1970	40.885	23.404	57	17.481	43
1980	79.159	30.425	38	48.734	62
1991	217.583	70.814	32	146.769	68
2000	324.397	77.381	24	247.016	76
2010	450.479	105.620	23	344.859	77

Fonte: IBGE. Censos demográficos

Entre 1970 e 1980, a população de Roraima praticamente duplicou, apresentando uma taxa anual de crescimento na ordem de 6,83% ao ano. Também nesse período, Roraima sofreu profundas transformações na estrutura populacional, com destaque para a consolidação da transição urbana do Estado, que ocorreu na década de 1980, como mostrado anteriormente.

Esta tendência à concentração urbana em Roraima é explicada em parte pelo resultado dos esforços, sem grandes sucessos, dos empreendimentos dos governos, federal e estadual, na implementação de políticas de colonização e incentivo à migração para área rural. (BARBOSA, 1994).

Outro fator que contribuiu para a concentração urbana foi a “corrida do ouro” na década de 1980. Como a maioria dos garimpos estava localizada em áreas distantes de núcleos urbanos como as vilas, povoados e as pequenas cidades, as referências de apoio para os garimpeiros eram as cidades maiores, mais precisamente a capital Boa Vista que tornou-se desta forma o núcleo de atração dessa população, por possuir maior e melhor infra-estrutura de serviços e de diversões como bares, cabarés, boates, além do comércio para abastecimento de produtos e equipamentos para a mineração. (RODRIGUES et al, 2002).

Todavia, apesar da natureza rural dos atrativos populacionais das atividades de garimpagem e dos assentamentos agrícolas, Roraima é um estado com população eminentemente urbana.

Já na década de 1990 o estado de Roraima foi o que mais cresceu populacionalmente entre todos os estados da região norte a uma taxa de 10,64% ao ano, enquanto que o estado de Rondônia na mesma década apresentou uma taxa de crescimento populacional de 7,87% e o Amapá 4,65%.

A esse crescimento é computado a intensa atividade mineira que praticamente triplicou os números absolutos da população do estado que passou de 79.159 em 1980, para 217.583 na década seguinte. Além da migração para atividades de mineração, outro fator que contribuiu para o aumento dos fluxos migratórios foram as políticas de assentamentos rurais, predominantemente no sul do Estado.

A mineração, por ser uma atividade conduzida de maneira clandestina em parques nacionais e reservas indígenas foi proibida pelo governo Federal que removeu os garimpeiros e proibiu tal atividade, gerando um grande refluxo populacional e uma significativa diminuição nas taxas de crescimento. Entre 1991 e 2000, a taxa de crescimento populacional decresceu passando para 4,58%. Apesar desse decréscimo, o estado de Roraima ocupou nos anos 2000, o segundo lugar entre os estados da região norte que mais cresceu.

No ano de 2000, a população de Roraima era de 324.397 habitantes, distribuídos entre os 15 municípios que compõem o estado. A maior concentração populacional está nos municípios de Boa Vista, Alto Alegre, Rorainópolis, Caracaraí e Mucajaí, respectivamente. (Tabela 4).

Tabela 4 – População residente por município/ Roraima

Municípios	Censo 1991				Censo 2000				Censo 2010			
	Total	Urbano	Rural	Taxa Urb %	Total	Urbano	Rural	Taxa Urb %	Total	Urbano	Rural	Taxa Urb %
Boa Vista	122.600	120.157	2.443	98	200.568	197.098	3.470	98	284 313	277 799	6.514	98
Caracarái	8.773	5.139	3.634	58	14.286	8.236	6.050	57	18 398	10910	7488	59
Rorainópolis*	5.496	1.457	4.039	26	17.393	7.185	10.208	41	24 279	10673	13606	43
Mucajaí	11.278	5.222	5.050	46	11.247	7.029	4.218	62	14 792	8935	5857	60
Alto Alegre	11.211	3.356	7.855	30	17.907	5.195	12.712	29	16 448	4 780	11668	29
São J. Baliza	6.328	2.309	4.019	36	5.091	3.882	1.209	76	6 769	4755	2014	70
São Luiz	3.778	2.268	1.510	60	5.311	3.447	1.864	65	6 750	4455	2295	66
Iracema*	2.163	1.356	807	63	4.781	3.228	1.553	67	8 696	4078	4618	46
Bonfim	5.436	1.221	4.215	22	9.326	3.000	6.326	32	10 943	3711	7232	33
Pacaraima*	4.099	1.269	2.830	31	6.990	2.760	4.230	39	10 433	4514	5919	43
Caroebe*	3.647	890	2.757	24	5.692	1.977	3.715	35	8 114	3324	4790	40
Normandia	5.223	1.146	4.077	22	6.138	1.500	4.638	24	8 940	2311	6629	26
Cantá*	4.042	428	3.614	10	8.571	1.155	7.416	13	13 902	2257	11645	16
Amajari*	10.903	299	10.604	3	5.294	799	4.495	15	9 327	1219	8108	13
Uiramutã*	12.612	252	12.360	2	5.802	525	5.277	9	8 375	1138	7237	13
Roraima	217.583	146.769	70.814	67	324.397	247.016	77.381	76	450 479	344859	105620	76

Fonte: IBGE; censos demográficos 1991, 2000 e 2010.

* De acordo com o IBGE, para 1991 foram utilizados dados do censo do mesmo ano, considerando os devidos fracionamentos populacionais dos futuros novos municípios criados nos anos de 1994/95.

De acordo com o censo de 2010, os municípios com maiores taxas de urbanização são: Boa Vista com 98%; São João da Baliza com 70%; São Luiz com 66%; Mucajaí com 60% e Caracarái com 59%. Os municípios que podem ser considerados rurais por terem as menores taxas de urbanização são: Amajari com 13%, Uiramutã com 13%, Cantá com 16% e Normandia com 26%.

Entre os censos de 1991 e 2000, o município de Rorainópolis teve um aumento populacional de 316%, passando de 5.496 habitantes em 1991, para 17.393 habitantes em 2000. A população dos municípios de Caracarái, Bonfim e Cantá praticamente duplicaram, passando de 8.773, 5.436 e 4.042 habitantes em 1991 para 14.286, 9.326 e 8.571 habitantes em 2000, respectivamente. No entanto, os municípios de Amajari e Uiramutã reduziram sua população pela metade. Isso se deve em parte, pelo fechamento das áreas de garimpos e, conseqüentemente, da retirada dos garimpeiros no início da década de 1990, uma vez que os mesmos estavam nas áreas desses novos municípios.

No período de 1991 a 2000, os municípios de Mucajaí e Normandia permaneceram com o número da população relativamente estável, enquanto Uiramutã, Amajari e São João da Baliza tiveram perda populacional. Em números absolutos a população desses municípios era

de 12.612, 10.903 e 6.328 habitantes em 1991, decaindo para 5.802, 5.294 e 5.091 habitantes em 2000, respectivamente. Dos três municípios que tiveram uma redução populacional no período, apenas São João da Baliza modificou seu *status* de município rural para município predominantemente urbano.

Se por um lado, São João da Baliza representa o segundo município em população urbana, abaixo apenas de Boa Vista, por outro lado, Uiramutã e Amajari, são municípios predominantemente de população rural. O município do Cantá, também se enquadra nessa condição, porém, diferentemente desses dois municípios sua população total dobrou no período entre 1991 a 2000.

De acordo com o Censo Demográfico 2010, as pessoas que residiam em Roraima somavam 450.479. Em comparação com o Censo 2000, houve um aumento populacional de 126.082 pessoas, o que representa um crescimento populacional de 39% em relação ao censo anterior. Esse número revela a segunda maior taxa de crescimento do país com 3,36%, abaixo apenas do Estado do Amapá com uma taxa de 3,44%. Esse valor de crescimento que o Estado apresentou está relativamente acima do crescimento da população do País (1,17%) e da Região Norte (2,09%).

No que diz respeito aos municípios de Roraima, verifica-se que o município do Estado que apresentou maior crescimento nessa década foi Iracema (81%), seguido de Amajari (76%) e Cantá (60%). O crescimento da capital, Boa Vista, foi de 41%. O único Município que perdeu população foi Alto Alegre, o qual apresentou crescimento negativo de -9%. Os municípios com menor crescimento populacional foram Bonfim, São Luiz e Caracarái, com 17%, 27% e 28%, respectivamente.

Esse intenso processo de crescimento populacional vivenciado nas últimas décadas encontra-se intrinsecamente associado à formação da rede urbana no estado de Roraima, dando início às profundas reconfigurações sócio-espaciais.

Sabe-se que à exceção de Boa Vista, as sedes municipais de Roraima gozam da condição formal de cidade e desempenham funções urbanas elementares por encontrarem-se extremamente vinculadas e dependentes do mundo rural que as cerca. Segundo Castells (1983, p. 83), as cidades desempenham um papel essencialmente político-administrativo de gestão do excedente de produção agrícola e de fornecimento de serviços para as classes

dominantes. Ademais, o traço característico do chamado comportamento “urbano” se constitui pela superficialidade dos contatos e uma preponderância das relações secundárias que, de certa forma, estão ausentes nas outras sedes urbanas, como é o caso de Roraima.

O crescimento acelerado dos aglomerados urbanos deve-se ao aumento das taxas de crescimento natural e a migração rural-urbana. Para Castells (1983, p. 85), a migração para as cidades é muito mais motivada pela decomposição da sociedade rural do que como expressão do dinamismo da sociedade urbana.

O intenso crescimento populacional vivenciado por Roraima nas últimas décadas, bem como as mudanças de cunho político-administrativo e a crescente complexidade da rede urbana encontram-se intimamente vinculadas aos movimentos migratórios, que por sua vez, contam com o suporte de redes¹¹ sociais ativas.

3.3 A rede urbana em Roraima

Dois importantes desdobramentos das intensas correntes inter e intra-migratórias vivenciados por Roraima ao longo das últimas décadas foram indubitavelmente as emancipações municipais e a formação de uma rede urbana desequilibrada.

No contexto de Roraima, Boa Vista se sobressai como o principal e mais complexo núcleo urbano, constituindo-se como cidade primaz e ponto de referência para a população. (AMORIM FILHO; DINIZ, 2005). De acordo com o censo 2000, a cidade de Boa Vista, agrupava 76,15% da população do Estado de Roraima. Já no censo 2010, a população do estado mostra-se mais distribuída entre os municípios e a percentagem da população vivendo na capital diminui para 58,73%, mesmo com um aumento significativo dessa população que passou de 200.568 pessoas em 2000, para 284.258 em 2010.

¹¹ Segundo Castells, "redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio". (Castells, 1999, p. 499).

Verifica-se, também que Rorainópolis torna-se a segunda maior população com 25.587 pessoas, passando Caracaraí que no censo anterior era a segunda maior população entre os municípios de Roraima. Caracaraí, Alto Alegre e Mucajaí aparecem na seqüência com uma população de 18.384, 16.286 e 14.814, respectivamente. Um grupo intermediário de cidades exhibe populações oscilando entre 9.000 e 13.000 habitantes como Cantá, Pacaraima e Amajari. Por fim, os demais grupos urbanos de Roraima exibem população oscilando entre 6.000 e 8.000 habitantes.

Segundo Amorim Filho e Diniz (2005), os centros urbanos de Roraima encontram-se em uma etapa bastante incipiente de hierarquização, uma vez que excluindo-se Boa Vista, a rede urbana de Roraima conta predominantemente com aglomerações de caráter semi-urbano com a maioria da população ativa ocupada em atividades do setor primário da economia. No mesmo estudo, os autores identificam três classes de cidades na rede urbana de Roraima. No topo da hierarquia figura Boa Vista, importante centro regional que exhibe a maior renda per capita de Roraima e níveis superiores de desenvolvimento humano e de infra-estrutura. Apesar de seu porte de cidade média, Boa Vista desempenha muitas funções características de cidades maiores a começar por aqueles próprios de uma capital de Estado.

Apesar de presente, o setor agrícola representa apenas uma pequena parcela da economia de Boa Vista, uma vez que a taxa de urbanização do município é de 98%, sendo dominada pelos serviços e pelo comércio, atividades que polarizam os demais núcleos urbanos de Roraima. Ressalte-se ainda que o desequilíbrio hierárquico entre Boa Vista e as demais cidades, é tão significativo que se pode falar pelo menos no momento atual, do fenômeno de macrocefalia urbana¹² na capital do Estado.

Identificou-se também um grupo intermediário de cidades com funções e características específicas situadas às margens das rodovias federais (BR-174 e BR-210-Perimetral Norte). Ao longo da BR-174 encontram-se os centros emergentes: Pacaraima (na fronteira com a Venezuela), Mucajaí, Iracema, Caracaraí e Rorainópolis, e às margens da BR-210, a poucos quilômetros de seu entroncamento com a BR-174, São Luiz, São João da Baliza e Caroebe. Esses centros emergentes gozam de posição intermediária em relação à renda per

¹² Segundo Amorim Filho e Diniz (2005), macrocefalia urbana é um fenômeno urbano que ocorre principalmente em países subdesenvolvidos. É caracterizada pelo desequilíbrio populacional de uma determinada região que pode ser classificada como cidade, estado ou país onde se tornam dominantes e autoritárias em relação a outras cidades por ser favorecida pela quantidade de habitantes que contém e também pela grande quantidade de indústrias em seu território.

capita e aos níveis de desenvolvimento humano e infra-estrutura. Sua estrutura ocupacional sugere que tais centros cumpram funções muito específicas e de influência local, sendo igualmente importantes os setores agropecuários e prestação de serviços.

Por fim, as demais cidades de Roraima compõem o grupo de pequenos núcleos urbanos. Suas posições geográficas mais periféricas e as condições precárias de suas estradas são fatores decisivos na explicação da fragilidade de seus intercâmbios e da precária condição sócio-econômica de seus habitantes. Esses pequenos núcleos urbanos estão muito ligados ao mundo rural, servindo na maioria das vezes como dormitório para trabalhadores do setor agrícola.

Diniz (2003), os define como herança dos embrionários núcleos urbanos, criados no coração de projetos de colonização, conforme prescreve o Estatuto da Terra. O seu crescimento é condicionado pelo processo de evolução das áreas de assentamento circunvizinhas, tornando-se, portanto, entidades inseparáveis dos projetos agrícolas dos quais se originaram. As transformações estruturais no seu entorno intensificam os movimentos rural-urbano, aumentando o tamanho e a complexidade desses núcleos. Segundo Becker (1998), tais lugares constituem-se centros de concentração e redistribuição de mão-de-obra formada por ex-colonos e migrantes que não conseguiram acesso a terra.

Esses ex-colonos são produtos daquilo que Castells (1983) denominou de “composição da estrutura rural”. A pressão demográfica pela terra cultivada deteriora o nível de vida rural, provocando a emigração. Para esse autor, uma vez que se rompe o circuito de produção agrícola tradicional não pode ser restabelecido. (CASTELLS, 1983)

No entanto, ocorre um processo de ruralização no urbano. Boa Vista também vivencia este processo como demonstrarei no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV

ESPAÇO AGRÍCOLA NA PAISAGEM URBANA

O urbano é a realidade em plena transformação, a expressão aparente do multifacetado modo de produção. O processo de urbanização tem se processado de forma rápida e intensa. O urbano apresenta-se como expressão marcante da lógica do modo de produção capitalista. Nele, o tempo é cronologicamente controlado. Os processos produtivos seguem ritmos artificializados. Tudo se apresenta cadenciado pelo intenso movimento das leis ditadas pelo capital. As relações de vida e trabalho são construídas sobre uma multiplicidade de formas e funções que se impõem a todo instante. (BAGLI, 2006).

No espaço urbano o tempo é rápido. A mudança, no urbano é algo constantemente sentido e presenciado, posto que as mudanças são visualizadas a todo instante. O espaço urbano, em seu processo de produção e reprodução, passa por constantes renovações e transformações. Nas casas e prédios construídos e destruídos, nas ruas e avenidas traçadas e alargadas, no fluxo de pessoas e dos automóveis, nas vitrines das lojas, nas mercadorias vendidas, enfim, na infinidade de coisas que surgem, ininterruptamente.

No espaço rural o tempo é lento e as mudanças são atreladas a uma lógica territorial mais próxima da natureza. As transformações são sentidas e visualizadas em menor escala, mas que não deixam de acontecer. Elas estão lá, embora nem tão perceptíveis. São transformações que atacam a essência, mas que não se revelam aparentemente, com tanta transitoriedade quanto no urbano.

O processo de urbanização se expande com intensa rapidez, incorporando e subjuguando áreas rurais. O urbano se expande, porque exerce atração sobre as pessoas, em virtudes das funções que concentra e, também, porque recebem os egressos do campo, expulsos pela lógica expropriatória do modo de produção. E ao se expandir concentra pessoas e funções.

As cidades sediam a representação do Estado, concentram os serviços e, encerram instituições representativas da civilização moderna. O rural supõe, por definição, a dispersão de sua população, a ausência do poder público no seu espaço e mesmo a ausência da grande maioria dos bens e serviços, naturalmente concentrados na área *urbana*. Em conseqüência, o rural está sempre referido à cidade como sua periferia espacial precária, dela dependendo política, econômica e socialmente. A vida desta população rural depende, portanto, direta e intensamente, do núcleo urbano que a congrega, para o exercício de diversas funções e o atendimento de diferentes necessidades econômicas e sociais.

O meio rural consiste, assim, no espaço da precariedade social. Seu habitante deve sempre se deslocar para a cidade, se quiser ter acesso ao posto médico, banco, ao Poder Judiciário e até mesmo à Igreja paroquial.

Abramovay (2000) considera distorcido o entendimento de que, necessariamente, devem-se vincular os espaços rurais à ausência de serviços, de cidadania e ao atraso, e a de que a implementação desses, represente a urbanização do campo.

Santos (1996) propõe que a já clássica divisão rural e urbana no Brasil seja substituída pela divisão em dois grandes subtipos: os espaços agrícolas e os espaços urbanos, decorrência da evolução verificada na sociedade, na economia e no território, sendo que o país, como um todo, seria preenchido por regiões agrícolas e regiões urbanas. As regiões agrícolas poderiam não ser rurais e conter cidades, ao mesmo tempo em que as regiões urbanas conteriam atividades rurais. Dessa forma, podemos ter áreas agrícolas contendo cidades adaptadas às suas necessidades e áreas rurais adaptadas à demanda urbana.

A região urbana tem sua unidade devida, sobretudo à inter-relação das atividades de fabricação ou terciárias encontradas em seu respectivo território, às quais a atividade agrícola existente preferentemente se relaciona. A região agrícola tem sua unidade devida à inter-relação entre mundo rural e mundo urbano, representado este por cidades que abrigam atividades diretamente ligadas às atividades agrícolas circundantes e que dependem, segundo graus diversos, dessas atividades. (SANTOS, 1996, p. 65).

Santos (1996) reconhece, entretanto, que devido a grande diversidade regional no país, pautada em uma diferenciada expansão do que denomina de “meio técnico-científico”, há um amplo leque de situações intermediárias, difíceis de serem simplesmente classificadas em um ou outro tipo, de modo estrito, ainda que essas tendências devam se generalizar nas próximas décadas.

A cidade, marcada pela concentração, como já destacamos, é espaço propício à realização de atividades que requerem encontro, proximidade ou possibilidade de comunicação, especialização e complementaridade de papéis e funções. O campo, marcado mais pela extensão e dispersão, atende técnica e economicamente ao desempenho de outras atividades. (SPOSITO, 2006)

De acordo com o Código Tributário Nacional - CTN¹³ são consideradas urbanas as áreas que possuem ao menos dois tipos de infra-estrutura básica, dentre os de meio fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; abastecimento de água; sistema de esgoto sanitário; rede de iluminação pública, com ou sem posteamento, para distribuição domiciliar e escola primária ou posto de saúde a uma distância de no máximo 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

Dessa forma, o rural, para se manter como tal, teria que estar destituído de todo e qualquer tipo de tecnologia criada para facilitar a vida das pessoas e que a condição de ruralidade seria dada pela ausência total de tecnologias, ou seja, pela rusticidade.

Para Bagli (2006), se as análises são realizadas fundamentadas apenas na aparência, serão cometidos erros grotescos porque:

Se o urbano é tudo aquilo que possui infra-estrutura, aquilo que não possui deixa de sê-lo. Por essa lógica, áreas imensas situadas no interior das cidades, como exemplo as favelas desprovidas de infra-estrutura como, água encanada, esgoto, luz elétrica e telefonia, não seriam urbanas. (BAGLI, 2006, p. 96).

Esse pensamento linear impede a análise das múltiplas contradições que se expressam no processo de produção e reprodução do espaço. Sobretudo, promove generalizações, criando visões monolíticas e estanques da realidade. A condição de ser rural ou urbano não está dada pela presença ou ausência de infra-estrutura, envolve outros aspectos que ultrapassam a mera aparência.

A existência de uma cidade não implica, portanto, necessariamente, a fragilização de sua área rural, ao contrário, pode resultar no reforço e na continuidade do modo tradicional de vida rural. Mais do que isto, o bairro rural pode ter forças próprias, dentre as quais sobressai, justamente, a capacidade dessa população de incorporar os bens e serviços provenientes da cidade, sem, com isso, destruir suas estruturas tradicionais.

¹³ Código Tributário Nacional. Art. 32 § 1º e 2

É preciso superar o estereótipo que se faz do rural como sinônimo de agrícola, de atraso, de natural; ao passo que o urbano é visto como sinônimo de moderno, de progresso, de sede industrial e tecnológica.

Neste sentido, cabe lembrar a crítica de Martins (1975) a respeito da dissimulação desses estereótipos em torno do urbano e do rural pelos governos militares, visando dar respaldo à política de esvaziamento do campo e a criação de uma reserva de mão-de-obra industrial nas cidades. O autor sinaliza as bucólicas histórias de Monteiro Lobato que transmitiam o caráter “atrasado” do rural pelas decisões atrapalhadas do personagem “Jeca-Tatu”.

4.1 Espaço urbano X espaço agrícola no Brasil

Apesar do intenso processo de urbanização, existe nas grandes cidades brasileiras e suas periferias, uma agricultura diversificada e significativa, que inclui desde cultivo e comercialização de hortifrutigranjeiros, produção e consumo de verduras orgânicas e não orgânicas, plantas aromáticas, ornamentais e medicinais, cosméticos naturais, insumos básicos, sementes, ferramentas, adubos, atividades produtivas praticadas em fundo de quintal, feiras livres, mercados de venda de produtos artesanais, arranjos produtivos locais de flores ornamentais, colônias de pesca, pólos de lazer e turismo verde.

Nas periferias encontram-se manchas de terras agrícolas mercantis e assentamentos de reforma agrária tentando produzir e comercializar produtos, criar e comercializar pequenos animais. Inúmeros e diversificados são os grupos e pessoas envolvidas com essas atividades. O município do Rio de Janeiro, por exemplo, é, segundo a Embrapa, o maior produtor de coco verde do estado.

A agricultura urbana é realizada em pequenas áreas dentro de uma cidade, ou no seu entorno, e destinada à produção de cultivos para a utilização e consumo próprio, ou para a venda em pequena escala em mercados locais. (ROESE, 2007).

É um tipo de atividade que ocupa áreas que vão desde pequenos terrenos de 50 metros quadrados até fazendas de 200 hectares. Acontece tanto em cidades pequenas dos países em desenvolvimento, quanto nas grandes cidades do mundo industrializado, como: Amsterdã, Paris, Nova York, Los Angeles, Vancouver. Em Havana, a agricultura urbana é estratégica.

No Brasil, destacam-se as cidades de Curitiba, Rio de Janeiro, São Paulo, Governador Valadares, Teresina, Belo Horizonte e Fortaleza. A prefeitura municipal de Belo Horizonte, por exemplo, implantou o projeto Centros de Vivência Agroecológica (CEVAE) em comunidades de baixa renda que tinham como principal diretriz a construção participativa de um desenvolvimento sustentável no meio urbano. Neles, foram desenvolvidos programas de intervenção socioambiental, como ações de educação ambiental e sanitária, de segurança alimentar e saúde, agroecologia e geração de renda.

Variados estudos e experiências vêm demonstrando que o cultivo agrícola na cidade, pode causar impactos significativos na segurança alimentar e nutricional da população, na educação ambiental e na preservação dos mananciais, no tratamento dos resíduos sólidos e das águas servidas e, principalmente, na geração de emprego e renda para jovens e mulheres, homens adultos e idosos. Tal situação aponta para a importância da agricultura urbana e para os benefícios de sua integração ao planejamento físico e urbanístico.

Abramovay (1998) estima que o crescimento das grandes cidades no interior do país, longe de desestimular o meio rural, pode, ao contrário, vir a ser um fator de sua dinamização. De acordo com esse autor:

As políticas voltadas para o fortalecimento e para a criação de novas unidades familiares no meio rural terá tanto mais sucesso quanto mais importantes forem as oportunidades de intensificação de suas ligações dinâmicas e diversificadas com as cidades. A consolidação de um sistema brasileiro de cidades é, no entanto, uma condição necessária, mas não suficiente para permitir esta integração: o fundamental é que a população rural esteja dotada dos meios, das prerrogativas que lhe permitam tirar proveito do dinamismo que as cidades tendem a propagar ao seu redor. (ABRAMOVAY, 1998. p. 2).

Entre as dimensões da agricultura urbana, a segurança alimentar¹⁴ é certamente a mais importante e conhecida. Este tipo de agricultura contribui para a segurança alimentar da

¹⁴ No Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - é o responsável pelo desenvolvimento e implantação de políticas de segurança alimentar e combate a fome, que estão ligadas ao conjunto de estratégias FOME ZERO. Segurança Alimentar e Nutricional – SAN é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais,

população, a partir de seu impacto nas ações de combate à pobreza e a exclusão social, ou seja, à medida que ela complementa a renda das famílias que se dedicam aos cultivos urbanos e fornece alimentos básicos para as famílias que não têm recursos para comprar no mercado.

A agricultura urbana também contribui para a segurança alimentar ao permitir o acesso da população a alimentos mais frescos e saudáveis e ao possibilitar a diversificação da dieta alimentar. É também sobre essa dimensão que as políticas públicas voltadas à agricultura urbana incidem mais diretamente. A experiência internacional dá à segurança alimentar uma importância estratégica. A ênfase no aspecto da oferta de alimentos da agricultura urbana foi sendo construída a partir da ocorrência, em diversos países de crises alimentares, processos de desorganização dos sistemas de produção alimentar, conflitos militares de longa duração e do papel crescente desempenhado pela produção e autoprodução¹⁵ urbana de alimentos no abastecimento metropolitano e na alimentação de importantes parcelas da população.

O caso brasileiro é diferente, o que talvez explique, em parte, o nosso retardamento relativo na implantação das atividades de agricultura urbana. Não temos, salvo em algumas regiões mais isoladas do país, problemas de oferta de alimentos. A questão alimentar, no Brasil, está mais diretamente relacionada à demanda e à possibilidade da população ter acesso aos alimentos oferecidos no mercado. Essa diferença não diminui a importância da contribuição da agricultura urbana para a segurança alimentar da população. Ela apenas altera seu eixo de intervenção.

Nesse sentido, é importante entendermos que as políticas de apoio à dimensão da segurança alimentar da agricultura urbana são partes de um conjunto mais amplo de políticas sociais, voltadas à complementação de renda tais como o bolsa família¹⁶ e a geração de empregos.

tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam, social, econômica e ambientalmente sustentável.

¹⁵ O aumento da oferta e da qualidade dos alimentos permite, ao mesmo tempo, reduzir o impacto dos gastos com no orçamento familiar, quando a produção é destinada para o autoconsumo e aumentar os ganhos familiares por meio da venda, quando o plantio gera um excedente de produção. Os alimentos autoproduzidos significam, freqüentemente, uma redução importante nos gastos com alimentação das famílias pobres urbanas. A autoprodução de alimentos permite que esta faixa da população disponibilize uma parcela um pouco maior de sua renda para outras despesas.

¹⁶ O bolsa família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, de acordo com a [Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004](#) e o [Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004](#). Esse programa integra a estratégia Fome Zero que tem o objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a

A autoprodução de alimentos já foi uma prática comum nas cidades e, passou a perder importância com a aceleração do processo de urbanização e a melhoria dos sistemas de abastecimento.

O aumento da densidade urbana e a substituição de casas por apartamentos acarretaram uma drástica diminuição do acesso a solos urbanos cultiváveis. Paralelamente, o preço dos alimentos apresentou uma tendência à queda, e o próprio formato dos alimentos tem se alterado. Junte-se a isso, a compra, cada vez maior, de serviços através dos alimentos selecionados, preparados e prontos para serem consumidos.

Existem, entretanto, vários outros instrumentos de complementação de renda, disponibilidade de alimentos no comércio e restaurantes populares. Por que, então, as pessoas prefeririam a autoprodução, e por que as políticas públicas as incentivariam? Qual o interesse em desenvolver tais práticas? Não seria algo atrasado, ineficiente e pouco moderno?

O crescimento da pobreza urbana, do desemprego e da insegurança alimentar nas últimas décadas, voltou a colocar, na ordem do dia, à questão da autoprodução de alimentos. Colocou, lado a lado, força de trabalho e conhecimentos disponíveis que podem ser utilizados para essa prática e para importantes necessidades alimentares não atendidas.

As práticas agrícolas urbanas e seus instrumentos de ação como as hortas individuais ou comunitárias, são permeadas por outras dimensões como a cultural - o respeito à cultura dos migrantes rurais - a educativa (nas escolas), a busca pela qualidade dos alimentos (através de práticas orgânicas), os costumes relativos ao uso das plantas medicinais, entre outros. Nesse sentido, o trabalho com a agricultura urbana permite uma importante abordagem dos hábitos culturais e de alimentação, oferece novas alternativas alimentares, trabalha a questão de mudança de hábitos, de um maior consumo de verduras, hortaliças e legumes, bem como recupera hábitos alimentares saudáveis com o uso de plantas nativas, rústicas e resgata a sabedoria das avós.

4.2 A dificuldade de definir o espaço urbano e os problemas para a análise do fenômeno rural

O exame das interações entre o urbano e o rural no Brasil padece de uma miopia crônica, resultante de uma violenta distorção estatística, a qual afeta simultaneamente a pesquisa acadêmica, as disciplinas escolares e o senso comum. Trata-se do critério de definição de aglomerado urbano.

No Brasil está em vigor um critério que remonta ao período histórico do Estado Novo (1937-1945), ocasião na qual foi editado o decreto-lei 311/1938 que define até hoje os parâmetros legais para estabelecimento dos espaços urbanos, baseado exclusivamente em critérios político-administrativos.

Segundo a legislação brasileira, há basicamente dois tipos de aglomerados urbanos. As sedes municipais, as quais têm o estatuto de cidade, e as sedes distritais¹⁷, denominadas vilas.

Para agravar ainda mais o problema, essa legislação estabelece que a delimitação do perímetro urbano desses aglomerados esteja a cargo do poder municipal o qual deve fazê-lo por força de uma lei aprovada pelo poder legislativo municipal.

Essa atribuição resulta freqüentemente em duas práticas que potencializam ainda mais as distorções geradas por esse critério. Primeiro, o fato de que muitas municipalidades estabelecem o perímetro urbano além do espaço que física e funcionalmente poderia ser considerado como tal. O objetivo é aumentar a arrecadação do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), que vai integralmente para os cofres das Prefeituras, enquanto que o imposto cobrado sobre a propriedade rural, o ITR (Imposto sobre propriedade Territorial Rural) destina-se ao governo federal. Dessa forma, áreas urbanas de caráter extremamente duvidoso, para dizer o mínimo, tornam-se artificialmente ainda maiores. (DUARTE, 2009, p. 06).

A segunda prática é que, segundo Veiga (2002, p. 55), em 40% dos municípios brasileiros a delimitação oficial desses aglomerados inexistente, sendo improvisada às vésperas dos censos demográficos.

¹⁷ No Brasil os distritos constituem uma subdivisão municipal que não possui qualquer autonomia no plano político-administrativo.

O resultado de um tão desvirtuado instrumento de medida oficial da urbanização é um conjunto imenso de contradições. Na verdade, de um total de 5.507 sedes municipais brasileiras em 2000, 1.176 tinha menos de 2.000 habitantes, 3.887 menos de 10.000 e 4.642 menos de 20.000. (VEIGA, 2000).

O produto final dessa sucessão de disparates é a ficção estatística segundo a qual o Brasil possui 81,2% de população urbana. (IBGE, 2000). A Síntese dos Indicadores Sociais 2004 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) já apontava uma taxa de urbanização de 84,3%. Casos semelhantes podem ser verificados em vários outros países da América Latina, o continente do mundo subdesenvolvido com as mais elevadas estatísticas oficiais de população considerada urbana.

Diversas e importantes conseqüências podem ser apontadas a partir dessa miopia conceitual que nos é imposta pelo anacronismo da legislação vigente no Brasil.

O primeiro deles é que os espaços rurais brasileiros são definidos por um critério de exclusão. Não há um critério legal para se definir o espaço rural do país. É rural no Brasil aquilo que simplesmente não é urbano, segundo os princípios da legislação federal e de acordo com os caprichos e interesses locais que delimitam os perímetros urbanos. Reproduzindo a já citada visão depreciativa do campo, esse espaço é a antítese da cidade. É o não-urbano.

O segundo problema é muito mais sério. Ao produzir a ficção de transformar o percentual de população rural em um resíduo declinante, as estatísticas nacionais disseminam a idéia de que o universo rural do país já é inexpressivo e tende a desaparecer. Dá a impressão de ser a confirmação da tese da urbanização do campo. (DUARTE, 2009).

A decorrência direta dessa ilusão é a convicção de que se tornam cada vez mais dispensáveis as políticas públicas voltadas para os espaços rurais, inclusive aquelas destinadas a reduzir os disparates da estrutura fundiária nacional e fortalecer a agricultura familiar.

Feitas tais observações, apresentaremos a seguir as regras que incide tributação dos espaços urbanos e rural do Brasil. Na área urbana o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e na área rural o Imposto sobre propriedade Territorial Rural - ITR.

4.2.1 Regra-matriz de incidência do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU

Os artigos 156, da Constituição Federal de 1988, e a Lei nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, trazem os dados gerais para a construção da regra-matriz de incidência do IPTU. Assim dispõem:

Art. 156, CF: Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I – propriedade predial e territorial urbana;

(...)

§1º. Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, §4º, II, o imposto previsto no inciso I poderá ser:

I – ser progressivo em razão do valor do imóvel;

II – ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso imóvel.

(...)

Art. 32, CTN. O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.

§1º. Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal, observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos dois dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I – meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II – abastecimento de água;

III – sistema de esgotos sanitários;

IV – rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

V – escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

§ 2º. A lei municipal pode considerar urbanas áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior.

Art. 33. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel.

Parágrafo único. Na determinação da base de cálculo, não se considera o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

Art. 34. Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.

Podem-se verificar, através do exame dos supracitados artigos, todos os elementos que preenchem a regra, formando a norma tributária no caso do imposto predial e territorial urbano.

Vale ressaltar que o Sistema Tributário Brasileiro determina como regra ser o IPTU arrecadado anualmente. Assim sendo, pode a lei municipal, conforme prevê o § 2º, do artigo 144, do CTN, fixar, expressamente, em que momento desse período se dará a concretização da hipótese de incidência do referido imposto. Em geral, os municípios definem esse momento como sendo “a propriedade existente em 1º de janeiro de cada ano”. (PEIXOTO, 2002, p. 424).

Para melhor visualizar a problemática envolvendo tal critério, necessário identificar a regra-matriz de incidência do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural, de competência da União, já que o conceito de zona rural será extraído residualmente, como se observa no art. 29 do CTN.

4.2.2 Regra-Matriz de incidência do Imposto sobre propriedade Territorial Rural - ITR

Para extrair a regra matriz do ITR também imprescindível a análise do texto normativo que trata deste imposto.

Dispõe o artigo 153 da Constituição Federal de 1988:

Compete à União instituir impostos sobre:

- (...) VI – a propriedade territorial rural;
- § 4º. O imposto previsto no inciso VI do *caput*:
 - I – será progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas;
 - II – não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel;
 - III – será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.

O Código Tributário Nacional assim estabelece:

Art. 29. O imposto, de competência da União, sobre a propriedade territorial rural tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, como definido na lei civil, localizado fora da zona urbana do Município.

Art. 30. A base de cálculo do imposto é o valor fundiário.

Art. 31. Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular de domínio útil, ou seu possuidor a qualquer título.

Percebe-se de imediato toda a controvérsia que pode surgir quanto à definição de zona rural, vez que esta será obtida por exclusão quando da acepção de zona urbana, trazida pelo Município.

4.2.3 Conflito entre o IPTU e o ITR

O crescimento da cidade, com a progressiva expansão de zona urbana do município, inclusive com a quase absorção total da zona rural em alguns municípios, têm trazido problemas de ordem tributária para diversos munícipes, que sempre se dedicaram às atividades agropastoris, uma vez que pode ser surpreendida com a cobrança do IPTU, uma tributação muito onerosa em relação ao tradicional ITR que vinham pagando.

Segundo Harada (2008, p. 03), o primeiro conflito que se estende entre os dois tributos referidos é com relação à ausência de um claro e objetivo marco divisor dos limites dos Municípios. Um segundo problema que se constata é no concernente à tributação de uma área urbana cultivada, normalmente de hortaliças que servem para a subsistência da população.

Isso ocorreu em decorrência da constante e progressiva urbanização dos Municípios, que empurrou os moradores de zonas rurais para locais cada vez mais distantes das zonas urbanas. Contudo, nem todos os agricultores deixaram sua terra diante da expansão urbana, razão pela qual deixaram de pagar ITR para pagar IPTU, o qual tem valor muito mais elevado.

Entretanto, observa-se que não é em todos os casos que o problema da substituição do ITR pelo IPTU é de ordem jurídica, mas sim que o nascimento do conflito maior se dá a partir do momento em que a questão sai dos limites da esfera jurídica, quando, por exemplo, o imóvel em que as hortaliças estão sendo cultivadas se enquadra no artigo 32, §1º, do CTN. Nesse momento, surge um problema de política tributária ou urbana, não uma questão

controvertida de Direito Tributário, posto que se deva estabelecer, atentando-se à cada situação concreta apresentada, se o imóvel a ser tributado pertence à área urbana ou rural, considerando também o princípio da isonomia, com o escopo de tratar os iguais de forma igual e os desiguais de acordo com suas desigualdades. (HARADA, 2008, p. 04).

Neste ponto, vale ressaltar que a norma descrita no §1º do artigo 32 do Código Tributário Nacional não é auto-aplicável, ou seja, não basta que o imóvel/local esteja enquadrado no dispositivo legal supramencionado, mas também que a lei municipal assim a declare. Basta que a lei municipal não declare, ou exclua dessa declaração de zona urbana determinadas áreas tradicionalmente destinadas às atividades agropastoris, para que não sejam atingidas pelo IPTU, mas apenas pelo ITR, bem menos oneroso que o primeiro.

Em havendo declaração de zona urbana, sem respeito às áreas tradicionalmente tidas como 'rurais' nada impede, dentro do princípio da razoabilidade, a lei municipal outorgar incentivos fiscais como, isenção, redução da base de cálculo ou de alíquotas ou ainda, desconto especial do IPTU.

Aos agricultores familiares urbanos de Boa Vista, objeto deste trabalho, incide na maioria das propriedades o IPTU, e em outras, principalmente nos bairros Operário e parte do Senador Hélio Campos, os agricultores não pagam IPTU, pois a Lei Municipal ainda os considera como área rural da cidade, e esses agricultores são isento de ITR.

CAPÍTULO V

ESPAÇOS AGRÍCOLAS NA CIDADE DE BOA VISTA

Em Boa Vista a agricultura urbana está presente nas periferias da cidade, próximo a lagos e igarapés com produção principalmente de hortifrutigranjeiros, onde o trabalho da família é predominante. Mesmo havendo alguns trabalhadores contratados, esses produtores não se enquadram na categoria de empresários rurais, onde o tamanho da área, a condição artesanal e a temporalidade do trabalho contratado para auxiliar a família é característica da produção familiar. Parte destes trabalhadores é descendente de indígenas, alguns guianenses e a minoria de trabalhadores remanescentes de áreas propriamente rurais. Mesmo a maioria desses agricultores não sendo remanescentes de área rural, passaram a desenvolver a atividade agrícola familiar, especificamente a hortifruticultura.

Os principais produtores de hortifrutigranjeiros, em Boa Vista, ou seja, o cultivo de hortaliças, a produção de frutas e a criação de animais de pequeno porte, estão localizados nas regiões conhecida como Monte Cristo no Norte da cidade e bairro Operário na região Oeste. Diferentemente do bairro Operário, no Monte Cristo, uma área mais antiga, com lotes maiores e que foi totalmente absorvido por produtores mais capitalizados e que trabalham com pessoas contratadas assemelhando-se a uma empresa, o trabalho familiar tem pouca importância, uma vez que a produção é praticada de forma empresarial.

A atividade agrícola é bem diversificada e plenamente praticada para comercialização. Vale ressaltar a predominância da criação de aves para postura, ou seja, para a produção de ovos.

5.1 Políticas públicas voltadas para a agricultura urbana em Boa Vista – Roraima

Na capital de Roraima, Boa Vista, a implantação de um projeto de incentivo à agricultura familiar, trouxe bons resultados financeiros para os produtores de hortaliças.

Para solucionar a falta de produção no período das chuvas, foi elaborado e implantado pela Prefeitura de Boa Vista, o Projeto Estufas. O projeto iniciou com quatro estufas e chegou ao total de 208 unidades administradas por famílias da periferia da cidade de Boa Vista. A iniciativa de gestão da prefeitura consistia em doar as estufas e fornecer assistência técnica tanto para a instalação quanto para produção, além do incentivo ao cooperativismo.

O resultado foi que a cidade de Boa Vista, tornou-se auto-suficiente na produção de legumes e verduras e constituiu-se em importante fonte de renda e emprego. De acordo com a Prefeitura de Boa Vista, o projeto envolveu 300 empregos permanentes e 700 temporários, nas épocas de colheita.

Esse projeto visava incentivar a agricultura familiar e reduzir a dependência do município em relação aos legumes e verduras vindos de outros estados uma vez que o cultivo de hortaliças protegidas em estufa exige quantidade mínima de agrotóxicos e garante produção regular o ano todo, inclusive no período das chuvas.

O Projeto Estufas atendeu as famílias que lidavam precariamente com agricultura e estavam instaladas no cinturão verde de Boa Vista. Durante o censo do Programa Municipal Braços Abertos 2004, todas as necessidades desses pequenos produtores foram identificadas, como falta de assistência técnica, existência de pragas e dificuldade de comercialização.

De acordo com a prefeitura, os 208 produtores beneficiados com o projeto aprenderam a técnica da plasticultura, ou cultura protegida. A prefeitura viabilizou a instalação de uma estufa em cada propriedade, além do sistema de irrigação, poços artesianos e garantiu aos produtores, através da Secretaria Municipal de Agricultura, assistência técnica, cursos de capacitação, disseminação dos conceitos de cooperativismo e pesquisa de mercado, possibilitando, desta forma, os insumos básicos para que os agricultores se tornassem auto-sustentáveis.

Segundo o diagnóstico por bairros das estufas, realizado pela Superintendência de Agricultura Familiar, Economia e Agronegócio, da Prefeitura Municipal de Boa Vista, com data de 25 de julho de 2009,¹⁸ dos 208 produtores beneficiados com as estufas em suas propriedades, apenas 64 produtores detinham de 119 estufas que no diagnóstico é considerado como ativa e, 9 foram consideradas desativadas e/ou abandonadas.

No entanto, na visita *in lócus*, verificamos que, muitas das estufas que a prefeitura de Boa Vista considera como ativa e produzindo, sequer existe. Verificamos também que, muitos dos agricultores que receberam em sua propriedade uma estufa, rapidamente venderam para outros agricultores mais capitalizados, e que o preço médio de venda das estufas variava entre dois e cinco mil reais. Por conta disso, é comum ver em algumas propriedades mais de uma estufa, chegando a ter propriedades com até 12 estufas.



Figura 2: Propriedade com várias estufas doada pela prefeitura e estufas abandonadas e/ou sem manutenção. Fonte: Fotos do Autor (2011).

¹⁸ Documento disponibilizado pela Superintendência de Agricultura Familiar, Economia e Agronegócio, da Prefeitura Municipal de Boa Vista em arquivo digital.

Em conversas informais com alguns agricultores que foram beneficiados com a instalação de estufa na sua propriedade, verificamos que por conta da degradação natural das estufas e por falta de manutenção, grandes partes dessas estufas estão desmontadas e/ou inutilizadas. Segundo os proprietários, a manutenção das estufas é muito caro, pois tudo do que precisa para fazer a manutenção precisa vir das regiões Sul e Sudeste do país. Isso impossibilita até a troca de um simples plástico que é utilizado na cobertura das estufas, pois o frete juntamente com o preço do material impossibilita a aquisição e conseqüentemente a manutenção adequada.



Figura 3: Estufas com produção e sem manutenção.
Fonte: Fotos do Autor (2011).

Em 2004, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Roraima (Sebrae/RR) proporcionou aos técnicos extensionistas rurais, não só do município, mas também do Estado, um curso sobre agricultura orgânica, com um consultor credenciado pelo Instituto de

Biodinâmica, de Petrolina (PE). Naquele momento, alguns dos hortifrutigranjeiros do Projeto Estufas foram convidados a participar do referido curso, sendo que a partir dessa qualificação alguns agricultores aderiram à produção orgânica, como veremos a seguir.

5.2 O desafio da agricultura orgânica

Em 2005, a terra apresentava os primeiros sinais de salinização, em consequência do uso de adubos químicos e inseticidas. Com a queda na produção, os agricultores só aumentavam a quantidade de agrotóxicos e adubos químicos para combater as pragas e recuperar a plantação.

Como haviam participado da capacitação em 2004, alguns agricultores decidiram investir seus esforços na técnica de produção orgânica. Com adesão de um grupo de horticultores, o Sebrae/RR percebeu que havia uma demanda sensibilizada para conhecer e desenvolver esse novo sistema de cultivo e até mesmo disposta a deixar de utilizar os agrotóxicos e adubos químicos para tornar-se produtor agroecológico.

Foi então que o Sebrae/RR decidiu elaborar, em 2005, o Projeto de Horticultura Orgânica. Esse projeto pretendia converter a olericultura tradicional (plantio de hortaliças) em orgânica, melhorando a competitividade das empresas envolvidas e a qualidade de vida. O público alvo era formado por produtores de hortaliças do município de Boa Vista.

A metodologia promovia o desenvolvimento/fortalecimento do público alvo através da construção coletiva de ações a serem realizadas por diversos parceiros institucionais e na mensuração de resultados a serem alcançados em cada plano de trabalho. Para implantar esse projeto, buscaram-se parcerias com instituições públicas e privadas voltadas para a área e firmou-se um acordo de resultados com todas elas, sendo que cada uma definiu sua atuação de acordo com as atividades que desenvolviam dentro do Estado.

O objetivo do Sebrae/RR era conscientizar não só os consumidores a alimentarem-se com produtos saudáveis, mas também os próprios produtores a respeito das melhorias na qualidade de vida ao deixarem de utilizar os produtos químicos em suas produções.

5.3 A pesquisa de campo

Para melhor compreensão da caracterização da agricultura familiar na área urbana da cidade de Boa Vista, procuramos informações na Superintendência de Agricultura familiar, Economia e Agronegócio da Prefeitura Municipal de Boa Vista. Com os dados e endereços dos agricultores saímos a campo para um contato inicial com o objetivo de ver o local onde esses trabalhadores se encontravam.

O procedimento metodológico utilizado para a realização do diagnóstico foi o de entrevistas semi-estruturadas. A primeira etapa foi a de localização das hortas nos bairros e a realização de entrevistas com o uso de questionário. (ANEXO E).

A área de abrangência do diagnóstico foi constituída pelos bairros Cauamé, Jardim Primavera, Operário, Treze de Setembro, Aracelis, Senador Hélio Campos, Santa Teresa, Aquilino Mota Duarte e Aeroporto, todos na área urbana da cidade de Boa Vista. O período de realização das entrevistas foi de 06/09/2010 a 28/09/2010. O tempo da entrevista era variável, dependente das características do agricultor, com duração aproximada de 1 hora.

O questionário foi formado por 28 questões com perguntas abertas e fechadas, e foi constituído de quatro tópicos: a) Dados familiares; b) Dados da mobilidade social (migração); c) Contexto da produção e comercialização; d) Dados econômicos e sociais.

A entrevista era iniciada com apresentação pessoal e dos objetivos do questionário. Apesar de algumas questões com perguntas fechadas, a conversa era informal permitindo que o agricultor expressasse da sua maneira a resposta as perguntas, como também, ficava livre para expressar sua opinião aos assuntos mais diversos.

5.4 Resultados e Discussão

Foram visitados e aplicados os questionários em 30 propriedades de nove (09) bairros da área urbana de Boa Vista. Os questionários em sua grande maioria eram respondidos pelo

chefe de família, ou na ausência deste, por uma pessoa maior de idade que respondia naquele momento pela propriedade e/ou pela família.

5.4.1 Os agricultores urbanos de Boa Vista

As condições da industrialização e da urbanização brasileira impuseram ao rural a expulsão dos seus moradores através de invasão de terras por parte de fazendeiros, falsificadores de títulos de terra e pela transformação das relações de trabalho no campo. O meio rural vem se modernizando e incorporando novas técnicas de produção, o que tem levado inúmeros trabalhadores a se dirigirem para os centros urbanos. Para Wanderley (1999), a migração continua a funcionar com duas faces: “esperança e fracasso”. A migração provoca conseqüências diretas tanto no urbano quanto no rural.

O inchamento das cidades, os graves problemas de violência, emprego, moradia, saúde e educação são o espelho da metropolização da pobreza e do esvaziamento da população rural no campo. As relações sociais são hoje determinadas pelas relações de produção e, como causa e efeito, vemos a representação capitalista acontecer no espaço urbano, o que faz com que milhares de famílias do meio rural procurem nas cidades as trilhas incessantes da busca por trabalho.

No caso do estado de Roraima, a migração para a área urbana de Boa Vista foi em certa medida incentivada pelos governos estadual e municipal. Na década de 1980 e praticamente toda a década de 1990, o poder público doava lotes urbanos para as famílias. Em algumas ocasiões não era somente o lote urbano. Era doada também a casa e para quem tinha o mínimo de estudo e/ou conhecimento, ou se fosse apadrinhado a algum político, ainda conseguia emprego público.

Com a maioria da população residindo na área urbana de Roraima, principalmente na cidade de Boa Vista, não tarda a aparecer alguns problemas como, por exemplo, o desabastecimento de produtos agrícolas e o desemprego, pois esses migrantes não eram absorvidos no mercado de trabalho, uma vez que, eram trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação.

Uma das medidas adotadas pelos governos estadual e municipal era de se constituir áreas de cinturão verde ao redor da cidade de Boa Vista com o fim de manter essas famílias ocupadas com as atividades que conheciam para que esses trabalhadores pudessem ter renda, além de manter a população da cidade abastecida de produtos agrícolas.

Para isso foram criados áreas de assentamento agrícolas próximos de Boa Vista, como o Monte Cristo e o Bairro Operário. No Monte Cristo os lotes de terras foram totalmente absorvidos por agricultores mais capitalizados e que trabalham com pessoas contratadas assemelhando-se a uma empresa, o trabalho familiar tem pouca importância, uma vez que a produção é praticada de forma empresarial. A atividade agrícola é bem diversificada e plenamente praticados para comercialização. Vale ressaltar a predominância da criação de aves para postura, ou seja, para a produção de ovos. O Monte Cristo, por mais que esteja bem próximo de Boa Vista, ainda é considerado área rural do município¹⁹. No entanto, o Monte Cristo não estará na área de abrangência desse trabalho, pois o nosso trabalho trata da agricultura em espaço urbano.

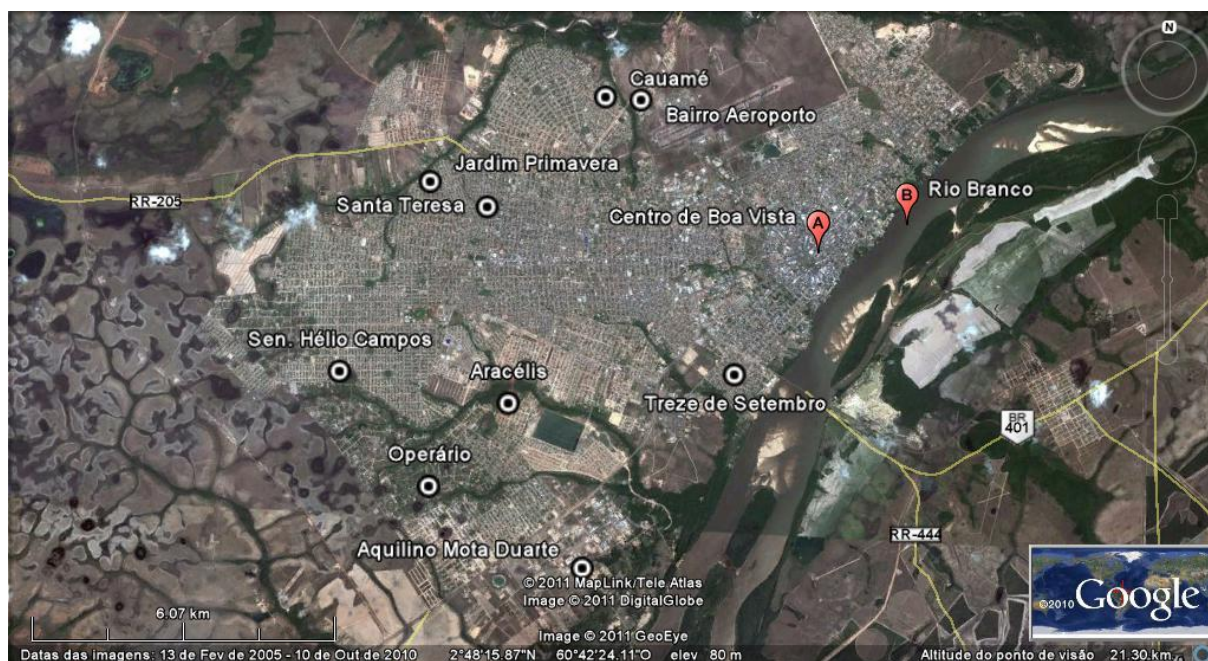


Figura 4: Cidade de Boa Vista

Fonte: Google Earth (2011)

Legenda: A – Centro de Boa Vista; B – Rio Branco; ● - Bairros onde foi realizada a pesquisa de campo.

¹⁹ O Monte Cristo está localizado na parte norte da cidade, e o mesmo é considerado como área rural de Boa Vista. Fica as margens do Rio Cauamé, que serve como fronteira natural entre o urbano e o rural do município.

Na pesquisa de campo, verificamos que, 40% dos agricultores urbanos de Boa Vista, está localizados no bairro Operário e 23% no bairro Senador Hélio Campos. Vale dizer que esses dois bairros estão lado a lado geograficamente, não percebendo de forma nítida onde começa um e onde termina o outro. Os demais agricultores estão espalhados pelos bairros da cidade de Boa Vista. (Figura 5).

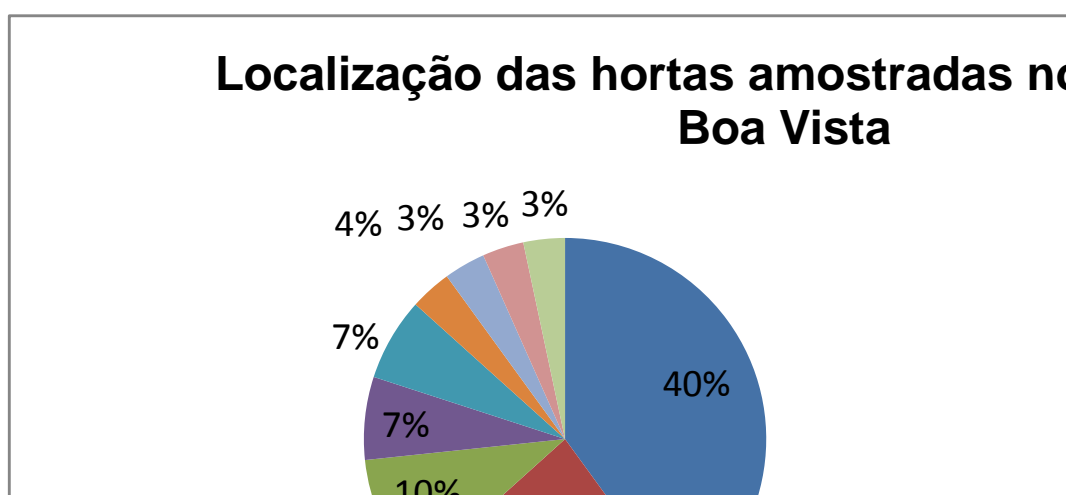


Figura 5: Localização das Hortas Amostradas nos Bairros de Boa Vista.
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

A área onde se situa o bairro Operário era de propriedade da Diocese de Roraima, adquirida pelo governo estadual em 1992. Era conhecido, inicialmente, como Campos Eliseos. Em 1994, o Instituto de Terras de Roraima (ITERAIMA) iniciou a doação das chácaras às famílias que queriam desenvolver atividades agrícolas no local. Os moradores dão conta de que as primeiras ocupações da área ocorreram nesse mesmo ano.

Em 1997 a área foi completamente loteada pelo ITERAIMA, que doou os lotes às famílias que estariam dispostas a morar e trabalhar no bairro.

O bairro Operário caracterizou-se como região das chácaras e como zona rural da cidade de Boa Vista até o ano de 1999, quando a prefeitura, em convênio com o exército, realizou o novo mapeamento da cidade. A partir de então, a área foi designada como bairro Operário e incorporada à zona urbana de Boa Vista. Depois de muitas negociações com os moradores a prefeitura voltou atrás e reincorporou a área do bairro Operário à zona rural da cidade.

A partir da dificuldade da prefeitura de Boa Vista de definir e delimitar o que é urbano e o que é rural, conclui-se que o bairro Operário não seria uma área rural e sim uma área urbana com produção agrícola, visto que o mesmo está cercado por bairros residenciais urbanos.

Vale destacar que em praticamente todos os bairros que circundam a cidade de Boa Vista existe produção de hortaliças.

5.4.2 População

Verificou-se que nas 30 famílias entrevistadas a população total é de 151 pessoas com média familiar de 5,03 pessoas por família. A maioria é predominantemente jovem. Mais da metade da população, ou seja, 52% têm até 20 anos de idade e 23% têm idade entre 21 e 40 anos. A população com idade entre 41 e 65 anos representa 22% do total. A população com idade acima de 65 anos soma apenas 3%. (Figura 6).

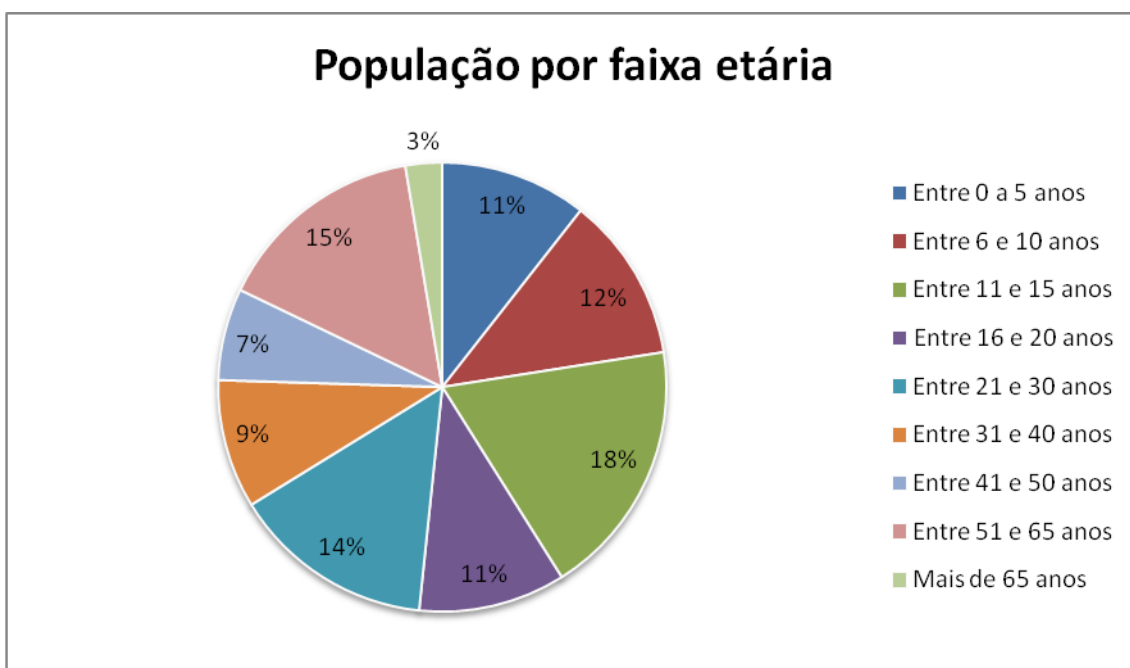


Figura 6: População por faixa etária.
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Quanto ao nível de escolaridade da população maior de 15 anos, pode-se afirmar que o índice de pessoas escolarizadas, ou seja, com nível escolar entre fundamental incompleto até superior incompleto é de 68%. No entanto, a porcentagem da população analfabeta é de 9% do total, ficando pouco abaixo da taxa de analfabetismo nacional que no ano de 2000, indicava 13,6% da população brasileira como sendo analfabeta. (IBGE, 2000). (Figura 7).

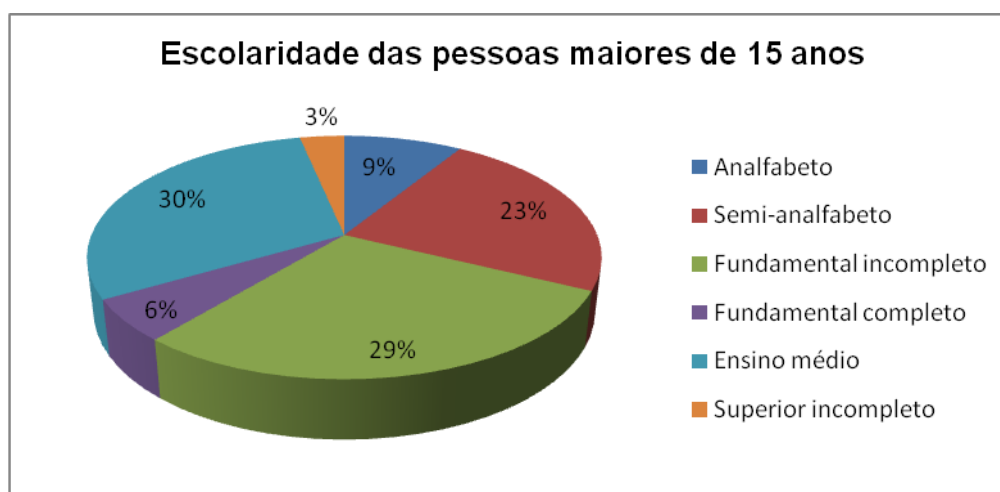


Figura 7: Escolaridades das pessoas maiores de 15 anos.
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Percebe-se que, esse conjunto mostra que a população de maior faixa etária é aquela que mais foi penalizada pela exclusão da escola, quando não havia políticas sociais de inclusão ou mesmo escolas acessíveis, uma vez que é natural supor que essa geração vivia no campo. Os dados mostram também que a maioria, ou seja, 87% têm até o ensino fundamental. Esse quadro ratifica a afirmação de Queda & Szmercsányi (1979, p. 226), que ressaltam o fato de que o ensino fundamental era a única forma de educação escolar acessível à população rural e, por isso, evidencia-se que essas pessoas têm menos escolaridade. (Figura 8).

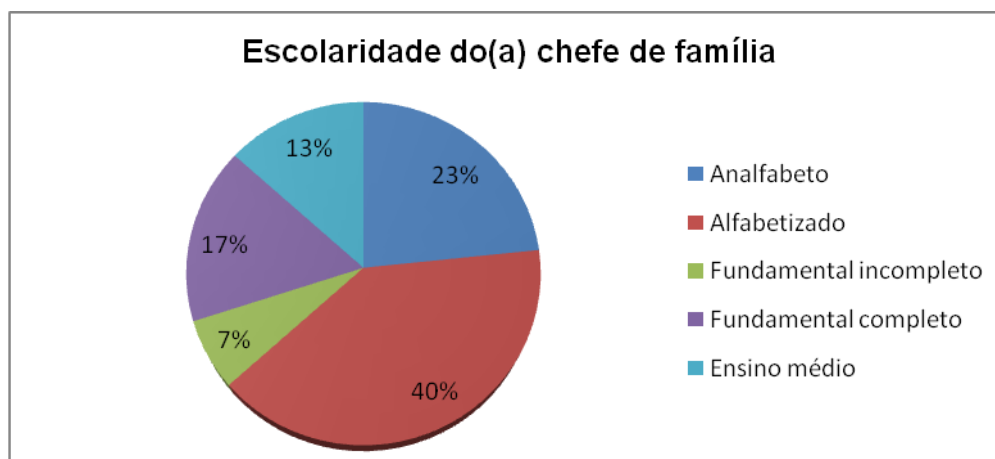


Figura 8: Escolaridade do (a) chefe de família.
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Dentre os chefes de família entrevistados, verificamos que 24 pessoas eram do sexo masculino, o que corresponde a 80% do total. No entanto, verificou-se também que em seis (6) propriedades a família era chefiada por pessoas do sexo feminino. (Figura 9).

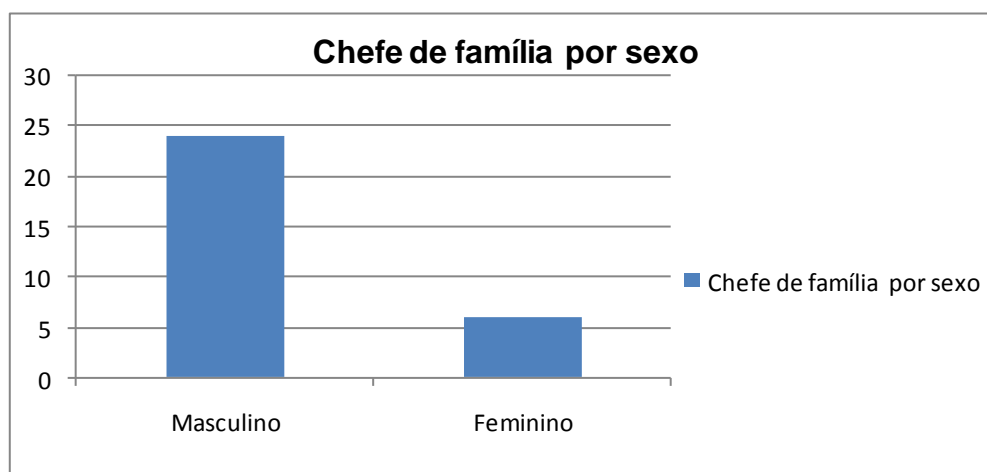


Figura 9: Chefe de família por sexo.
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Para saber como os moradores se identificavam fizemos a seguinte pergunta: Qual a sua profissão? No que diz respeito à forma como esses chefes de família se identificaram no momento da pesquisa, verificamos que 77% deles se dizem ou se identificaram como agricultores. As pessoas que se identificaram como donas de casa somam 10%. Do total de

famílias pesquisadas 7% se identificaram como autônoma. Garimpeiro e motorista somaram respectivamente cada 3% do total. (Figura 10)

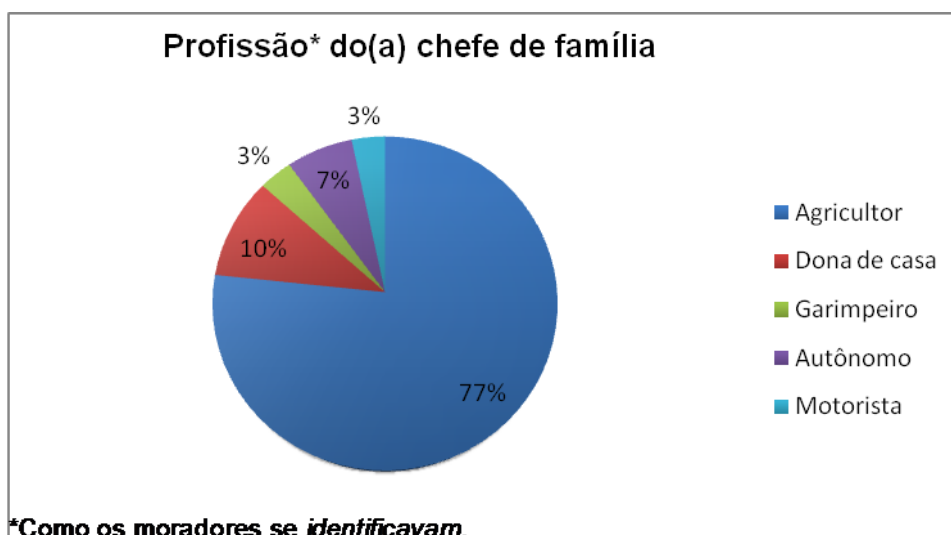


Figura 10: Profissão do (a) chefe de família.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Uma constatação importante, e que não poderíamos deixar de apresentar é quanto à identificação profissional dos 13% dos trabalhadores que se disseram garimpeiro, autônomo e motorista. A entrevista com esses trabalhadores foram aplicadas no local de trabalho dos mesmos, ou seja, na horta, na lavoura e em horário de trabalho. Entretanto, verificamos que, por mais que estejam trabalhando na agricultura os mesmos não se identificam como tal. Por isso, decidimos dizer que esses trabalhadores não têm uma profissão de agricultor, mas que estão numa condição de agricultor.

No entanto, podemos constatar que todos os chefes de família que responderam o questionário trabalham com agricultura, mesmo que em tempo parcial, como veremos adiante.

5.4.3 Dinâmica populacional

O Estado de Roraima, como uma das últimas fronteiras abertas no país, configura-se como um foco de atração populacional. Esta perspectiva de fronteira em expansão em contraposição a fronteira fechada, principalmente no nordeste, forja um processo migratório em massa.

Na pesquisa aplicada entre os agricultores urbanos da cidade de Boa Vista, verificou-se que a maioria dos chefes de família é composta por migrantes, ou seja, 86% do total. Desses, 66% é nascido na região Nordeste, outros 28% na região Norte incluindo o estado de Roraima. As regiões Sul e Sudeste do país somam 3% cada.

Entre todos os chefes de família entrevistado, os maranhenses e os cearenses se destacam com 30% da população pesquisada respectivamente, seguidos por roraimenses e paraenses com 14% cada. Os chefes de família nascidos nos estados de Pernambuco, Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Norte somam 3% respectivamente. (Figura 11).

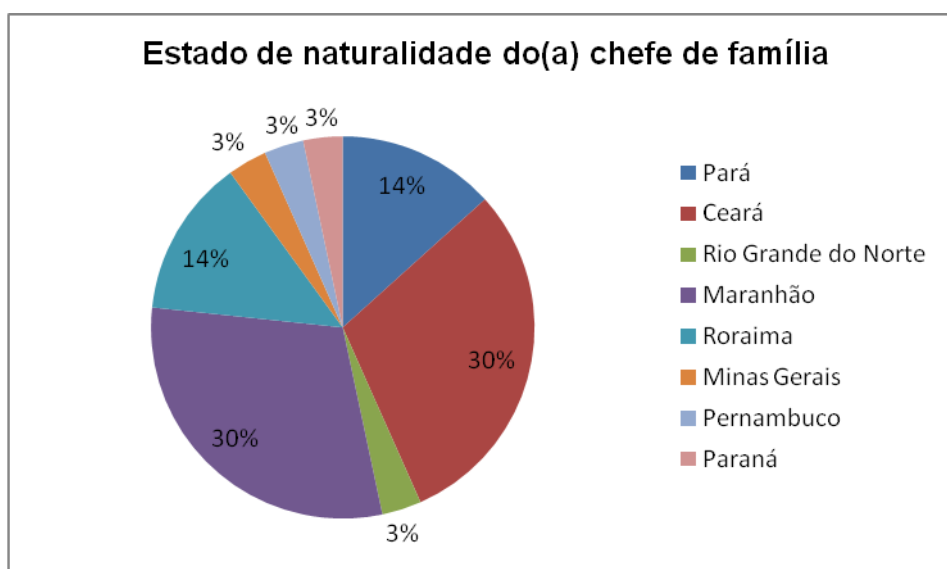


Figura 11: Estado de naturalidade do (a) chefe de família.
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Uma evidência da intensa migração intra-regional é a discrepância entre a região de nascimento dos migrantes e aquela onde residiam antes de chegarem ao destino final. Enquanto uma porção considerável de migrantes nasceu no Nordeste (66%), apenas 27% do universo de migrantes chegou a Roraima diretamente dos locais de nascimento. Isso evidencia que esses migrantes residiram em outros estados antes de chegar ao estado de Roraima. O estado do Pará foi um dos principais destinos de passagem dos migrantes que posteriormente chegaria a Roraima.

Os chefes de família nascidos no Pará que se dirigiram para Roraima era de 14%, e os que residiram antes de chegar ao destino final, somam 46%. O estado do Amazonas que não apresentou nenhum chefe de família nascido no estado apresentou 15% dos chefes de famílias com residência anterior. Maranhão e Ceará respectivamente apresentaram como local de nascimento de 30% dos chefes de família entrevistados. Esses estados passam a ser o último local de moradia de 15% e 12% respectivamente. Os estados da Bahia, Rondônia e Acre, com 4% cada, também aparece como último local de residência dos migrantes que buscaram Roraima. Embutido nestes números está um intenso processo de migração repetida, no qual indivíduos nascidos no Nordeste brasileiro instalam-se em algum lugar da região Norte antes de chegarem ao local inspecionado neste trabalho. (Figura 12).

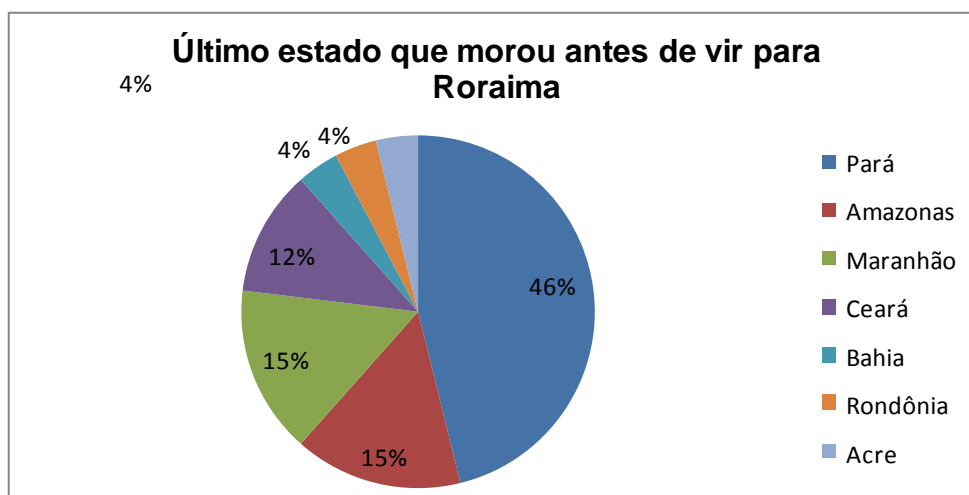


Figura 12: Último estado que morou antes de vir para Roraima.
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Entre os migrantes que buscaram Roraima nos últimos anos, 3% estabeleceram residência no estado a no máximo 3 anos. As famílias que têm entre 4 e 10 anos de residência em Roraima somam 7% do total. Verifica-se que a maioria, ou seja, 47% têm tempo de residência no estado entre 11 e 20 anos. 20% da população têm entre 21 e 30 anos. Outros 10% reside no estado a mais de 30 anos. Os nascidos em Roraima somam 13% da população pesquisada. (Figura 13).

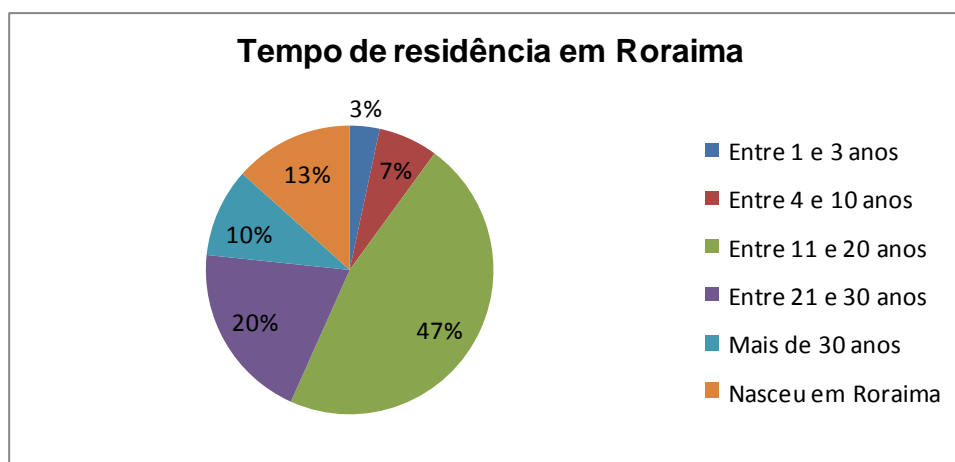


Figura 13: Tempo de residência em Roraima.
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Pode-se dizer que a população pesquisada é uma população de imigrantes territorializados, ou seja, uma população permanente fixada nesse espaço (30%) por pelo menos uma (01) geração. Por isso, podemos afirmar que há um processo de identificação dessas pessoas com o lugar, no caso, Roraima.

Quanto ao tempo de moradia dos agricultores na cidade de realização da pesquisa, ou seja, em Boa Vista, verifica-se que das famílias pesquisadas 3% tem tempo de residência de até 3 anos na cidade de Boa Vista. 13% tem entre 4 e 10 anos de residência na capital de Roraima. As famílias que tem entre 11 e 20 anos representam 47% do total. Outras 17% tem tempo de moradia que varia entre 21 e 30 anos e mais que 30 anos somam 7% do total. Entre os que buscaram Boa Vista, a capital do estado de Roraima, verificamos que 71% das famílias pesquisadas chegaram por aqui a pelo menos 11 anos. (Figura 14).

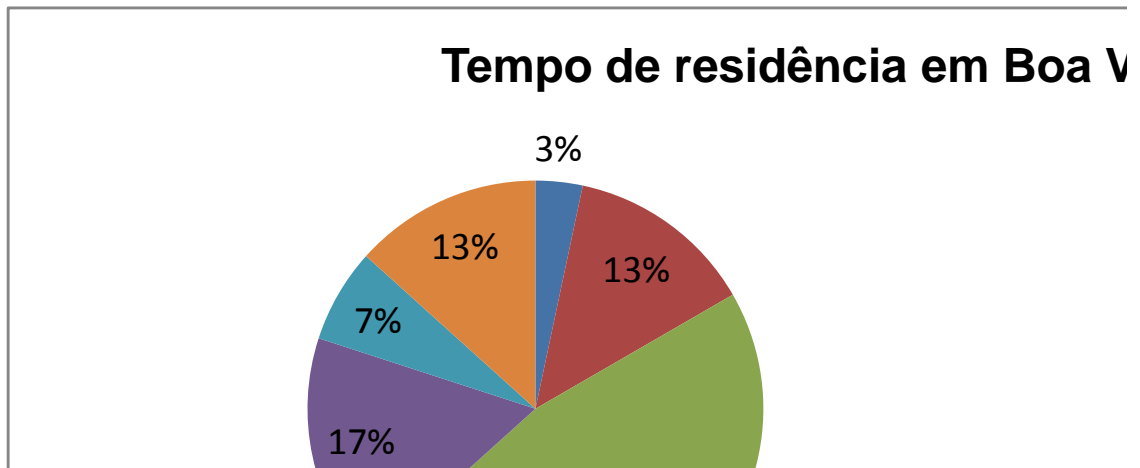


Figura 14: Tempo de residência em Boa Vista.
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Durante a pesquisa de campo, nos preocupamos em saber as características dos chefes de famílias, ou seja, se residiu anteriormente em área rural. Verificamos que 97% da população pesquisada havia residido em área rural e apenas 3% nunca havia residido em área rural. (Figura 15).

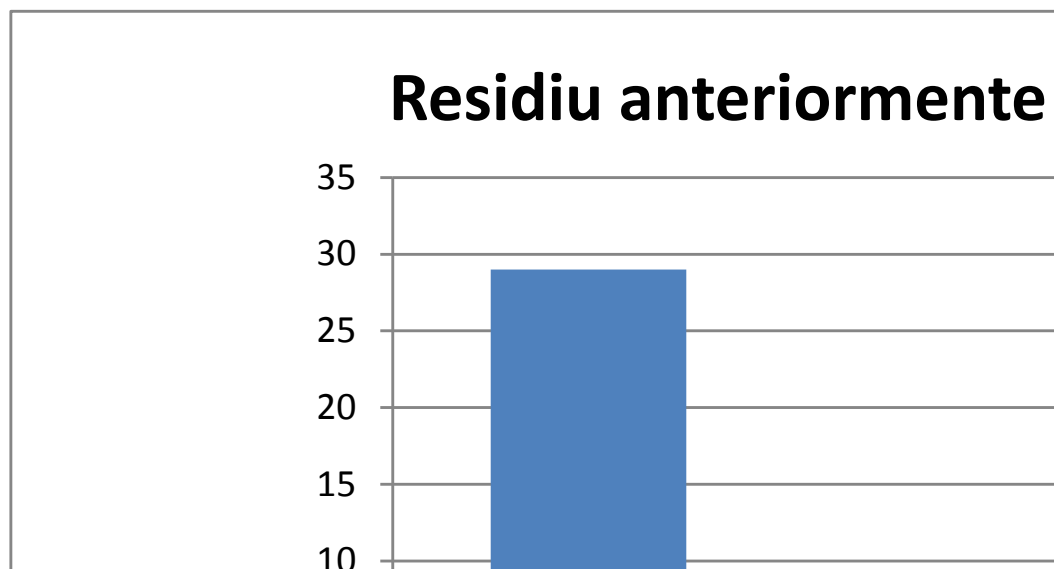


Figura 15: Residiu anteriormente em área rural?
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Apesar de a grande maioria ter residido em área rural (97%), constatamos que, o número de pessoas que trabalhou anteriormente como agricultor é de 83% e que 17% desses chefes de família nunca haviam trabalhado com a agricultura. No entanto, esses números demonstram que há forte identificação desses trabalhadores com a agricultura e que grande parte dessa população é oriunda do meio rural.

Em Boa Vista a agricultura urbana está presente nas periferias da cidade, próximo a lagos e igarapés, com produção principalmente de hortifrutigranjeiros, como é o caso das propriedades analisadas neste trabalho, onde o trabalho da família é predominante. Mesmo havendo alguns trabalhadores contratados, esses produtores não se enquadram na categoria de empresários rurais, onde o tamanho da área, a condição artesanal e a temporalidade do trabalho contratado para auxiliar a família é característica da produção familiar, como verificado neste trabalho.



Figura 16: Hortas com imagem ao fundo de residência dos agricultores.
Fonte: Fotos do Autor (2011).

Nas 30 propriedades pesquisadas, constatamos que o trabalho da família é a principal ou a única mão de obra disponível para o trabalho na agricultura. Verificamos que 77% das propriedades contam apenas com a força de trabalho da família na produção agrícola. As demais propriedades, ou seja, 23% do total utilizam trabalhadores temporários ou diaristas. (Figura 17).

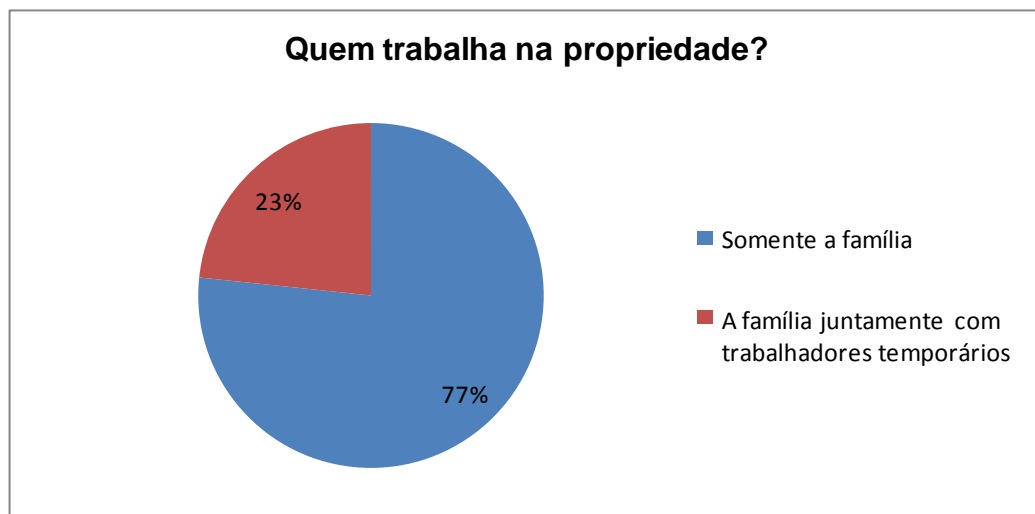


Figura 17: Quem trabalha na propriedade?
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Outro aspecto verificado é que a maioria dos trabalhadores contratados nas hortas é proveniente da República da Guiana, país fronteiriço com o estado de Roraima.

5.4.4 Processo de trabalho e aspectos da produção

Como visto anteriormente, a produção na cidade de Boa Vista é feita em estufas e/ou em espaço aberto. Para poder produzir, os agricultores relatam que é necessária a correção do solo, sendo utilizado na grande maioria, adubos químicos, palha de arroz e esterco de gado. Mesmo sendo proibida a queima da palha de arroz na área urbana ocorre de forma indiscriminada e, segundo os agricultores a palha queimada é essencial para a produção. A palha de arroz normalmente é queimada e misturada ao solo, juntamente com outros tipos de

adubos. Esta queima da palha de arroz traz muitos problemas para os moradores vizinhos à propriedade agrícola por conta da fumaça intensa.



Figura 18: Processos de produção.
Fonte: Fotos do Autor (2011).

Para sabermos o que era cultivado nas 30 propriedades onde foi aplicado o questionário, fizemos a seguinte pergunta: O que é produzido nessa propriedade? Tivemos um total de 31 tipos de culturas listados pelos agricultores e dois tipos de criação de animais, com um total de 142 respostas. Isso demonstra que em cada propriedade há em média o cultivo de até 4,8 tipos de culturas diferentes.



Figura 19: Variedades de produção.
Fonte: Fotos do Autor (2011).

As culturas da cebolinha, coentro, alface, couve, quiabo e macaxeira foram as mais indicadas pelos agricultores (com 80 respostas) como aquelas de maior importância para garantir a renda da família. Verificamos também que em 2 estabelecimento há a criação de galinhas e em outro a criação de porcos. No entanto, a criação desses animais se destina apenas para o consumo da família. (Tabela 5)

Tabela 5: Culturas cultivadas nas propriedades.

Culturas	Quantidade*
Coco	5
Limão	3
Macaxeira	11
Alface	15
Cebolinha	16
Coentro	16
Couve	12
Quiabo	10
Banana	5
Mamão	5
Acerola	1
Cupuaçú	2
Manga	3
Jaca	1
Rúcula	4
Salsinha	1

Culturas	Quantidade*
Pimentão	3
Pimenta de cheiro	4
Feijão verde	5
Açaí	2
Abóbora	1
Galinha	3
Graviola	1
Maxixe	3
Tomate	2
Agrião	1
Pepino	1
Plantas medicinais	1
Suíno	1
Melão	2
Berinjela	1
Burití	1

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

*Número de vezes que a cultura foi citada.

Verificamos que a agricultura na área urbana de Boa Vista é praticada em pequena escala, diferindo nesse aspecto, principalmente quando comparada as áreas propriamente rurais do interior de Roraima, ocupando em grande parte o entorno da cidade e destinada a produção de cultivos para a utilização e consumo próprio ou para venda em pequena escala nos mercados locais. Essa diferença da agricultura tradicional (rural) se dá em vários aspectos: inicialmente a área disponível para o cultivo é muito restrita na agricultura urbana, quase nunca superior a 0,5 hectares. Na agricultura tradicional, as áreas destinadas à agricultura familiar, pelo menos no estado de Roraima, variam entre 50 e 100 hectares, e sua produção gira em torno das culturas anuais, como o arroz, milho, feijão, macaxeira, mandioca, banana, limão, laranja, entre outros, ao passo que, nas áreas urbanas, restringe-se basicamente a hortaliças folhosas.

5.4.5 Aspectos sócio-econômicos e associativos

A organização associativa dos agricultores é ainda incipiente, mas algumas ações ocorreram por iniciativa pública ou privada.

Uma das dificuldades apontadas pelos agricultores, para que a agricultura na cidade de Boa Vista se projete como uma cidade de significativa produção agrícola é o fato de não haver uma estratégia coletiva de comercialização. A Cooperativa Hortifruti, do Projeto Estufa de Boa Vista - COOPHORTA, criada em março de 2003, funciona apenas no papel, ou seja não está comprando a produção e não há uma cooperativa dos produtores que funcione de fato. A comercialização dos produtos é feita de maneira individual, ou seja, cada produtor cultiva e vende sua própria produção.

No bairro Operário existe a Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros do Bairro Operário que funciona muito mais como associação de bairro, que reivindica melhoria de infra-estrutura, atendimento médico, entre outros, do que propriamente a organização da produção e comercialização.

Deve-se destacar também, a Associação HortVida (Associação dos Hortifrutigranjeiros Orgânicos de Boa Vista) com 17 associados que tem como objetivo principal desenvolver atividades hortifrutigranjeiras em sistemas orgânicos e biodinâmicos. No entanto, apenas 7 agricultores estão realmente trabalhando com práticas orgânicas e agroecológicas.

De um modo geral, há carência de tecnologias para os produtores que possam trazer sustentabilidade para as pequenas propriedades e melhoria da qualidade de vida aos agricultores.

Os agricultores possuem várias dificuldades para conduzir as áreas, como problemas financeiros pela limitação de oferta de produto, uma vez que há pouca diversificação de cultivos, problemas com contaminação de agrotóxicos e uma baixa qualidade de vida. Muitos já abandonaram as práticas orgânicas por não conseguirem sustentar-se nessa atividade. Um exemplo, é que apenas 7 propriedades receberam em março de 2011 o selo de Certificação de Ministério da Agricultura que garante essas propriedades como produtoras orgânicas. Portanto,

há demanda por parte destes agricultores por tecnologias que auxiliem os sistemas de produção e, conseqüentemente, permita melhores condições de vida desses agricultores.

Na pesquisa de campo, procuramos identificar as principais razões citadas pelos agricultores urbanos para praticarem a agricultura na cidade de Boa Vista. Nesta questão, mais de uma alternativa do questionário podia ser citada. Entre os 30 agricultores entrevistados, obtivemos 38 razões para a prática da agricultura na área urbana, o que demonstra que existem agricultores que identificaram mais de uma razão.

Das razões declaradas, 18 delas, ou seja, 48% responderam que já possuíam tradição com a agricultura e por isso continuam a cultivar (a maioria destas famílias é migrante da zona rural). 24% consideram a agricultura urbana importante para aumentar a renda familiar. Para 16% das famílias, a prática da agricultura na área urbana é importante, pois os produtos servem para o autoconsumo e auxiliam na subsistência da família, e os demais 12% praticam agricultura urbana apenas por considerarem a única opção de trabalho e renda, e que ainda não mudaram de trabalho, principalmente por terem pouca qualificação e por falta de estudo. (Tabela 6).

Tabela 6: Razões para praticar a agricultura na área urbana

Razões	Quantidade	%
Aumento da renda com a venda dos produtos	9	24
Tradição com a agricultura	18	48
Consumo e subsistência	6	16
Outros (falta de estudo; falta de opção)	5	12
Total	38	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Esses dados estão de acordo com a literatura internacional, como por exemplo, o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (1996) que afirma que os motivos que levam os agricultores a realizar a agricultura urbana são freqüentemente de natureza nutricional (alimento mais “limpo” e saudável para família) e cultural, antes do que econômico. No trabalho de Nugent (2000), também fica claro que as razões que dão origem a

agricultura urbana são variadas, mas encontram-se entre estas, principalmente a subsistência e geração de renda.

Os meios de comercialização são os mais diversos. Nas 30 propriedades pesquisadas, constatamos que há 53 modos de comercialização, ou seja, a maioria dos agricultores utiliza mais de um meio de comercialização de seus produtos. 22% dos agricultores informaram que comercializa seus produtos nas feiras de Boa Vista, outros 23% entregam nos mercados da cidade e 21% vende para atravessador, justamente por não haver uma organização dos agricultores para a comercialização coletiva dos produtos agrícolas, como por exemplo, uma cooperativa.

A maioria dos agricultores pesquisados vende sua produção diretamente na porta, ou seja, na propriedade, correspondendo a 26% do total. Outros 6% não comercializa seus produtos, sendo utilizados somente para o consumo da família, e os demais 2% utiliza da venda direta, de porta em porta nas residências próximos da propriedade. (Figura 20).

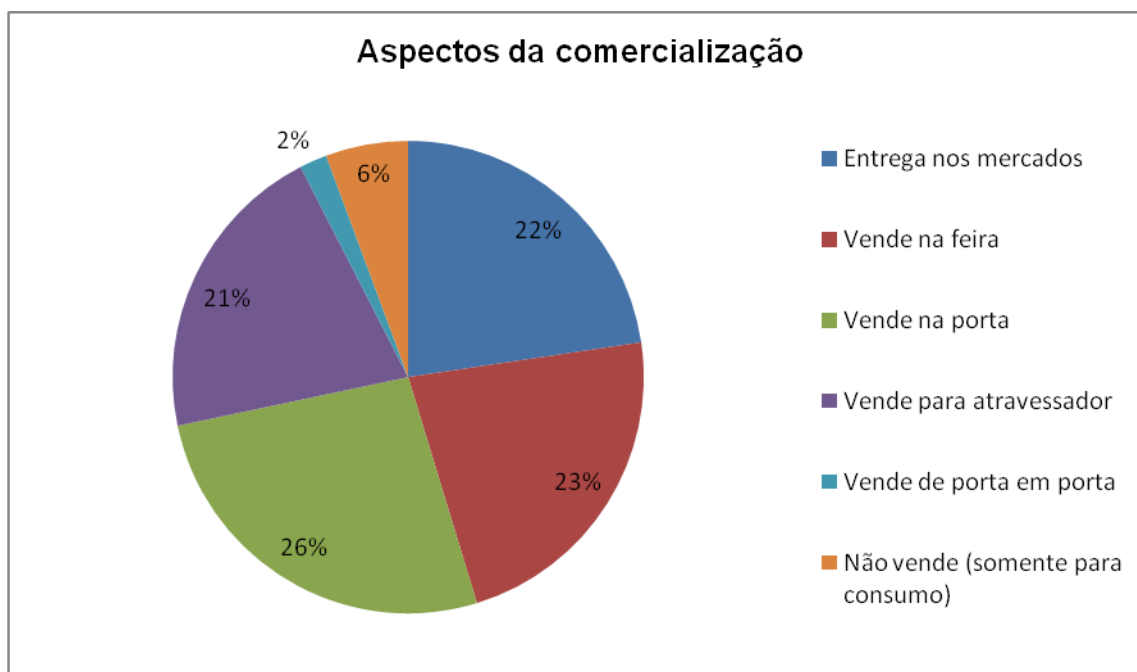


Figura 20: Aspectos da comercialização.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

De acordo com os dados da pesquisa, fica evidenciado que, por falta de organização na venda de seus produtos os agricultores fazem a comercialização conforme a oportunidade apresentada.

5.5 A pluriatividade na agricultura urbana de Boa Vista

A pluriatividade é elemento de inúmeros debates entre os estudiosos do universo rural. Num levantamento inicial de literatura sobre a temática, mostrou uma tendência em conceber a pluriatividade como: “os agricultores ou os componentes da família rural que além de estarem ligados às atividades agrícolas desempenham outro tipo de trabalho remunerado fora da propriedade”. (SCHNEIDER, 2004, p. 113).

Entendida desta forma, a agricultura familiar pluriativa teria um caráter multidimensional. Nela se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro quanto fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécies e transferências). (FULLER, 1990)

A idéia é de que a renda das atividades não-agrícolas complementaria a renda agrícola possibilitando assim que as famílias permaneçam no campo, mantendo seu *status quo* e/ou capitalizem suas propriedades de modo a torná-las competitivas, dentro do novo formato de produção agrícola.

Carneiro (1996, p. 102) afirma que a pluriatividade só pode ser entendida num contexto de política de modernização da agricultura e da sociedade fordista, assim quando uma categoria profissional de agricultor que vivia exclusivamente da agricultura entra em crise e passa a se ajustar via estratégias não-agrícolas é que podemos denominá-lo como pluriativo. Portanto, a pluriatividade é produto da falência da política da especialização produtiva (agrícola). E com a emergência da noção de multifuncionalidade, Carneiro (2002, p. 234) utiliza o mesmo raciocínio para perceber que se trata do resgate da importância do conjunto de contribuições da agricultura para a dinâmica econômico-social dos territórios.

Portanto, as diversas funções da agricultura associadas à noção de pluriatividade devem ser analisadas de uma forma mais concreta, ou seja, é importante perguntar sobre as implicações desse conceito em termos de concepção de estratégias em espaços próximos aos grandes centros urbanos em termos de incorporação de atividades não-agrícolas.

Estudos ressaltam que a pluriatividade deve ser investigada no contexto familiar e não como uma opção puramente individual, ou seja, onde a questão chave continua a ser a reprodução familiar, em nível de subsistência ou na sua forma ampliada, mas a predominância do trabalho não-agrícola é o trabalho assalariado em oposição ao trabalho familiar por conta própria dentro do domicílio rural. A família pluriativa é definida, assim, como aquela em que alguns dos seus integrantes estão ocupados em atividades agropecuárias e pelo menos um indivíduo desta família desenvolve atividade não-agropecuária, dentro ou fora do domicílio rural. (DEL GROSSI; SILVA, 2002). Dentro deste contexto, que vamos conceber a pluriatividade na agricultura urbana na cidade de Boa Vista.

Considerando a população pesquisada maior de 15 anos, verificamos que apenas 37% dos agricultores vivem exclusivamente da produção agrícola da propriedade. Isso significa que em 63% das propriedades a família tem outras fontes de rendas para a sustentação econômica familiar. (Figura 21).

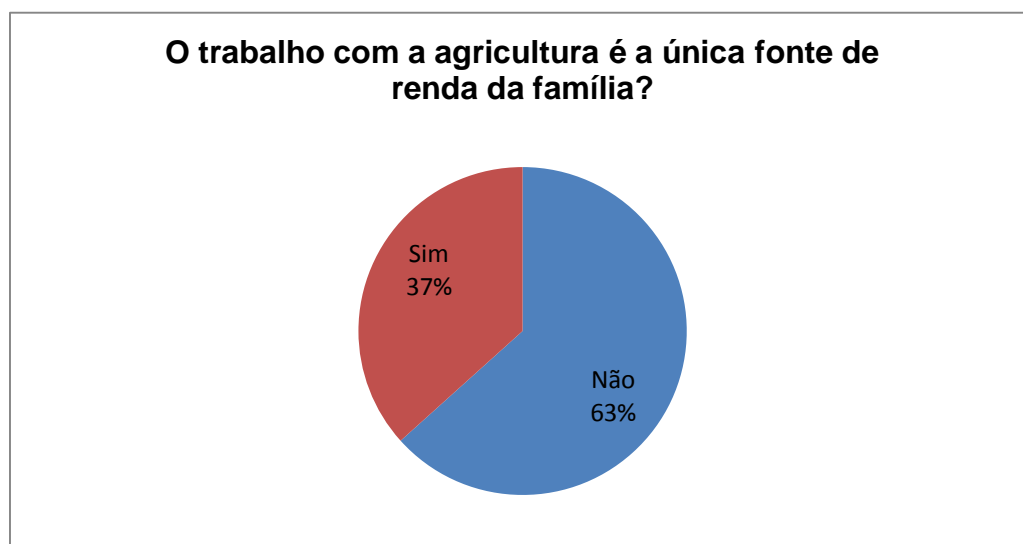


Figura 21: O trabalho com a agricultura é a única fonte de renda da família?
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Entre a população maior de 15 anos (31 pessoas) que tem renda externa a propriedade verificou-se que, 52% dessa renda são oriundas de trabalho autônomo (bico), em outras propriedades ou na cidade de Boa Vista, como por exemplo, na construção civil. A população que tem na aposentadoria uma das fontes de renda externa a propriedade soma 16% do total, enquanto que o emprego público é responsável por 19% da renda externa à propriedade. 7% dos agricultores têm carteira assinada e os demais rendimentos externo ao estabelecimento agrícola é advindo da renda de aluguel e mercadinho. (Figura 22).

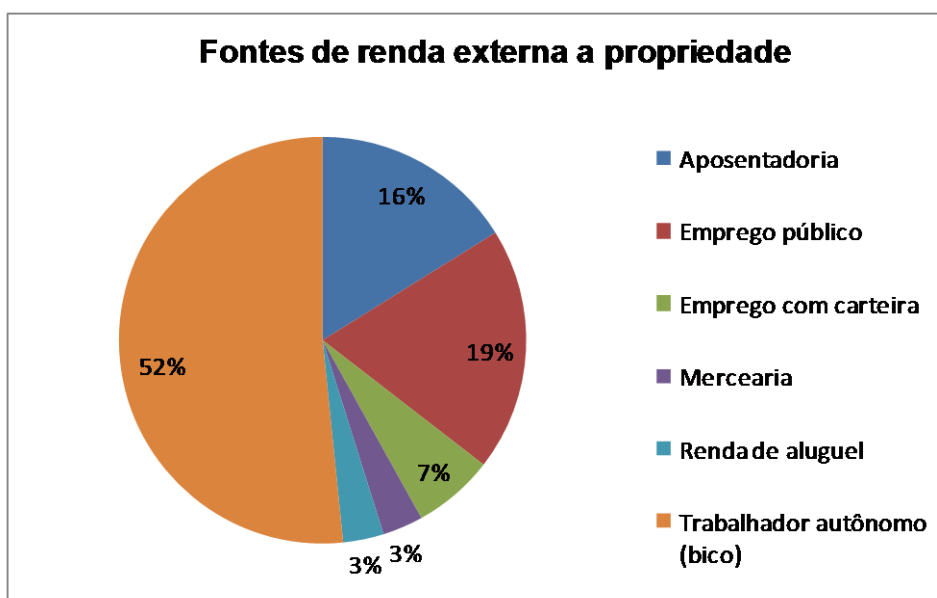


Figura 22: Fontes de renda externa a propriedade.
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

As famílias monoativas são aquelas em que a força de trabalho familiar é empregada somente nas atividades agropecuárias, mas não estão isentas de outras fontes de renda, como aposentadoria e pensões.

A estimativa da renda líquida obtida nas hortas foi um parâmetro difícil de avaliar, pois a maioria dos agricultores não realiza uma contabilidade e não tem idéia sobre a renda bruta ou líquida. Eles utilizam o dinheiro que apuram na semana para suas despesas diárias até a próxima venda. Os valores obtidos não são possíveis de confirmação, de um modo geral,

a renda informada varia de menos 1 até 3 salários mínimos,²⁰ e valores extremos de até R\$ 3.000,00. Para um dado real é necessária a realização de um estudo específico para acompanhamento econômico da horta.

Quanto a renda familiar mensal obtidas exclusivamente com a produção na agricultura urbana, verificamos que, nas 30 famílias pesquisadas a renda familiar mensal varia entre R\$ 300,00 e pouco mais de R\$ 1.500,00. Vale salientar que todos declararam possuir algum tipo de renda para a manutenção econômica da família, sendo que 11% das famílias declararam ter rendimento agrícola mensal menor que R\$ 300,00. As famílias que declararam terem rendimento agrícola entre R\$ 300,00 e R\$ 509,00 somam 14% do total. A partir dos dados e das informações coletadas verificamos que em 25% dos estabelecimentos agrícola a renda mensal obtida com a agricultura é menor que 01 (um) salário mínimo. Se levarmos em conta a população que produz apenas para o autoconsumo da família, ou seja, que não vende o que é produzido, a percentagem de famílias com rendimento agrícola menor que 01 (um) salário mínimo aumenta para 35% das famílias pesquisadas.

A maioria das famílias pesquisadas, ou seja, 48% têm na produção agrícola rendimento entre R\$ 510,00 e R\$ 1.000,00. 10% das famílias obtêm rendimento com a agricultura que varia entre R\$ 1.001,00 e R\$ 1.500,00, e apenas 7% consegue obter mais que R\$ 1.500,00 por mês com a produção agrícola na área urbana de Boa Vista. (Figura 23).

²⁰ Vale destacar que à época de realização da pesquisa de campo o salário mínimo era de R\$ 510,00. Portanto, para esse trabalho teremos como referência o salário mínimo vigente no ano de 2010.

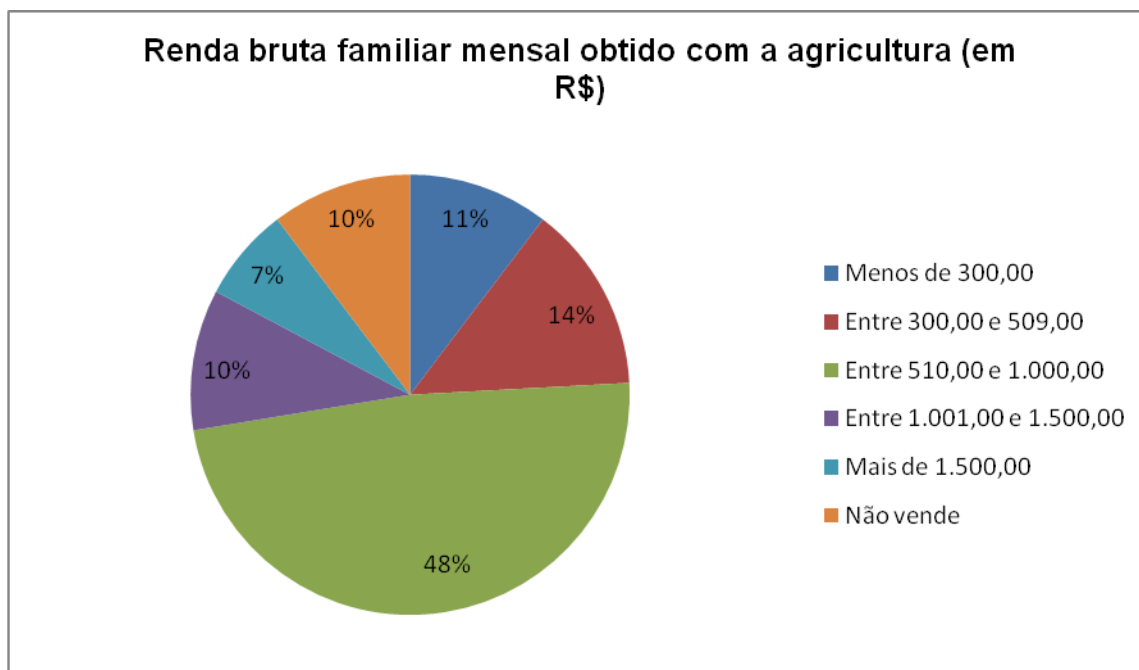


Figura 23: Renda bruta familiar mensal obtido com a agricultura (em R\$).
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Para sabermos a renda bruta mensal familiar, ou seja, quando somamos todas as fontes de renda obtidas com o trabalho na agricultura e os demais tipos de rendimentos obtidos com o trabalho externo a propriedade agrícola, benefícios sociais, como o bolsa família vale Solidário do governo estadual, entre outros, verificamos que a população de 25% que (figura 17) ganhava menos que um salário mínimo desaparece, ou seja, com o somatório de todas as rendas percebe-se que nenhuma família tem rendimento menor que um (01) salário mínimo.

Quando somadas todas as fontes de renda familiar, verificamos que, mais da metade das famílias pesquisadas, ou seja, 53% têm rendimentos mensais entre R\$ 510,00 e R\$1.000,00. Outras 33% tem rendimentos que varia entre R\$ 1.001,00 e R\$ 1700,00, enquanto os demais 14% tem rendimentos familiar mensal superior a R\$ 1.700,00. (Figura 24).

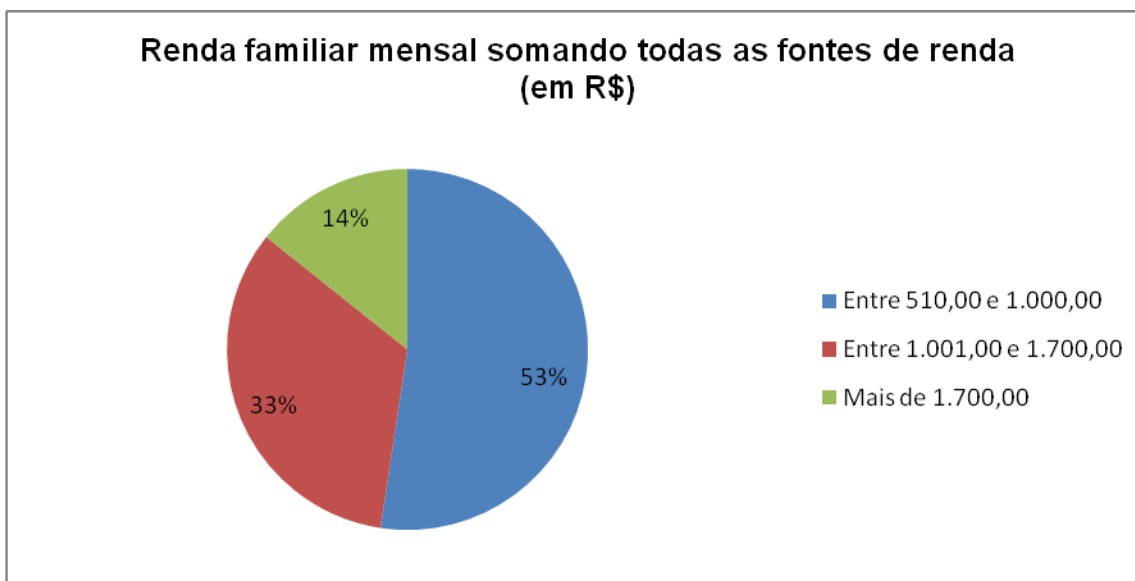


Figura 24: Renda familiar mensal somando todas as fontes de renda (em R\$).
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

A partir desses dados, verifica-se a importância dos rendimentos externos a propriedade agrícola na manutenção econômica da família, às vezes como forma única de sobrevivência, uma vez que, como demonstrado, 35% das famílias pesquisadas não conseguiam aferir um (01) salário mínimo por mês com a atividade agrícola. Quando somadas os rendimentos externos, verifica-se que esse percentual desaparece demonstrando que essas famílias buscaram outras formas de rendimentos fora da propriedade.

5.6 As narrativas dos agricultores

A pesquisa de campo demonstrou ser imprescindível, para a articulação entre as informações coletadas nos órgãos governamentais e não-governamentais da realidade e as narrativas dos sujeitos. Nas entrevistas abertas, serão usados nomes fictícios para que não haja constrangimentos, uma vez que, se pretende colocar na forma literal as falas dos entrevistados.

Na narrativa do senhor João a diferença entre ser agricultor no bairro Operário e no interior²¹ estaria na distância dos consumidores.

A diferença é o seguinte: a diferença é que lá nos temos muito longe do consumidor e aqui por mais que a gente gaste um pouco de adubo pra produzir, mas a gente tá do lado do consumidor. Fica mais fácil de vender nossos produtos. Lá fica difícil. Ai a gente não tem como chegar à cidade, não tem estrada, não tem energia, ai não tem como viver num lugar desse. Aqui não. Aqui tem uma facilidade a mais pra gente. Tá dentro da cidade tem energia, tem estrada, ai fica mais fácil da gente vender nossos produtos e assim mesmo ainda é difícil (Entrevista concedida ao autor deste trabalho em, 10/09/2010).

Para o senhor Francisco a perspectiva é semelhante:

A minha diferença é a dificuldade. Lá no interior o modo de vender, transporte, tudo isso ai que dá uma dificuldade, porque aqui não. Aqui a gente vende aqui mesmo, tem mais facilidade de tudo como comprar um veneno, adubo e pra gente vim de lá pra cá no carro da feira pra nos voltar, ai perde muito tempo. Aqui é muito melhor do que no interior. No interior as pessoas têm aquele negócio de dizer: - á, eu não vou comprar nada não, lá eu tenho macaxeira, tenho isso, tenho aquilo outro e isso é historia. No interior o agricultor se compra de tudo desde o arroz. Para sobreviver aqui é melhor que no interior. Aqui a gente não vende bem, mas barato a gente acha pra quem vender e lá nem barato nem caro ninguém acha pra quem vender. Pra trazer o que a gente produz no caminhão da feira é a maior dificuldade porque todo mundo quer trazer. Uma vez eu vinha trazendo uma goma de tapioca dentro do balde, quando dei fé tinha um colono com o pé atolado dentro do balde de tapioca (risos). Esse é um exemplo de como é a coisa no interior (Entrevista concedida ao autor deste trabalho em, 16/09/2010).

Os agricultores entrevistados dão destaques às facilidades de estarem dentro da cidade. O senhor João diz que *“aqui tem uma facilidade a mais pra gente. Ta dentro da cidade, tem energia, tem estrada.”*

Para o senhor José, a diferença é que: *“produzir aqui é mais vantagem porque esta dentro da cidade. Aqui a gente só liga e o cara vem pegar aqui. No interior depende do transporte.”* (Entrevista concedida ao autor deste trabalho em, 16/09/2010).

A proximidade com o urbano ou estar dentro do urbano é percebida pelos agricultores não como um empecilho, mas uma vantagem. A falta de estradas, de energia elétrica, de transporte para escoar a produção, a distância com o mercado consumidor, entre outros, é decisiva no que diz respeito a diferença entre a agricultura na área urbana e na área rural.

²¹ Interior aqui é usado como sinônimo de área rural distante. Nesse caso, distância da cidade de Boa Vista.

No entanto, para o senhor Manoel, a diferença está no tamanho da área disponível para produção e na dispensa de adubação para o plantio no interior, uma vez que na cidade é indispensável o uso de corretivo do solo para poder produzir.

No interior pode plantar mais, a terra é mais forte. Na cidade tem que comprar adubo, veneno, estrume, palha de arroz e incomoda os vizinhos com o cheiro do estrume. Tem que queimar a palha de arroz e incomoda os vizinhos com a fumaça, além de ter a multa porque é proibido fazer a queima e se não queimar não serve. No interior não. Tem mais terra, não tem problema com adubo porque a terra é mais forte e a vida no interior é melhor. No interior tudo que planta dá. Aqui só com adubo e veneno e é tudo muito caro. (Entrevista concedida ao autor deste trabalho em, 17/09/2010).

As narrativas dos entrevistados demonstram que, se houvesse uma política de fixação e manutenção desses trabalhadores no campo, não haveria uma maciça migração campo-cidade, uma vez que grande parte desses agricultores deixou a área rural por falta das mínimas condições de permanência como, por exemplo, a falta de transporte para escoar a produção, falta de atendimento médico hospitalar, educacional, entre outras que poderiam ser evitadas com uma política de valorização da agricultura familiar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou entender o processo de estruturação da agricultura familiar no espaço urbano da cidade de Boa Vista. A questão motivadora foi: porque produzir na área urbana de Boa Vista, onde a terra é escassa, e não na área rural de Roraima onde o espaço para produção é maior?

Inicialmente, para chegarmos a essa resposta fizemos uma breve viagem pela História agrária brasileira, ou seja, pela História do Brasil, passando pelos conceitos de camponês, pequeno agricultor e agricultor familiar que aqui aparecem como fundamentais para o entendimento da questão.

As grandes mudanças na demografia e na economia brasileira na segunda metade do século XX geraram um excedente populacional que inchou as cidades e alimentou o surgimento de conflitos no campo. A migração espontânea ou estimulada para ambientes naturais (como áreas de floresta) - foi e ainda é - uma das alternativas para evitar que o excedente populacional chegue aos centros urbanos do sudeste e sul do país. O estado de Roraima, por exemplo, recebeu um grande fluxo migratório proveniente, principalmente, dos estados do nordeste. A dinâmica populacional em sua capital, Boa Vista, a partir de 1980 foi de crescimento.

Os assentamentos agrícolas precários, principalmente na Amazônia que não oferece nenhum suporte ao agricultor é um dos fatores da migração rural-urbano e do aumento populacional da cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima, uma vez que as famílias que conseguiram terra foram abandonadas no meio de um ambiente hostil, isolado e sem nenhuma infra-estrutura. Tal população era afetada por doenças tropicais como a malária e, após muito trabalho para abrir a mata e preparar o solo, não tinha condições de comercializar a produção.

Esses agricultores, na maioria das vezes, destituídos de bens materiais, esquecidos pelo poder público e excluídos social e economicamente são forçados a abandonar suas áreas, desloca-se para as cidades ou de volta para suas regiões de origem, deixando as terras prontas para a criação extensiva de gado de corte.

A aparição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) marca um momento singular na trajetória do processo de intervenção estatal na agricultura e no mundo rural do Brasil. Apesar de avanços no aperfeiçoamento e ampliação do universo de cobertura, o programa permanece ancorado numa ambigüidade básica tanto em termos do público-alvo a ser beneficiado quanto aos objetivos essenciais que persegue, onde, na retórica oficial, mesclam-se orientações tipicamente produtivistas com compromissos mais amplos, como a geração de empregos, a inclusão social e o desenvolvimento territorial.

A revisão da literatura serve de suporte para balizar nosso entendimento sobre o conceito de agricultura familiar de forma menos rígida, passando a concebê-la como unidade de produção agrícola em que propriedade, trabalho e família estão intimamente ligadas, mas onde a renda auferida não é obtida exclusivamente pela produção agrícola (conforme demonstrado no decorrer desta dissertação), uma vez que passam a se valer também de recursos não agrícolas.

Na ausência de horizontes e alternativas cada vez mais escassas e pouco acessíveis aos agricultores e conseqüentemente as pessoas com pouco ou nenhum grau de escolaridade, a autoprodução de alimentos nos centros urbanos tornou-se uma alternativa econômica e de sobrevivência.

Por isso, é de suma importância pensar em políticas públicas que estimulem a agricultura familiar, inclusive em espaços urbanos, uma vez que esse tipo de atividade é responsável pela geração de inúmeros empregos e conseqüentemente de renda.

Em Roraima, as discussões e estudos sobre a agricultura urbana ainda está engatinhando. Este trabalho é uma pequena contribuição para que esse assunto possa estar nas pautas de governo, nas políticas públicas, tanto de manutenção de forma digna do agricultor familiar nos assentamentos agrícolas do Estado, quanto de valorização e reconhecimento do agricultor familiar urbano.

A hipótese que subsidiou esse trabalho é que os agricultores urbanos de Boa Vista seriam remanescentes dos assentamentos rurais, e/ou com forte tradição na agricultura que os mesmos migraram para a cidade por não terem as mínimas condições de sobrevivência na área rural, o que foi comprovado no decorrer do trabalho de campo. Verificamos (figura 15) que (97%), das famílias pesquisadas, residiram em momento anterior na área rural e 83%

trabalhou anteriormente como agricultor, o que demonstra que há forte identificação desses trabalhadores com a agricultura (Tabela 6). A agricultura na área urbana de Boa Vista é praticada em pequena escala, e ocupa em grande parte o entorno da cidade. A produção é utilizada para o consumo da família ou para venda em pequena escala nos mercados locais.

Verificamos no decorrer do trabalho que as políticas públicas de apoio aos agricultores urbanos em Boa Vista ainda é incipiente, e que as iniciativas por parte da Prefeitura de Boa Vista, com o Projeto Estufas, e o projeto de Agricultura Orgânica iniciado com o apoio do Sebrae/RR, são apenas embrionários, sendo necessária uma maior participação do poder público.

Muito poderia se discutir nesse trabalho, vários teóricos que não foram utilizados aqui, ou que foram mal explorados, assuntos que para algumas pessoas não vai ficar claro, entre outras “deficiências” que fica em aberto e serve de incentivo para que outros trabalhos venham a responder o que não foi respondido aqui.

No entanto, acreditamos que essa dissertação responde aos nossos questionamentos, e que os objetivos que foram propostos estão parcialmente respondidos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

_____. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Relatório de Consultoria. IICA**. Projeto: Bases para a formulação da política brasileira de desenvolvimento rural. Brasília, 1998. Mimeo.

_____. **Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. IPEA (Texto para discussão), São Paulo/Rio de Janeiro, n. 702, 2000.

_____; VEIGA, José Eli da. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). In: **Texto para Discussão, nº 641**. Brasília: FIPE/IPEA 07/97. 1999.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Disponível em: <http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br>. Acesso em: 08 de Jan de 2010.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; DINIZ, Alexandre M. A. Boa Vista, Roraima: uma cidade média na fronteira setentrional do Brasil In: **Cidades: relações de poder e cultura urbana**. Goiânia: Editora Vieira, 2005, p. 13-34.

BAGLI, Priscila. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (organizadores). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 1º edição. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 81 – 109.

BARBOSA, Reinaldo Imbrózio. Ocupação Humana em Roraima. Uma revisão do equívoco da recente política de desenvolvimento e o crescimento desordenado. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi; Série Antropologia**, v. 10, n.1, 1994, p.271-289.

BARROS, Nilson C. Crocia. **Roraima: Paisagem e Tempo na Amazônia Setentrional: Estudo de ocupação pioneira na América do Sul**. Recife: Editora Universitária, 1995.

BECKER, K. Bertha. **Amazônia**. 6 ed. São Paulo: Ática, 1998.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Coletânea de Legislação de Direito Ambiental e Constituição Federal**. Organização do texto por Odete Medauar. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

_____. **Código Tributário Nacional**, 34ª edição, 2005, com Adendo Especial (Lei Complementar Nº 118, de 9/2/2005).

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ>. Acesso em: 18 de Fev. 2011.

BUAINAIN, Antônio Marcio; ROMEIRO, Ademar R.; GUANZIROLI, Carlos. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 05, n°10, 2003, p. 312 – 347.

CARNEIRO, Maria J. Pluriatividade no campo: o caso francês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, ano 11, n. 32, 1996, p. 89-105.

_____. Política de desenvolvimento e o "novo rural". In: Cam-panhola, C. e Graziano da Silva, J. (Eds) O Novo Rural Brasileiro – Políticas Públicas, Jaguariúna: **Embrapa**, v. 4, 2000, p. 117-149.

_____. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ. Textos para Discussão, 2002.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983.

_____. **A sociedade em rede - a era da informação**: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; GRAZIANO DA SILVA, José. **Novo rural**: uma abordagem ilustrada. Instituto Agronômico do Paraná, Londrina, 2002.

DINIZ, Alexandre M. A. A dimensão qualitativa da mobilidade humana na fronteira agrícola de Roraima. **Cadernos de Geografia**. Belo Horizonte: v.13, n.21, 2003, p.44 – 59.

_____; SANTOS, Reinaldo O. dos. Fluxos migratórios e formação da rede urbana de Roraima. In: **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP**. Caxambú: volume único, 2006, p. 1 - 25.

DUARTE, Ronaldo G. A Geografia no Ensino Básico frente aos novos cenários rurais e urbanos na América Latina. In: **XII Encontro de Geógrafos da América Latina, 2009, Montevideo**. Anais do XII Encontro de Geógrafos da América Latina. Montevideo, 2009.

FREITAS, Aimberê. **Geografia e História de Roraima**. Manaus, GRAFIMA. 1997.

FULLER, A. M. From part-time farming to pluriativity: a decade of change in rural Europe. **Journal of Rural Studie**. Londres. 6, (4), 1990, p. 361-373.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 29 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **O que é questão agrária**. 16 edição. São Paulo. Brasiliense. 1990.

_____. **O Novo Rural Brasileiro**. (Coleção Pesquisas 1) Campinas, São Paulo: Instituto de Economia/Unicamp, 1999.

HARADA, Kiyoshi. **Imóvel Cultivado em zona urbana. IPTU, ITR, ou incentivo fiscal?** Disponível em: sisnet.aduaneiras.com.br/lex/doutrinas/arquivos/020807.pdf. Acesso em: 04 de jan. 2011.

INCRA/FAO. **O novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto.** Brasília: Projeto de Colaboração Técnica INCRA/FAO, 2000.

LAMARCHE, Hugues. (coord). **A agricultura familiar: comparação internacional.** Campinas: Unicamp, 1993.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil.** São Paulo. Pioneira, 1975.

NUGENT, R. Urban and Periurban Agriculture, Household Food Security and Nutrition. **FAOETC/RUAF electronic conference, 2000, p.1-6.**

PEIXOTO, Marcelo Magalhães. A regra-matriz de incidência tributária do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU. In: PEIXOTO, Marcelo Magalhães (Coord.) **IPTU: Aspectos jurídicos relevantes.** São Paulo: Quartier Latin, 2002.

PNUD. **Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil.** Brasília: PNUD, 1996.

PORTO, Stela Grossi (org.). **Politizando a Tecnologia no Campo Brasileiro.** Dimensões e olhares. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** 43. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PREFEITURA Municipal de Belo Horizonte. **Projeto Centros de Vivência Agoecológica (CEVAE).** Disponível em: <www.agriculturaurbana.org.br/sitio/projetos/cevae.htm>. Acesso em: 12 de Dez. de 2007.

PREFEITURA Municipal de Boa Vista. Secretaria Municipal de Gestão Participativa e Cidadania. Programa Braços Abertos. **Relatório analítico: pesquisa censitária.** Boa Vista, 2004.

QUEDA, O.; SZMRECSÁNYI, T. **Vida Rural e Mudança Social.** 3º ed. São Paulo: Companhia, 1979.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. (coord). **Relatório Estadual Pesquisa Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de exploração sexual realizada nos municípios de Boa Vista e Pacaraima-Roraima/Brasil e Santa Elena do Uarén – Venezuela,** in: Instituto Internacional de Leis sobre Direitos Humanos/ De Paul College; Instituto Interamericano del Niño/Oea; Cecria - Centro de Referência, Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes; Ministério da Justiça/Secretaria de Direitos Humanos, 2002.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. **Garimpando a sociedade roraimense: uma análise da conjuntura sócio-política.** Núcleo de Altos Estudos da Amazônia. Belém: Universidade Federal do Pará, 1996. Dissertação.

ROESE, Alexandre Dinnys. **Agricultura urbana.** Disponível em:<www.cpad.embrapa.br/publicacoes>. Acesso em: 12 de dezembro de 2007.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** 3 ed. São Paulo, Hucitec, 1996.

SAUER, Sérgio. **Reforma agrária e geração de renda no meio rural.** São Paulo: Associação brasileira de estudos do trabalho – ABET, 1998.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo: v.18, n°51, 2003, p. 99 – 121.

_____. **Agricultura familiar e industrialização:** pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SILVA, Sóstenes Ericson Vicente da. **Agricultura familiar no Brasil e as transformações no campo no início do século XXI.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFA. Maceió, 2010.

SILVEIRA, Isolda Maciel; GATTI, Marcelo. Notas sobre a ocupação de Roraima, Migração e Colonização. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Série Antropologia,** Belém: 4(1), 1988, p. 43-64.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (organizadores). **Cidade e campo:** relações e contradições entre urbano e rural. 1º edição. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 111 – 130.

TEIXEIRA, Francisco M. P.; TOTINI, Maria Elizabeth. **História Econômica e Administrativa do Brasil.** São Paulo. Editora Ática, 1989.

VALE, Ana Lia Farias. Imigração de nordestinos para Roraima. **Estudos avançados,** São Paulo: vol. 20, n.57, 2006, p. 255-261.

VEIGA, José Eli da. **A face rural do desenvolvimento:** natureza, território e agricultura. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.

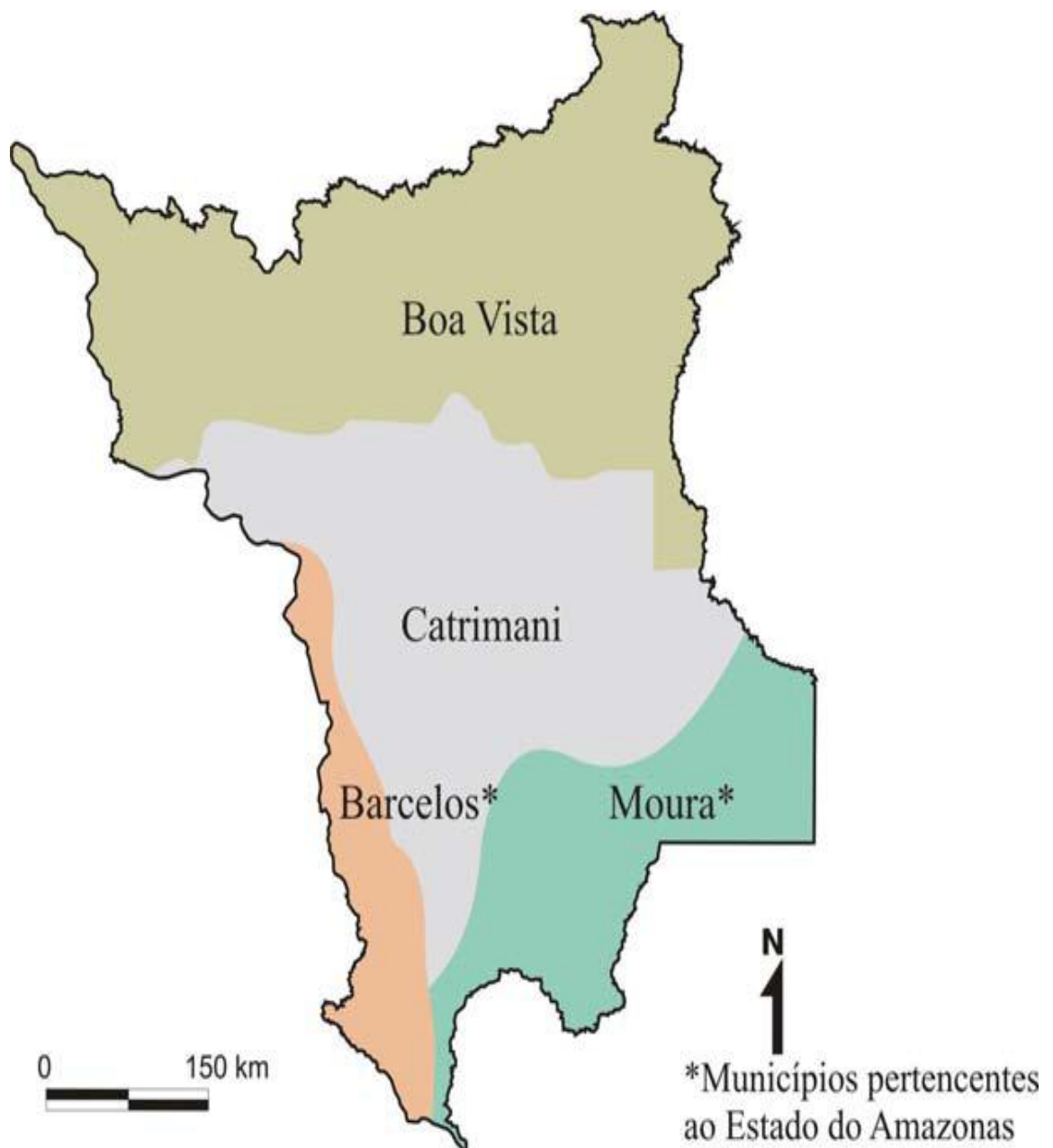
_____. **Cidades imaginadas:** o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas. São Paulo: Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O “lugar” dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. In: **Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural,** 1997, p.90-146.

_____. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas.** 2 ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p. 21-55.

ANEXOS

ANEXO A - Organização Política do Território de Rio Branco – 1943



Fonte: Diniz; Santos, 2006.

ANEXO B - Organização Política do Território do Rio Branco – 1955

Fonte: Diniz; Santos, 2006.

ANEXO C - Organização Política do Território Federal de Roraima em 1982



Fonte: Diniz; Santos, 2006.

ANEXO D - Organização Política do Estado de Roraima após 1994



Fonte: Diniz; Santos, 2006.

ANEXO E - Questionário socioeconômico destinados aos agricultores familiares urbano de Boa Vista - Roraima

Endereço: _____

1. Qual é o nome da pessoa que é o (principal) responsável por este domicílio?

Resposta: _____

2. Quantas pessoas moram neste domicílio?

Resposta: _____

3. Quantas pessoas por faixa etária?

Resposta/quantidade: () Entre 0 e 5 anos () Entre 6 e 10 anos () Entre 11 e 15 anos () Entre 16 e 20 anos () Entre 21 e 30 anos () Entre 31 e 40 anos () Entre 41 e 50 anos () Entre 51 e 65 anos () Mais de 65 anos

4. Qual o estado de naturalidade dessas pessoas?

Resposta/quantidade:

5. Você nasceu nesse município?

Resposta: () Sim () Não

6. Você nasceu nesse Estado

Resposta: () Sim () Não

7. Onde foi o último Estado/Município onde morou antes de vir para Roraima?

Resposta: Estado _____ Município _____

8. Quanto tempo mora em Roraima?

Resposta: () Menos de 1 ano () De 1 a 3 anos () De 4 a 10 anos () De 11 a 20 anos () De 21 a 30 anos () Mais de 30 anos () Nasceu em Roraima. (Especificar município). _____ () Não informou

9. Em Boa Vista?

Resposta: () Menos de 1 ano () De 1 a 3 anos () De 4 a 10 anos () De 11 a 20 anos () De 21 a 30 anos () Mais de 30 anos () Não informou

10. Ocupação das pessoas maiores de 14 anos.

Resposta:

11. Escolaridade das pessoas maiores de 14 anos.

Resposta/Quantidade: () Analfabeto () Alfabetizado () Fundamental incompleto () fundamental completo () Ensino Médio () Superior incompleto () Superior completo () Pós-Graduação

12. Escolaridade do chefe de família.

Resposta: () Analfabeto () Alfabetizado () Fundamental incompleto () fundamental completo () Ensino Médio () Superior incompleto () Superior completo () Pós-Graduação

13. Qual sua profissão?

Resposta: _____

14. Já morou em área rural?

Resposta: () Sim () Não () Não informou

15. Havia trabalhado anteriormente como agricultor?

Resposta: () Sim () Não () Não informou

16. Ainda trabalha com agricultura?

Resposta: () Sim () Não

17. Se NÃO, qual a sua principal atividade?

Resposta: _____

18. Se SIM, porque não trabalha mais com a Estufa?

Resposta: _____

19. Quem trabalha na sua propriedade?

Resposta: Somente a família A família juntamente com trabalhadores contratados permanentes A família juntamente com trabalhadores Temporários Somente trabalhadores contratados Não informou

20. O que é produzido aqui?

Resposta: Alface Couve Cebolinha Coentro Rúcula Rabanete Pimenta Abóbora Limão Quiabo Maxixe Berinjela Feijão Mandioca Tomate

Outros. (Especificar): _____

21. Como é feito a comercialização?

Resposta: Vende na feira Entrega nos mercados Entrega na cooperativa Vende na porta Vende para atravessador Não vende (somente para consumo da família) Outros. (Especifique): _____

22. O trabalho com a agricultura é a única fonte de renda?

Resposta: Sim Não Não informou

23. Se não, qual (is) a(s) outra (s) fontes?

Resposta: _____

24. Qual a renda mensal familiar obtido com a agricultura?

Resposta: _____

25. Qual a renda mensal familiar somando todas as fontes de rendas?

Resposta: _____

26. Qual a principal razão que levou a família a praticar a agricultura urbana?

Resposta: Aumento da renda com a venda dos produtos Tradição com a agricultura Consumo e subsistência Lazer Outros. (Especificar) _____

27. Qual o tamanho da área disponível para a produção agrícola? (em Mt²).

Resposta: _____

28. Qual foi a destinação da sua estufa?

Resposta: () Foi doada para terceiro () Foi vendido () Sem produção/desativada () Estrutura em manutenção () Outros. _____